



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII - Nº 020 - TERÇA-FEIRA, 06 DE MARÇO DE 2012 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (PDT-BA)
	3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, defendido na sessão de 29.03.11.
 2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 3. Em 08.11.2011, vago em virtude do o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 4. O Senador Waldeimir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
 5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
 6. Em 29.11.2011, vago em virtude do o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
 7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente do Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 24 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Sérgio Souza (20) Waldeimir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Walter Pinheiro - PT (22,26) Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares (29) Inácio Arruda Líder do PT - 13 Walter Pinheiro (22,26) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (23) Lindbergh Farias (24) Ana Rita (25) Anibal Diniz (28) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (30) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (29) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM (27) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,33) Lúcia Vânia (32) Mário Couto (35) Paulo Bauer (6,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,31) Flexa Ribeiro (7,33) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27)
PR - 7 Líder Blairo Maggi - PR (19)	PTB - 6 Líder Gilm Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gilm Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (30) Jorge Viana Vital do Rêgo	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gilm Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (30) Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdO entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 42330
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 42330
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
- Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
- Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
- Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
- Senador Randolfe Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
- Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPDT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
- Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Edificação e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portela Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 21ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 5 DE MARÇO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear o Barão de Rio Branco no ano do seu centenário de falecimento, nos termos dos Requerimentos nºs 1.576, de 2011; e 2, de 2012, do Senador Jorge Viana e outros Senadores.....

04789

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)

1.2.3 – Oradores

Senador Jorge Viana	04793
Senador Fernando Collor.....	04796
Senadora Ana Amélia	04798
Senador Aníbal Diniz	04803
Senador João Capiberibe	04805

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 22ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MARÇO DE 2012

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens da Presidente da República

Nº 20/2012 (nº 63/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor MARIO RODRIGUES JUNIOR para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).....

04807

Nº 21/2012 (nº 64/2012, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor HEDERVERTON ANDRADE SANTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na vaga do Senhor Wagner de Carvalho Garcia.....

04811

Nº 66/2012, na origem, comunicando sua ausência do País, no período de 3 a 7 do corrente, em viagem oficial à Alemanha.....

04815

2.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 12/2012 (nº 175/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 346, de 2012, re-

ferente à auditoria nos contratos do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná (TC 014.205/2011-4)

04815

2.2.3 – Comunicações

Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Temporária Externa criada com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai (**Ofício nº 23/2012**). Designação do Senador Sérgio Souza para compor a referida Comissão.

04815

Do Senador Ciro Nogueira, justificando o não registro da sua presença na sessão de 1º do corrente. (**Ofício nº 49/2012**).....

04815

Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada a partir do Requerimento nº 4, de 2012-CN (**Ofício nº 71/2012**). Designação da Deputada Bruna Furlan, como suplente, para integrar a referida Comissão....

04817

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, informando a eleição do Senador Vital do Rêgo como Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil; e a designação do Senador Eduardo Braga como Relator da referida Subcomissão (**Ofício nº 22/2012**).

04817

2.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 99, de 2012, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006.

04817

2.2.5 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 5/2012-CN (nº 21/2012, na origem), encaminhando as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao exercício de 2011. Estabelecimento do calendário para tramitação da matéria..

04818

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADORA ANA AMÉLIA – Expectativa com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do processo de defasagem tarifária movido pela Varig; e outros assuntos.

04875

SENADOR BLAIRO MAGGI, como Líder – Considerações sobre a decisão do Ibama de não desembargar imóveis em áreas rurais, no Mato Grosso, sob a justificativa de que foram regularizados sem a devida licença da autoridade ambiental.

04881

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem às mulheres pelo transcurso, em 8 do corrente, do Dia Internacional da Mulher.....	04883
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Reflexões sobre “economia verde” e a proximidade da Conferência Rio+20.....	04886
SENADOR CASILDO MALDANER – Importância da aplicabilidade de Lei da Ficha Limpa nas eleições municipais de 7 de outubro próximo.....	04889
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Preocupação com a situação da Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá.....	04891
SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre as críticas do Secretário-Geral da Fifa, Sr. Jérôme Valcke, acerca do andamento das obras para a Copa do Mundo de 2014; e outro assunto.	04893
SENADOR JORGE VIANA – Relato sobre visita feita a cinco municípios acreanos atingidos pela alagação do Rio Acre.....	04896
SENADOR ANIBAL DINIZ – Agenda cumprida por S. Ex ^a em municípios atingidos pelas enchentes no Acre; e outro assunto.....	04898
SENADOR VITAL DO RÉGO – Indignação com a situação da Universidade Federal da Paraíba.....	04901
2.2.7 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	04903
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 2.3.2012	
4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 5.3.2012	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)
Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 21ª Sessão, Especial em 5 de março de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 7 minutos e encerra-se às 13 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a homenagear o Barão do Rio Branco no ano do centenário do seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 1.576, do Senador Jorge Viana e de outros Senadores.

Convidado para compor a Mesa o Senador Jorge Viana, primeiro signatário do requerimento; o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador e Ex-Presidente Fernando Collor; o Ex^{mo} Sr. Senador Aníbal Diniz, também representante nesta Casa do Estado do Acre; o Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Sr. Embaixador Georges Lamazière; o Presidente da Fundação Alexandre Gusmão, Gilberto Vergne Sabóia; e o Deputado Marcos Afonso, representando o Governador do Estado do Acre.

Convido a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. Com revisão do Presidente.) – Ao abrir esta sessão, tenho o dever de dizer algumas palavras sobre a homenagem que hoje prestamos ao Barão do Rio Branco e a sua memória.

Quando eu cheguei à Presidência da República, estudioso da história e intelectual, eu julgava que o pai do Barão do Rio Branco, o Visconde do Rio Branco, era maior do que ele. Como velho leitor dos Anais Parlamentares desta Casa do tempo do Império, eu conhecia a presença do Visconde do Rio Branco nos debates que se travaram sobre os grandes problemas do País, sobre a questão do Prata, principalmente, e sobre a Lei do Ventre Livre.

Na Presidência da República, lidando com os problemas de Estado, pouco a pouco senti surgir a grande figura do estadista, o grande brasileiro do século XX,

que pensou, de forma extraordinária, na estratégia do País para o futuro, fazendo do Brasil um país com fronteira com dez países sem nenhum problema de fronteira. Era o Barão do Rio Branco. Ele voltava da Europa e dizia que as guerras e as divergências surgidas no mundo inteiro começavam na linha de fronteira, como existiam na Europa que ele tão bem conhecia. Essa linha que algumas vezes é uma linha indefinida, que um poeta grande português, Miguel Torga define num poema célebre: “de um lado terra, de outro lado terra; de um lado gente, de outro lado gente, mas há um sentimento de Pátria que mexe no mais pequeno torgo adormecido”.

Para Rio Branco podemos usar a expressão de Horácio: *Causa fuit pater his* – a causa do que sou é meu pai. Os dois José Maria da Silva Paranhos, pai e filho, tiveram muito em comum, mas condições de começar a vida completamente diferentes. O Visconde do Rio Branco, nascido na Bahia, começou a vida com dificuldades. No Rio chega liberal e é sucessivamente eleito deputado pelo Rio de Janeiro. Por um período afasta-se da política. Passa para os conservadores, é convocado por Paraná, o grande Honório Hermeto Carneiro Leão, para acompanhá-lo ao Prata. Em 1852 é ele próprio ministro no Uruguai. Entra para o grande Gabinete da Conciliação como Ministro da Marinha.

É o principal negociador do Brasil nas questões do Prata. Em 1862 é escolhido Senador. É o construtor do 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre.

Os retratos dos contemporâneos sobre o pai do Barão do Rio Branco são unânimes na admiração do grande homem. Machado de Assis mostra-o na tribuna, a defender sua posição na missão ao Prata: “...a ânsia de produzir a defesa era tal, que as primeiras palavras [ele se referia à questão do Prata] foram antes bradas do que ditas: ‘Não a vaidade. Sr. Presidente...’ Daí a um instante, a voz tornava ao diapasão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram nove horas da noite” – talvez tenha sido o discurso mais longo já proferido no parlamento brasileiro – “quando ele acabou, estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a

eloquência parlamentar". Joaquim Nabuco o descreve com elogios raros: "Tinha seriedade, critério, infatigabilidade, coragem, vigor físico" – e aí vai uma virtude que hoje não temos mais e que naquele tempo era uma virtude dos políticos – "pontualidade, correção, figura, maneiras..."

O futuro Barão do Rio Branco nasce no Rio de Janeiro, na antiga Travessa do Senado nº 8, em 20 de abril de 1845, com o nome do pai. Primogênito de nove irmãos, sua mãe, Dona Teresa de Figueiredo Paranhos, era muito jovem – tinha dezesseis anos, casara-se aos treze —, o menino foi educado à sombra do pai, um personagem que encarnava em sua época a síntese dos valores políticos e diplomáticos. Aos dez anos de idade ingressou no Imperial Colégio de Pedro II, onde por seis anos foi um aluno talentoso e brilhante e não quis receber o diploma do curso de Letras porque desejava entrar e ser diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais.

Estudou por três anos na Faculdade de Direito de São Paulo, passando, depois, para o Recife, onde veio a receber o grau de bacharel, em 1866. Tinha então vinte e dois anos incompletos. As duas faculdades, como todos nós sabemos, eram os centros intelectuais do país, onde estudaram Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Castro Alves e tantos outros.

Formado em dezembro de 1866, seguiu para Portugal, Itália, Alemanha, Áustria, França, Inglaterra, Espanha, com a grande curiosidade intelectual que o levava a visitar museus, arquivos, bibliotecas, além de conhecer hábitos e línguas desses países. Toma o gosto, que o acompanhará pela vida inteira, das estações de água, como Baden-Baden, a que retornará muitas vezes. Gostava da vida, da boa mesa, de espetáculos, da boêmia e de cultivar amizades.

Ele foi para a Europa por quê? Porque a Regente, Princesa Isabel, não concordara com a sua ligação amorosa. E então, ele, achando que não devia viver no Brasil, consegue ser nomeado Cônsul de Liverpool, onde passa 24 anos.

Mas essa distância física do Brasil não faz com que esqueça a sua terra, tanto que, no seu brasão de Barão, coloca a expressão latina "*Ubique Patriae Memor*" – "Onde estiver, lembro-me da Pátria". Instalado ao mesmo tempo em Paris e Liverpool, há várias anedotas sobre isso. Luís Viana conta, na sua biografia, que quando era encontrado nas ruas de Paris por um brasileiro, dizia: "Cheguei ontem de Liverpool. Amanhã, estou voltando." Mas, na realidade, vivia em Paris, onde frequentava os museus, ia às bibliotecas e fazia amplas pesquisas em fontes primárias, a exemplo dos arquivos históricos das potências coloniais, que viriam a ser fundamentais para explicar o êxito posterior que

teria nas negociações para a definição das fronteiras nacionais.

Tornou-se conhecido, assim, em quase todas as bibliotecas e arquivos. Quando entrava, já os funcionários sabiam quem era, tão grande e tão frequente era a sua presença nessas casas. Copiava documentos importantes em Portugal, na Holanda, na Espanha, na Inglaterra e na França, a ponto de tornar-se grande erudito, então, já nos temas brasileiros e nas suas relações internacionais. À sua casa chegavam diariamente mapas, retratos, documentos, e tinha, como todos sabem, uma grande paixão pela geografia e pela história.

Tinha gosto pelo gênero das efemérides históricas. Ele as escrevia por toda parte, nas cartas, nos envelopes, nas margens dos livros. Muitas foram publicadas em *A Nação*, no *Jornal do Comércio* e no *Jornal do Brasil*. Formou-se assim o volume *Efemérides Brasileiras*, publicado em 1892.

Depois de visitar o Brasil para despedir-se do pai morto, Paranhos volta ao Rio novamente em 1887 e na viagem de regresso à Europa é companheiro de viagem do Imperador, que, muito doente, ia em busca de tratamento. Em 1888, quase ao apagar das luzes da monarquia, seria feito Barão por D. Pedro II, com o mesmo título do Visconde seu pai.

Entre os estudos históricos que o Barão fazia, ele dedica questão especial às fronteiras do Brasil com a Argentina. Seu pai tratara e quase resolvera esse assunto em 1857, mas o Congresso argentino não aprovou o acordo. A fronteira estabelecida em 1750, no rio Peperi, afluente do Uruguai, deixava a porta da demarcação na fixação de que curso era designado com esse nome. Em 1759 fizéramos um tratado de demarcação, que foi contestado, em 1789, por um comissário espanhol, Alvear. Com a independência argentina, em 1816, o novo país adotou esse ponto de vista. Quintino Bocaiuva, Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório da República, assinara um tratado com o seu correspondente, Estanislau Zeballos, dessa vez vetado pelo Exército brasileiro e rejeitado pelo Congresso Nacional.

Todos que aqui estão presentes, diplomatas e grandes estudiosos da história do Brasil, conhecem perfeitamente esses fatos, mas estou repetindo para fixar na nossa memória os serviços que Rio Branco prestou ao nosso País.

Os dois países haviam finalmente concordado em submeter a questão ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland. Floriano acaba designando Rio Branco para defender o Brasil. Ele instalou-se em Nova Iorque e impôs a si e à sua equipe um ritmo de trabalho avassalador. Combinou a ação diplomática com um trabalho de pesquisa histó-

rica e geográfica. Consegiu as instruções dadas aos demarcadores de 1758, que desmontavam completamente o argumento argentino. Cercou-se de mapas. A 6 de fevereiro de 1895, o Secretário de Estado Americano, que se chamava Gresham, anuncia: "O laudo é a favor do Brasil."

Peço licença aqui para me deter um pouco mais num caso que é muito caro para mim, que é o problema do Contestado com a França, isto é, a incorporação pacífica do território do Amapá ao Brasil. Vitorioso na questão da Argentina, o Barão logo volta suas vistas para a questão com a França, antes mesmo de ser designado para essa tarefa. A campanha seria árdua. Rio Branco voltara ao consulado de Liverpool, seu posto formal, que manteve até 1896. Mas já a 31 de abril de 1895, estava na sua residência francesa, na Vila Molitor, nº 15.

Nos próximos cinco anos, ele se dedica, num trabalho gigantesco, à construção da vitória. Forma relações pessoais com as famílias dos dirigentes suíços, envolve o corpo diplomático, insinua-se, faz pesquisa histórica e, sobretudo, sustenta a posição brasileira diante do árbitro, como grande negociador e como grande diplomata que era.

O Amapá passa a ser, então, o único Estado do Brasil que se tornou brasileiro pela vontade de ser brasileiro. Um sangrento episódio que ocorreu na cidade do Amapá, na tão pequena cidade do Amapá, faz com que França e Brasil acordem em resolver esse problema de uma vez por todas. Havia um homem chamado Trajano, um brasileiro, que passara para as forças francesas e se encontrava na vila do Cunani, onde costumava erguer a bandeira francesa. Então, os brasileiros, acharam que deveriam prendê-lo e levá-lo para Amapá. Os amapaenses baixaram a bandeira francesa e levantaram a bandeira brasileira. Os franceses, vindos de Caiena, sob o comando do Capitão Lunier, invadem a cidade do Amapá. Há uma grande luta, em que o capitão francês é morto pelo Veiga Cabral, o famoso Cabralzinho, que depois veio a ser general honorário do Governo Brasileiro.

E os franceses, tomados de um grande espírito de vingança, fazem um verdadeiro massacre nessa cidade, com dezenas de pessoas mortas. Isso teve uma grande repercussão na Europa, principalmente na França, onde os jornais diziam que a França não fora feita para massacrar ninguém no mundo inteiro, e a própria França se revoltou e sentiu a necessidade de resolver o problema do Contestado. Os dois países resolvem submeter a questão a arbitramento. O Barão é encarregado da questão, que toda ela se localizava em saber se o rio Pison era o rio Oiapoque atual e ou o rio Araguari. É escolhido o governo suíço, que

o Barão não desejava que fosse o árbitro da questão, porque ele achava que com um colegiado era mais difícil negociar.

Mas com a sua capacidade extraordinária de trabalho já em novembro de 1895 escrevia: "Estou armado de todos os mapas e fac-símiles que puderam ser encontrados na França, Alemanha, Inglaterra e Espanha e completei o estudo do que está impresso adquirindo livros e folhetos que não tinha".

Então ele monta um gabinete de trabalho na França dedicado exclusivamente a provar, histórica e geograficamente, que esse território pertencia ao Brasil e que o rio Oiapoque era o rio Pison.

Nessa negociação, há uma coisa interessante: Rio Branco, com o seu gênio, estuda tanto o problema que inverte, dizendo que a questão, como colocada pela França, podia levar o Brasil a reivindicar tudo o que a França tinha como Guiana Francesa, pois colocava a divisa no rio Aprouague e no rio Maroni. Então, ele inverteu na sua negociação essa parte, o que na realidade ele fez com muita habilidade, mas na realidade esse foi um dos fundamentos pelos quais os franceses acharam que deviam recuar ou que não tinha condições de enfrentar um homem de tamanho talento e baseado em tantos argumentos quanto ele.

Em 1º de dezembro de 1900, o Secretário do Departamento Político da Suíça anuncia a vitória do Brasil. E o Barão do Rio Branco, então, preparou um cenário para receber essa notícia: colocou o busto de seu pai no fundo da sala, para ver a vitória do Brasil, talvez com uma certa vaidade do seu filho. E, ainda para dar um ar, vamos dizer, cinematográfico a essa reunião, ele pôs em uma cadeira os dois volumes do laudo e os doze de considerandos da sentença a favor de nosso País.

Em 1898, então, já consagrado, Rio Branco é eleito para a Academia Brasileira de Letras, na vaga de Pereira da Silva.

Em 1902, Rio Branco recebe um telegrama do Presidente Campos Sales, que fora seu colega de colégio, transmitindo o desejo do Presidente Rodrigues Alves, a quem ele não conhecia, para que aceitasse a Pasta do Exterior. Ele recusa. Estava na Europa há tantos anos e, ali vivendo, não queria realmente sair da sua situação – fora designado ministro em Berlim. Mas Rodrigues Alves insiste com ele – todos conhecem esse episódio – de tal maneira que ele, no fim, diz que não tem condições de recusar o pedido feito pelo Presidente. Ele, então, diz a sua famosa frase em mensagem ao Presidente Rodrigues Alves: "Farei o sacrifício que Vossa Excelência julga necessário".

Ele, então, chegando ao Brasil, encontra colocada a questão do Acre – tão cara ao Senador Jorge

Viana, autor deste requerimento. A verdadeira reação boliviana na questão do Acre não foi, na verdade, boliviana. Todos nós sabemos que se formou, na tradição do colonialismo do fim do século, uma companhia de investimento, uma *chartered company*, o Bolivian Syndicate, uma corporação multinacional, e a cooptação do território do alto Amazonas pelo capitalismo internacional.

No Rio de Janeiro, recém-chegado, Rio Branco, o novo chanceler, traz o assunto para a área da negociação. A 3 de fevereiro de 1903 telegraфа à Bolívia: “(...) não podemos concordar em que ali penetrem tropas ou autoridades da Bolívia. Dos três litigantes, Bolívia, Peru e Brasil, é a este” – ou seja, o Brasil – “que melhor cabe a ocupação administrativa provisória desta parte do território contestado, atenta à nacionalidade de sua população.”

O caminho que ele indicará ao Presidente Rodrigues Alves e implementará é um caminho muito hábil, da troca de territórios, seguida de uma compensação financeira pela diferença. A negociação terminou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903 – e nós tivemos a oportunidade, em uma sessão também desta Casa, que o então Senador, hoje Governador, Tião Viana requereu, de comemorar essa assinatura.

Rio Branco foi muito amigo de Nabuco, a quem fez o nosso primeiro embaixador – até então tínhamos ministros na chefia de nossas representações – não num país da Europa, mas nos Estados Unidos. Ali, concertado entre os dois, o Brasil abre para o hemisfério seu eixo, e recebe, no Rio, a 3ª Conferência Pan-Americana, consagrando o Secretário de Estado americano, Elihu Root, e Nabuco.

Com a mesma habilidade, em 1907, é a vez de o Rio Branco cooptar o Ruy Barbosa, e manda-o para Haia, onde também alcança uma consagração. O Ruy tinha certa divergência, ou melhor, certo ciúme do Barão do Rio Branco. Aliás, o Ruy Barbosa costumava ter ciúmes de todos os homens talentosos do seu tempo. Ele sempre queria se colocar acima de todos eles. Na sucessão de Afonso Pena, Ruy, em uma manifestação da sua generosidade e, ao mesmo tempo, da sua justiça, é ele mesmo quem propõe o Barão do Rio Branco como candidato à Presidência da República, por enxergar nele uma “solução nacional”, acima de partidos e apenas reconhecendo o que era o talento do Rio Branco.

Em 1909 ele resolve a questão do Peru, sempre na linha estabelecida da negociação.

No ano seguinte, o da morte de Nabuco, o Barão começa a apresentar problemas de saúde. Ele sempre fora um homem de grande resistência física, que

devotou à história, à diplomacia, à família e à pátria. Destacava-se por sua clarividência, segurança e firmeza de suas resoluções, pelo vigor e energia com que realizava seus trabalhos.

A morte do Barão foi uma comoção nacional. Tinha 66 anos. Embora hoje seja uma idade pequena, naquele tempo também nós julgávamos que, para um estadista daquele porte, tinha morrido muito cedo. Toda a sua vida pensando no Brasil, na sua construção, na concepção de seu destino, realizando a definição de Churchill: “O estadista pensa no futuro.” Essa é a característica do estadista. Rio Branco sempre pensava no futuro. Ele nunca deixava de pensar no presente, sem uma visão de futuro.

Aprendi com o Rio Branco que três coisas permeavam os interesses conflitantes dos países, que levavam os problemas sérios e até mesmo desembocavam em problemas de guerras entre nações: os problemas de religião, os problemas de raça, os problemas de fronteira.

No Ministério das Relações Exteriores, procurou legar, às gerações que o sucederam e às gerações do futuro deste País, fronteiras absolutamente delimitadas, de tal modo que o Brasil de hoje não tem nenhum problema dessa natureza, consolidado o seu território, que foi obra do Barão do Rio Branco.

Eu quero até contar uma confidência – se é que se pode contar confidências num auditório tão qualificado. Quando tivemos a questão dos índios Ianomâmis, e nós proibimos a localização de reservas na fronteira, Dom Ivo Lorscheider, que era o Presidente da CNBB, uma grande figura também, pessoa com quem eu tinha excelente relacionamento, me procurou e perguntou se eram os militares que estavam influindo naquela minha decisão. E eu disse: “Não. O senhor sabe quem está fazendo a minha decisão dessa maneira, quem está influindo muito? É o Barão do Rio Branco, porque ele dizia que jamais nós podíamos delegar às gerações futuras problemas relativos à fronteira, que, realmente, era uma fonte de atrito entre todos os países, como até hoje continua sendo.”

No Barão do Rio Branco, a Diplomacia brasileira encontrou sua identidade e sua vocação negociadora e universalista. O êxito de Rio Branco na consolidação de nossas fronteiras deu legitimidade a uma República ainda incipiente.

Quando fizemos os acordos com a Argentina, na Ata do Iguaçu, a começar pela difícil cooperação nuclear, era em Rio Branco que eu pensava. Estávamos, mais uma vez, pensando na sua linha, que era a linha da negociação, em vez da linha do confrontamento.

É também fundamental sua compreensão de que a prosperidade regional – era outra preocupação

do Barão – tinha que ser conjunta, sem restringir-se apenas ao Brasil. Vizinhos grandes e fortes, em seu entendimento, ancorariam e alavancariam mutuamente o desenvolvimento da região.

Rio Branco deu início a uma maneira de “pensar o Brasil”. De compreender sua complexidade e procurar seu lugar na cena internacional. De medir e pesar assimetrias e simetrias no conjunto das nações e de buscar o equilíbrio ideal nos relacionamentos externos que respondessem às necessidades de desenvolvimento da jovem República.

É assim que a sua figura é delineada como o grande estadista que o Brasil teve, o grande homem que pensou no futuro do País e que teve uma visão prospectiva da nossa Pátria – e isso nós nunca devemos esquecer e, sempre que tiverem que tomar decisões, os homens de Estado têm que se lembrar o que foram os ensinamentos de Rio Branco.

Sua opção pela solução negociada nos conflitos prevaleceu. Ao serviço brasileiro, deu sua imensa capacidade de organização; sua inteligência na construção do argumento, na elaboração da estratégia e no desenvolvimento da tática.

A Igreja diz que dos santos e dos místicos se deve comemorar o dia de sua morte.

Acrescento, também, os heróis. E eu considero o Barão do Rio Branco um herói. Talvez ele nunca tenha sido chamado de herói. Herói, porque os heróis não são apenas aqueles que, em batalhas sangrentas, derramam sangue ou provocam derramamento de sangue em defesa de uma causa.

Portanto, Rio Branco pode figurar não somente entre as figuras dos estadistas brasileiros, mas também dos nossos heróis.

Seu pai dizia, nesta Casa, em seu discurso do Prata, aquilo que já citei: “Não à vaidade!”

Pois eu hoje quero dizer sim à vaidade. Vaidade do Brasil de ter na figura de Rio Branco um dos seus grandes heróis, o maior brasileiro do século XX.

Herói – vou repetir – não é somente aquele que vence batalhas com espada e sangue. Rio Branco venceu todas as batalhas, conquistando territórios para o Brasil, enquanto outros países conquistaram os seus à base de sangue e de batalhas, como na América espanhola. Rio Branco, ao contrário, fez pela negociação, criando essa consciência nacional do diálogo, que até hoje permanece no Brasil, como um País pacifista, seguindo diretrizes do nosso comportamento internacional, da nossa diplomacia; criando, portanto, uma consciência de paz, uma consciência de negociação e de construção de uma grande Pátria, como é a nossa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em seguida, passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, José Sarney; Sr. Ex-Presidente da República, Senador e Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa, Fernando Collor de Mello; Sr. Senador Aníbal Diniz, Senador Capiberibe, Senadora Ana Amélia, demais Senadores aqui presentes. Eu queria também cumprimentar o Embaixador Georges Lamazière, que aqui representa o Ministro das Relações Exteriores; e também o Presidente da Fundação Alexandre Gusmão. E não custa lembrar que o Embaixador Lamazière é o Diretor-Geral do Instituto Rio Branco. Temos a presença aqui de inúmeros alunos, inclusive, de outras nações nos honram com as suas presenças. Quero também cumprimentar e agradecer a presença do Sr. Gilberto Sabóia, que preside a Fundação Alexandre Gusmão. Cumprimento o ex-Deputado Federal Marcos Afonso, que aqui representa o Governador Tião Viana. Cumprimento as demais autoridades aqui presentes, fazendo uma referência ao Comandante do Batalhão Rio Branco, aqui do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu queria agradecer a honra e o privilégio de ter sido signatário do requerimento que eu origem a esta sessão. Mas esse requerimento contou também com a assinatura do próprio Presidente Sarney, do Senador Collor, e também do meu querido colega Senador Aníbal Diniz, além da Senadora Ana Amélia, que está aqui presente e é signatária do requerimento; do Senador Aloysio Nunes e do Senador Cristovam Buarque.

Sr. Presidente, eu não posso iniciar as breves palavras que pretendo proferir desta tribuna, sem antes fazer referência à aula que acabamos de ter sobre a história bonita do nosso Brasil, que só quem tem os outonos da vida como V. Ex^a tem pode proferir. Foi extraordinária a maneira simples com que V. Ex^a contou essa história tão cheia de detalhes e de profundidade e que marcaram definitivamente – e não é pouco – os limites desta Pátria que todos nós amamos de 16 mil quilômetros. A história do pai, do filho e do século XX foi relatada aqui de maneira absolutamente singular por V. Ex^a. Parabéns e obrigado, porque esta sessão já poderia ser encerrada agora, porque penso que não teríamos como fazer uma homenagem maior e nem melhor ao Barão do Rio Branco do que por seu discurso, que faço questão de, logo que terminar esta sessão, pegar uma cópia ainda com os rascunhos, sem as devidas correções porque sei que ela é um pouco mais longa e mais completa. Mas é muito rico

para o Plenário, para o Senado, quando aqui tentamos registrar na História os 100 anos da perda do Barão do Rio Branco, ter o privilégio de uma fala tão bonita e tão importante como a de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, estamos aqui reunidos hoje para homenagear um dos maiores brasileiros de toda nossa história. E neste momento em que nosso País se torna a sexta economia e passa a ser reconhecido e respeitado como uma das principais nações do mundo atual, penso não haver nenhuma dúvida quanto ao fato que José Maria da Silva Paranhos Júnior, o célebre Barão do Rio Branco, entre o final do século XIX e início do XX, foi um dos principais precursores dessa grandeza nacional que hoje tanto nos orgulha. É fato, ao longo de toda sua extraordinária atividade diplomática, que conquistou a consolidação definitiva de nossas fronteiras, o Barão do Rio Branco sempre se comportou como quem dispunha da mais absoluta consciência de que o Brasil estava destinado a liderar, mais cedo ou mais tarde, não só a América Latina, mas também, em grande medida, o cenário internacional, antecipando em quase um século o que hoje já se apresenta a todos nós como tão evidente.

Só por isso, a realização desta sessão especial de homenagem ao centenário da morte do Barão do Rio Branco já estaria justificada. Entretanto, como representante do povo acriano no Senado Federal, senti-me na obrigação de propor esta homenagem porque temos, lá no Acre, um sincero e profundo sentimento de gratidão pela obra deste homem que reconheceu a injustiça e o abandono a que estavam relegados os “brasileiros do Acre” em um momento crucial de nossa história, bem como soube encontrar os meios necessários para solucionar uma das questões mais difíceis e complexas de toda a nossa história diplomática.

Quem conhece o povo acriano sabe que temos muito orgulho de nossas raízes. Lá, gostamos de dizer que somos o único Estado que lutou para ser brasileiro, aliás, como bem disse o Presidente Sarney, o Amapá também, assim como o Rio Grande do Sul, como sinaliza a Senadora Ana Amélia.

O Acre fez uma guerra com a Bolívia, que chamamos de Revolução Acriana, para fazer parte deste País fantástico, que é o Brasil.

Todos aqueles que têm oportunidade de visitar o Acre se surpreendem ao encontrar, no extremo ocidental da Amazônia, uma sociedade que cultua sua bandeira, canta seu hino e cultiva intenso sentimento de brasiliade. Claro que parte desse ensinamento recebemos de Plácido de Castro, outro herói gaúcho que nos ensinou a aprofundar o amor pela Pátria. Quero lembrar aqui, nesta sessão especial, o drama que

atingia e afligia os acrianos desde os primeiros anos da República brasileira e que nos tornou eternos tributários da sabedoria e responsabilidade do Barão do Rio Branco.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, convidados, autoridades aqui presentes, o Acre foi uma das últimas regiões da Amazônia a ser ocupada. Apesar de essas terras pertencerem formalmente à Bolívia e ao Peru, os brasileiros se valeram do curso dos rios Purus e Juruá e começaram a ali se estabelecer por volta de 1880, pelo menos quinze anos antes que bolivianos e peruanos.

O Ciclo da Borracha foi capaz de gerar riqueza suficiente para mobilizar milhares de homens oriundos de diferentes países e regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, abrindo seringais que abasteciam os países industrializados com a preciosa borracha, então chamada de ouro-negro devido à sua importância e alto valor no mercado internacional.

Em 1895, durante os trabalhos da comissão demarcatória dos limites entre Brasil, Bolívia e Peru, o então General Gregório Thaumaturgo de Azevedo, outro importante herói acriano e grande brasileiro, denunciou ao governo brasileiro que, caso fosse efetivada a demarcação como estabelecida no Tratado de Ayacucho, milhares de brasileiros seriam abandonados à própria sorte em território estrangeiro. Porém, incompreensivelmente, o governo brasileiro à época decidiu ignorar o alerta e mandou proceder à demarcação como planejado. Estou me referindo à Linha Cunha Gomes. Indignado, Thaumaturgo de Azevedo se demitiu da chefia da comissão e denunciou à opinião pública nacional o que, no seu entender, poderia se tornar um verdadeiro crime de lesa-pátria. Os brasileiros do Acre exigiam mais atenção do Governo brasileiro.

Pouco tempo depois, no início de 1899, as autoridades bolivianas se estabeleceram às margens do rio Acre para efetivar seu domínio sobre essa rica região, dando origem a uma grande revolta por parte dos brasileiros que não aceitavam o domínio estrangeiro. Foram quatro distintos movimentos: a Primeira Insurreição Acriana (1899), liderada por José Carvalho, um advogado que residia em Belém do Pará, a criação do Estado Independente do Acre, presidido pelo espanhol Luis Galvez (1899-1900), a Expedição do Poetas (1900), Presidente Sarney, terceira tentativa, com a poesia e com a alma os poetas foram lá defender o território brasileiro, no Acre, e a Revolução Acriana, comandada pelo herói da pátria, como o barão, o gaúcho Cel. Plácido de Castro (1902-1903).

Mas nem mesmo as arbitrariedades cometidas contra os brasileiros do Acre e a notícia da formação, como bem disse aqui o Presidente Sarney, do Bolivian Syndicate, uma companhia anglo-americana destinada

a arrendar essas terras pretensamente bolivianas, sob a proteção do governo norte-americano... A borracha era o mais importante produto da Revolução Industrial naquele período, e aquela região era a maior produtora de borracha. Daí a primeira grande tentativa de internacionalização da Amazônia.

Esse Bolivian Syndicate, sob proteção norte-americana, constituindo uma ameaça concreta e contundente à soberania brasileira na Amazônia, foi insuficiente para fazer o governo brasileiro mudar de posição, que, em mais de uma ocasião, desarmou os revolucionários e devolveu a região ao domínio estrangeiro, o que provocou forte indignação da opinião pública nacional, manifestada quase que diariamente através dos jornais.

Foi neste cenário de guerra, que já se estendia por quatro anos, com centenas de mortos entre brasileiros e bolivianos, que o Barão do Rio Branco se tornou Ministro das Relações Exteriores em 1902, como bem falou o Presidente Sarney. Ele imediatamente deu início às negociações que visavam a solucionar a grave "Questão do Acre".

E, mesmo considerando que o Barão já acumulava importantes vitórias diplomáticas anteriores, como as arbitragens internacionais das Missões (1895) e do Amapá (1900), tão bem relatada aqui, penso que não seria demais afirmar que se tratava da mais difícil e complexa questão de fronteira já enfrentada pelo governo brasileiro, pois, como nos lembra o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, em excepcional artigo acerca do centenário da morte do Barão do Rio Branco:

De todos os entendimentos promovidos por Rio Branco, esse foi o único em que houve uma expansão territorial. Nos demais, o Brasil empenha-se apenas pelo reconhecimento de direitos legítimos, decorrentes de motivos históricos e jurídicos. Essa foi também a única ampliação territorial do Brasil como nação independente.

Então, foi um desafio fora do comum.

Por absoluto e necessário reconhecimento da responsabilidade pública demonstrada pelo Barão do Rio Branco, é fundamental ressaltar que, para resolver a complexa Questão do Acre, foi necessário empreender uma sofisticada estratégia que atuou simultaneamente em diversas frentes, desde impedir que capitais alemães – olhem a complexidade – participassem do Bolivian Syndicate, que, logo em seguida, seria neutralizado pela excepcional atuação de um grande parceiro do Barão do Rio Branco, o eminente gaúcho Assis Brasil, nos Estados Unidos da América, passando pela movimentação de tropas brasileiras para o Acre e para o Mato Grosso, de forma a ces-

sar o conflito armado entre o exército boliviano e os revolucionários brasileiros, e o enfrentamento de um duro embate com Rui Barbosa – já foram lembradas aqui, de certa forma, algumas razões –, que era um dos mais influentes brasileiros da época e se opunha tenazmente a um acordo que incluísse permuta territorial, chegando, finalmente, até a inédita fórmula para a diplomacia brasileira de indenizar a Bolívia e assim pôr fim ao grave conflito. Então, a vida do Barão, de fato, não foi nada fácil. O Parlamento tinha, na figura de Rui Barbosa, um adversário poderoso.

Para concluir, queria ressaltar finalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras e convidados, que o extraordinário legado do Barão do Rio Branco para nosso País é imenso. O Brasil, desde a atuação do Barão, consolidou sua política externa pelo compromisso de não ingerência nas questões internas dos países vizinhos. Rio Branco foi também inovador ao implementar uma política de consolidação do prestígio brasileiro no cenário internacional. E com isso tornou o Itamaraty uma das principais instituições de Estado e motivo de orgulho até hoje para todos nós, brasileiros.

A mais longa atuação de um Ministro das Relações Exteriores foram ininterruptos dez anos – de 1902 até sua morte em 1912 –, durante os governos dos Presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Consolidou uma opção dialógica e franca para a política externa brasileira, levando-nos aos melhores resultados históricos e fortalecendo nossa relação de confiança e nossa sinergia com os povos da América do Sul.

E mesmo em seus últimos dias, o Barão continuou nos dando exemplos de absoluto compromisso e dedicação. Já sofrendo com graves problemas renais, pediu demissão de suas funções públicas, mas não foi atendido pelo Presidente Hermes da Fonseca. Permaneceu firme, assim, em seu posto até que, depois de longos dias de agonia, veio a nos deixar, no dia 10 de fevereiro de 1912, provocando uma profunda comoção popular em todo o País, o fechamento das casas comerciais e o cancelamento do Carnaval, que foi transferido – foi a única vez que tivemos a alteração de algo tão entranhado na vida dos brasileiros – para o sábado de Aleluia no mês de abril, o que ocasionou, de forma inédita também – aí o jeitinho brasileiro funciona –, a ocorrência de dois carnavales, com marchinhas e lembranças do barão em um e no outro.

E, de certa forma, as marchas e o tema do Carnaval foram uma homenagem a um homem que amava este País e essa cultura que emergia do povo brasileiro. Então, a sua relação com o Brasil, simbolicamente, também ocorreu na sua morte, no período de Carnaval. E

aí, de alguma maneira, popularizou mais ainda a figura de um grande estadista, que é o Barão do Rio Branco.

Em 2002, tive a honra de participar, na qualidade de Governador do Estado do Acre, como mediador de uma das mesas de um seminário realizado por ocasião do centenário da posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, realizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e pela Fundação Alexandre de Gusmão. Tive a honra de ser o mediador, porque tenho a firme convicção de que temos a obrigação de, em todas as ocasiões possíveis, promover e prestar tributo à memória e à obra do Barão do Rio Branco, esse extraordinário homem que já foi, com muita justiça – e aqui o Presidente Sarney lembrava –, tratado como “o maior de todos os brasileiros”. De fato, o Barão do Rio Branco foi o maior brasileiro do século XX, e sua vida é uma lição. Isso dito pelo Presidente do Senado, um estudioso, um profundo conhecedor da história brasileira.

E eu aqui queria dizer da minha honra, como ex-Governador do Acre, como ariano, e hoje na condição de Senador, de poder prestar esta singela homenagem a esse grande brasileiro que segue inspirando a todos, especialmente o Brasil e o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Presidente José Sarney; Exm^º Senhor primeiro signatário da presente sessão, Senador Jorge Viana; Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Aníbal; Ex^{mo} Sr. Diretor-Geral do Instituto Rio Branco e representando S. Ex^a, o Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota, Embaixador Georges Lamazière; Ex^{mo} Sr. Presidente da Fundação Alexandre Gusmão, Sr. Gilberto Vergne Saboia; Ex^{mo} Sr. Deputado Marcos Afonso, representando o Governador do Estado do Acre Tião Viana; Ex^{mas} Sr^{as}s e Srs. Senadores; caros alunos do Instituto Rio Branco – e aqui, dentre os alunos do Instituto Rio Branco, Sr. Presidente José Sarney, temos alunos da Argentina, do Timor Leste, da Tanzânia, de Moçambique, de Angola, de Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, do Suriname, de Antigua –, a quem gostaria de dirigir uma palavra especial de estímulo e, sobretudo, que fique patente a forma como a política externa brasileira está sendo conduzida: de confluir os mesmos interesses em busca dos consensos que nos trazem a paz e a estabilidade mundiais; Ex^{mo} Senhor representante de S. Ex^a, o Co-

mandante do Exército, Sr. General de Brigada Lauro Luiz Pires da Silva; excellentíssimos senhores e excellentíssimas senhoras; a mais contundente, merecida e talvez abrangente definição que se possa dar ao perfil intelectual e às atividades públicas de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, reside na imagem condensada de um incontestável estadista do Império e da República.

Partícipe do mundo jurídico pela formação acadêmica, Rio Branco teve o mérito de uma experiência exemplar no Poder Legislativo, seja como Deputado Federal por duas legislaturas no Império – período em que se revelou, acima de tudo, um abolicionista – e no Poder Executivo, como ministro das Relações Exteriores, por dez anos consecutivos, na gestão de quatro presidentes no período republicano.

É unânime que o mais propalado e reconhecido legado que o Barão do Rio Branco deixou para o Brasil foi o intenso, denodado e bem-sucedido trabalho de consolidação de nossas fronteiras. Da Amazônia ao Prata, de norte ao sul do País, os arcos que ainda hoje definem a locação e os limites do País dentro de nosso subcontinente foram traçados pela tenacidade do Barão de Rio Branco.

Para aquilatar esse fato, numa acurada e rigorosa análise de seu significado, impõe dizer que a definição dos limites territoriais é o primeiro componente da agenda da política externa de qualquer nação, exatamente por se tratar de fator que constitui a mais importante instância demarcatória entre o interno e o externo.

Para o êxito de seu papel e de suas ações nessa arena de negociação, Rio Branco soube, de modo exemplar, como bem disse aqui o Presidente José Sarney, utilizar-se de todos os instrumentos disponíveis no âmbito do Direito internacional, das relações exteriores e da própria política. De acordo com o interlocutor e, especialmente, dada a natureza da situação, sabia ele vaticinar e recorrer à melhor alternativa, como a arbitragem ou a tratativa bilateral.

Dessa forma, seu objetivo prioritário era invariavelmente a solução pacífica e negociada das controvérsias.

Como Ex-Presidente da República, tive a oportunidade de constatar, no exercício da chefia de Estado e de todas as demandas institucionais dessa representação, os ensinamentos e a herança de Rio Branco na prática do universo diplomático, marcadamente quanto à estrutura, funcionamento e organização do Itamaraty. Se hoje a excelência dessa instituição é reconhecida e admirada internacionalmente, devemos, em especial, à visão e à profecia do seu mais expressivo representante e sua capacidade de definir e implantar os princípios basilares da diplomacia brasileira. A começar pelo processo de seleção dos membros da carreira, escolha

e distribuição de postos, passando pela qualificação que culminam, todos esses aspectos, na disciplina, na meritocracia e no respeito à hierarquia. Não por outro motivo, o instituto de formação de seus quadros leva o nome Rio Branco.

E hoje, na honrosa condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, tenho confirmado, no convívio sistemático com o nosso corpo diplomático em suas diversas instâncias, a continuidade dessa tradição organizacional do Itamaraty, seus conceitos e sua política pacifista.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr^{as}s e Srs. Diplomatas, Srs. estudantes do curso Rio Branco, a obra de Rio Branco vai muito além daquela proeminente atividade negociadora que ele soube exercer com verdadeira maestria. Ao se referir à solução das questões fronteiriças, o diplomata e historiador Arthur Guimarães de Araújo Jorge, em sua clássica obra *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*, unifica as ações diplomáticas e políticas de Rio Branco que lhe renderam o reconhecimento mundial. .

Nas suas palavras:

O Barão empenhou-se com fervor em terminar o trabalho restante de reajustamento territorial a fim de remover do plano internacional, de uma vez por todas, as derradeiras causas de possíveis desavenças entre o Brasil e os países vizinhos. (...) Resolvidos, ao mesmo tempo, os complexos problemas correlatos de comércio, navegação e trânsito fluvial, fonte perene no passado de apaixonadas discussões e deploráveis desentendimentos, Rio Branco entregou-se à tarefa de aperfeiçoamento das relações políticas do Brasil, combalidas pelas agitações internas que precederam a consolidação do regime republicano. Devotou-se, com particular empenho, ao revigoramento da amizade com os países americanos a que nos prendiam identidade de aspirações comuns e indissolúvel solidariedade de interesses materiais e espirituais.

Além disso, Sr. Presidente, sob a inspiração, o exemplo e a herança do gigantismo moral e intelectual de seu pai, o Visconde do Rio Branco – para muitos, o maior estadista do Segundo Reinado –, não podemos deixar de ressaltar a refinada formação, o inestimável talento e a intensa produção do Barão do Rio Branco no campo das letras. Ao lado do exercício do jornalismo, a sua vocação de escritor e historiador pode ser, e com toda justiça, constatada nas palavras de um dos mais renomados historiadores brasileiros, José

Honório Rodrigues. Ao citar o raríssimo livro dirigido pelo Barão de Santa-Anna Nery, *O Brasil em 1889*, ele destaca o capítulo escrito por Rio Branco intitulado originalmente *L'Esquisse de l'Histoire du Brésil* (*O Esboço da História do Brasil*), sobre o qual comenta:

É realmente difícil encontrar na historiografia brasileira trabalho mais condensado e exposição mais segura de tantos fatos de nossa história. (...) Supera, pelas qualidades de exatidão e fidedignidade, e pelas virtudes de concentração e fluência, qualquer obra do mesmo estilo que se lhe compare. Só o vasto domínio das fontes, o controle da bibliografia, o profundo e minucioso conhecimento dos fatos poderia permitir que o autor abreviasse, rapidamente, em menos de duzentas páginas, a história do Brasil, até o fim da Monarquia.

Além disso, José Honório justifica o lugar de relevo do Barão na evolução da historiografia brasileira, distinguindo-o de seus contemporâneos porque em sua obra “a história e a erudição [segundo José Honório] parecem estar sempre a serviço da política e da ação prática.” Por isso – continua –, “a conexão que desde cedo Rio Branco percebeu existir entre a política e a história tornou-o, nos negócios públicos, uma consciência vigilante e militar na defesa da causa do Brasil.”

Por tudo isso, Sr. Presidente José Sarney, Sr. Senador Jorge Viana, Sr. Senador Aníbal Diniz, Sr. representante de S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Lamazière, por tudo isso, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Ministro Celso Lafer assevera, com excepcional precisão, que o Barão do Rio Branco tornou-se um raríssimo caso de diplomata que alcançou, como disse S. Ex^a o Presidente do Congresso, Senador José Sarney, o *status* de herói nacional. Para ele, o que explica a continuidade de sua ressonância é o fato de Rio Branco integrar três vertentes da memória coletiva brasileira: a memória nacional, a memória patrimônio e a memória fundadora.

Na memória nacional, o Ministro aponta que Rio Branco,

(...) na perspectiva da História, completou na República a obra do Império. Pela ação dos seus estadistas, o Império construiu, no plano interno, a unidade nacional. Rio Branco assegurou-a no plano externo por meio da conclusiva definição pacífica das fronteiras do País.

Quanto à memória patrimônio, Celso Lafer destaca o legado do Barão do Rio Branco, que

(...) provém de uma prática diplomática que leva em conta a existência dos conflitos,

mas diligencia na identificação do potencial de sociabilidade que permite explorar construtivamente espaços de cooperação e abrir caminhos para uma crescente presença do Brasil no mundo. São componentes dessa prática, na atuação de Rio Branco, uma avaliação realista dos condicionantes do poder, uma compreensão precisa do papel das negociações e do Direito na vida internacional e o reconhecimento da relevância daquilo que hoje se denomina soft power.

Concluindo com a memória fundadora, o Ministro assinala que “no Império, política interna e política externa foram dois passos do mesmo processo: o da constituição e consolidação do Estado imperial.” De outro lado, “o sucesso de Rio Branco contribuiu para a legitimação da República, liberou os homens públicos do Brasil para se concentrarem no desenvolvimento do espaço nacional e permitiu, assim, que o Barão transformasse o Itamaraty numa instituição do Estado brasileiro respeitada internacionalmente e dotada de autoridade própria na condução da política externa.”

Não por outro motivo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o reconhecimento da importância de Rio Branco estendeu-se além de nossas fronteiras. Alcançou estudos, pesquisas e livros de autores internacionais, como o do professor americano Edward Bradford Burns, *A Aliança Não Escrita – O Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*, que examina a aliança tácita entre os dois países no início do século 20 e o papel decisivo de Rio Branco naquelas tratativas.

E aqui vale observar, mais uma vez, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Diplomatas, Srs. estudantes do Instituto Rio Branco, que naquele ocasião prevalecia na arena das relações externas e comerciais no âmbito do continente americano, o chamado eixo Buenos Aires-Rio de Janeiro-Washington, dada a condição da Argentina como uma das maiores economias do mundo naquele início de século e sua visionária política de relacionamento com a nova potência que emergia. Rio Branco, ao obrigar a importância desse fluxo entre os extremos da América, soube mudar aquele eixo, iniciando a inserção definitiva do Brasil, ao longo do tempo, como principal parceiro dos Estados Unidos em nosso subcontinente.

A citada obra de Bradford Burns confirma esse feito. Retrata que, depois de um período de 26 anos na Europa como representante brasileiro em diversas conferências e missões, inclusive como Ministro Plenipotenciário, Rio Branco retorna ao Brasil em 1902 para assumir o cargo de Chanceler no governo do presidente Rodrigues Alves. Àquela altura, percebeu que o cenário internacional havia mudado e tomava-se

imprescindível a aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Sem poupar esforços, Rio Branco mudou o eixo mais importante da diplomacia brasileira ao promover uma aliança tácita com o governo de Washington, cuja prática, vale aqui dizer, deu-se muito mais intensamente por nossa parte do que pelo suposto aliado. Mas a essa altura, sob a regência diplomática de Rio Branco, e como bem atesta o professor de História Steven Topik, dos Estados Unidos

(...) o prestígio internacional do Brasil era tão grande, que o país pôde lançar o primeiro controle de um mercado importante de produto básico já tentado por um país não europeu (a valorização do café) e promover uma reforma urbana no Rio de Janeiro. Embora o Barão alegasse só estar interessado na diplomacia e não na política, foi beneficiado pela estabilidade política, que lhe permitiu administrar a política externa brasileira por toda uma década, enquanto, no mesmo período, os Estados Unidos tiveram quatro Secretários de Estado.

A realidade, contudo, é que o Barão do Rio Branco, no exercício da atividade diplomática e da conduta política, sempre se mostrou um ingente estadista, como, aliás, reconhece e demonstra o próprio autor, já citado, Steven Topik, ao concluir que “Rio Branco precisou equilibrar o nacionalismo com o internacionalismo, o *laissez-faire* com a economia pragmática. Ele ampliou o território nacional e elevou a posição do Brasil na comunidade mundial.”

Por fim, Sr. Presidente José Sarney, Sras. e Srs. Senadores, demais autoridades e convidados, S. Ex^a o Embaixador Lamaziére, representando o Ministro Patriota, ao parabenizar o Senador Jorge Viana pela iniciativa desta justa e oportunha homenagem ao centenário de falecimento do Barão do Rio Branco, deixo aqui registrada a minha honra em poder prestar, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o depoimento pessoal com o testemunho prático e a minha visão acerca da obra deste proeminente brasileiro e sua importância histórica e cultural para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

Muito obrigado, Srs. Diplomatas.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do Estado do Rio Grande do Sul.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão especial, Senador José Sar-

ney; senhor representante do Ministério das Relações Exteriores, caro colega Senador Jorge Viana; primeiro signatário desta sessão especial, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores; caro Senador Aníbal Diniz; Embaixador Georges Lamaziére, que havia citado, representante do nosso Chanceler Antônio Patriota, que representa aqui o Ministério das Relações Exteriores; Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, Gilberto Saboia; Deputado Marcos Afonso, representando aqui o Governador do Estado do Acre, nosso ex-colega Tião Viana; é muito difícil, depois de dois ex-Presidentes da República, que administraram a política externa brasileira, do Senador Jorge Viana, de um Estado que existe a partir da ação de Rio Branco e do gaúcho Plácido de Castro, que executou as decisões políticas e diplomáticas para esse feito, fazer referência à história tão bem contada aqui pelo nosso Presidente José Sarney. Mais do que fazer um discurso, ele foi um professor de história e um contador de muito boa qualidade da história desse brasileiro.

Mas eu queria, como comunicadora que fui, Senador Jorge Viana, cumprimentar seu gabinete pela excelência do programa desta sessão especial em homenagem a Rio Branco. E gostaria – pedindo ao Presidente da sessão – que esse programa seja incluído em meu pronunciamento, porque ele deve, Senador Jorge Viana, ser entregue às escolas, para que se entenda um pouco, não só pela beleza gráfica do documento, mas pelo que tem de inscrito, sobre esse personagem que hoje homenageamos por conta do centenário da sua morte.

Senador Presidente José Sarney, quero dizer que, além de estar muito honrada com a presença aqui, representando também o Líder do nosso Partido, do Senador Francisco Dornelles, eu gostaria de me associar, com muita honra, à homenagem ao brasileiro José da Silva Paranhos, advogado, político, jornalista, historiador e, sobretudo, patrono e símbolo da diplomacia brasileira, da qual nós todos temos grande orgulho.

O Barão de Rio Branco sempre atuou com determinação na consolidação das relações do Brasil com outros países, em especial no continente sul-americano. Já foram relatados aqui todos os fatos. E eu, como sou gaúcha, tenho muito orgulho de ver, quando cruzo a fronteira, de Jaguarão com destino ao Uruguai, que a cidade fronteiriça se chama justamente Rio Branco, em homenagem ao grande brasileiro desse século.

Seu trabalho como defensor do Estado Brasileiro se iniciou em 1869, como secretário e então Visconde do Rio Branco, que comandou uma missão ao Rio da Prata. Mais tarde, liderou as negociações de paz entre os membros da Tríplice Aliança e o Paraguai. O talento

para negociar o levou a missões na Europa, ocupando inclusive o cargo de cônsul geral em Liverpool e, depois de proclamada a República, de superintendente geral na Europa, tratando da emigração para o Brasil. Foi o início de um brilhante e competente trabalho diplomático que se estendeu às questões de fronteiras em casos como o da Argentina e o do Amapá. A diplomacia estava estampada em todas as missões, colecionando sucessos em negociações a favor do Brasil.

Assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores foi uma questão de tempo. Em 1902, foi convidado pelo Presidente Rodrigues Alves a assumir a pasta das Relações Exteriores, na qual permaneceu até a morte, em 1912. E logo no início da gestão defrontou-se com a questão do Acre, território que a Bolívia pretendia ocupar. Rio Branco ordenou a ocupação das terras e enviou o militar gaúcho Plácido de Castro ao Acre para liderar as forças brasileiras. Os rebeldes lutaram por três dias, iniciando a então denominada Revolução Acreana. Em 27 de janeiro de 1902, com o apoio do Presidente Rodrigues Alves e do Ministro do Exterior, o Barão do Rio Branco, foi proclamada a terceira República do Acre. Veio, depois, uma série de tratados memoráveis: com o Equador, a Guiana Holandesa, a Colômbia, o Peru e, novamente, com a Argentina.

Além da solução dos problemas de fronteira, Rio Branco lançou as bases de uma nova política internacional, adaptada às necessidades do Brasil moderno, que se mantiveram com o passar do tempo. Foi nesse sentido que um devotado defensor da União das Américas, preparando o terreno para uma aproximação mais estreita com as repúblicas hispano-americanas e acentuando a tradição de amizade e cooperação com os Estados Unidos.

Neste dia muito especial para a diplomacia brasileira, devemos lembrar a capacidade que o Barão do Rio Branco teve de negociar e redesenhar os contornos do nosso País. A política do Barão do Rio Branco, seus princípios e teorias, que se transformavam em ações, ainda hoje é citada como exemplo não apenas para nossos representantes no exterior, mas para outras escolas diplomáticas de todo o mundo. A prova está no grande número de alunos de vários países que frequentam a escola do Instituto Rio Branco, como uma fonte de excelência diplomática.

Faço questão de aqui usar este depoimento e este documento, no resumo do programa da sessão de hoje, uma citação do ex-Chanceler Celso Lafer, publicado em *O Estado de S. Paulo* do dia 19 de fevereiro deste ano, que trata de Rio Branco. Escreveu ele:

Rio Branco contribuiu com uma política territorial pacífica e não violenta, de maneira decisiva, para moldar a personalidade interna-

cional do Brasil como, nas suas palavras, um país “que só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes.

A capacidade do Barão do Rio Branco de visualizar e aproveitar o momento político e econômico para avançar nas questões externas deve ser a inspiração para o Brasil aproveitar o bom momento do País no exterior e repensar a política externa, assumindo papéis cada vez mais importantes na agenda mundial. Aliás, como neste momento faz a Presidenta Dilma Rousseff em missão especialíssima, no momento de uma Europa conflagrada econômica e socialmente, nos encontros que tem na Alemanha com a Chanceler Angela Merkel. E também pela participação desta Casa, hoje à tarde, por iniciativa do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor, que debate, naquela Comissão, as alternativas e o futuro da política externa à luz da crise internacional. Sempre, o espírito e o simbolismo de diplomacia e de pacificação de Rio Branco inspiram indiretamente, mesmo que não pensemos essas ações da diplomacia brasileira.

Eu queria aproveitar este momento, Presidente José Sarney, Senador Fernando Collor, Senador Jorge Viana, demais membros da Mesa, senhores convidados e embaixadores, para fazer um tributo e um reconhecimento a esta carreira de estado: a diplomacia brasileira, nossos embaixadores, nossos ministros, nossos conselheiros, todos os funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Tive a oportunidade, como jornalista, de acompanhar missões do último presidente militar, João Figueiredo, do primeiro presidente civil pós-regime militar, presente aqui, Senador José Sarney, do então Presidente Fernando Collor e até a primeira missão internacional do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E na condição de contadora das histórias do momento que vivia o Brasil pude testemunhar a ação de responsabilidade e compromisso que os profissio-

nais da diplomacia brasileira têm com o Brasil, com a Nação brasileira, como verdadeira carreira de Estado.

Agora, como Senadora, membro titular, com muito orgulho, da Comissão de Relações Exteriores, da mesma forma, posso acompanhar o empenho, a coragem, a disposição, a dedicação e, sobretudo, a competência que esses profissionais têm demonstrado na sua missão de representar o Brasil nas missões em nosso País ou, especialmente, no exterior.

Como estamos na semana que comemora o Dia Internacional da Mulher, faço questão de prestar tributo a uma embaixadora que é do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Não quero uma atenção especial aos gaúchos, tão citados aqui, mas, pelo fato de que a conheço pelas missões que ela teve em Moçambique, na República Tcheca e, agora, na Suécia. Refiro-me à Embaixadora Leda Lúcia Camargo.

Outro Embaixador que gostaria de citar neste momento, dadas as circunstâncias que estamos enfrentando, com um problema delicado que exige cuidado e zelo especiais no trato da questão dos brasileiros que vivem no Paraguai, é o Embaixador Eduardo Santos, pela forma absolutamente exemplar com que vem conduzindo as negociações.

Por último, mas não menos importante, uma referência também a toda a equipe do Ministério das Relações Exteriores, da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, ao Embaixador Sérgio Danese e a toda sua equipe, que fazem uma interlocução com esta Casa, de uma maneira também exemplar.

Tenho aqui, como brasileira e, hoje, como Senadora, orgulho muito grande de ver que nossos diplomatas estão, de fato, comprometidos com o interesse maior do nosso País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SR^a. SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

ESSAÇAO SOLENE
CENTENÁRIO
**Barão
do Rio Branco**

1912 - 2012

Ao Barão, com justiça

O Barão do Rio Branco foi precursor da grandeza nacional que tanto nos orgulha e hoje alinha o Brasil às maiores nações do mundo.

Com diálogo e habilidade política, o Barão detinu fronteiras e redesenhou o mapa do país. Mas os acreanos tem uma dívida ainda maior porque, em 1902, ele tomou para si a chamada *Questação do Acre*. Nós, na época conhecidos como os brasileiros do Acre, estávamos em sangrenta guerra há quatro anos para conquistar o direito de pertencer ao Brasil e, no entanto, éramos tratados como pârias pelo nosso próprio país. Cobrando ao Barão, com sabedoria e sensibilidade, mudar o rumo dos acontecimentos, ele tornou o território acreano oficialmente brasileiro e garantiu a soberania nacional sobre a Amazônia, então fortemente ameaçada pela cobiça internacional.

O ano de 2012 marca o centenário de sua morte. O Senado Federal faz esta homenagem, em nome do povo brasileiro e, de forma muito especial, dos acreanos. É um tributo à memória e à obra deste homem extraordinário que já foi, com justiça, chamado de "o maior de todos os brasileiros".

Jorge Viana

Não fazemos questão de territórios; fazemo-la de brasileiros.

"(...) Rio Branco, como advogado do Brasil, teve sucesso nas arbitragens internacionais das Missões - 1895 - (limites com a Argentina) e do Amapá - 1900 (limites com a Guiana Francesa). Subsequentemente, como chanceler, conduziu a grande operação diplomática que, dosando poder e concessões negociadas, equacionou a questão do Acre com a Bolívia por meio do Tratado de Petrópolis (1903). Na sua gestão como chanceler, solucionou os demais itens pendentes das fronteiras nacionais (Venezuela, 1905; Guiana Holandesa, 1906; Colômbia, 1907; Peru, 1909; Uruguai, 1909) e faleceu tendo legado ao País o mapa definitivo do Estado brasileiro. Por isso é que Rui Barbosa o qualificou como um nome tutelar, um *Deus Terminus* da nossa integridade nacional.

Lembro que o Brasil é um país com dez vizinhos e mais de 16 mil km de fronteiras terrestres. Tem, no plano internacional, escala continental, como a China, a Rússia, a Índia (que integram o Brics) e os EUA, que George Kennan qualificou como o conjunto dos países "monstros". (...) Rio Branco contribuiu com uma política territorial pacífica e não violenta, de maneira decisiva, para moldar a personalidade internacional do Brasil como, nas suas palavras, um país 'que só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes'."

Celso Latuff, Rio Branco – in *O Estado de S. Paulo*, 19 de fevereiro de 2012

Já construí o mapa do Brasil. Agora o meu programa é de contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O pedido de V. Ex^a será atendido pela Mesa com a transcrição do documento a que V. Ex^a aludiu.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente Senador José Sarney; Ex^{mo} Sr. Senador Jorge Viana, proponente primeiro desta sessão solene, a quem rendo uma homenagem toda especial, porque com o Senador Jorge Viana é assim: os assuntos não terminam com a proposição, mas com a execução. Por isso ele cuidou pessoalmente de todos os detalhes para que esta sessão fosse o sucesso que está sendo. Então, meu cumprimento especial pelo seu empenho, pela dedicação, pelo cuidado especial que teve para garantir uma sessão plenamente representativa, com tantas autoridades e com tantas pessoas que engrandecem a qualidade desta sessão; Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor de Mello, com quem tenho a honra de trabalhar todas as quintas-feiras e às segundas-feiras na Comissão de Relações Exteriores; Sr. Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Ex^{mo} Sr. Embaixador Georges Lamazière, representando aqui o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antonio Patriota; Sr. Presidente da Fundação Alexandre Gusmão, Sr. Gilberto Sabóia; querido amigo companheiro Marcos Afonso, professor, historiador, jornalista, filósofo, que nos honra representando aqui o Governo do Estado do Acre – ninguém melhor para representá-lo, porque V. Ex^a reúne a qualidade de político, de historiador, e tem um acompanhamento muito privilegiado da história do nosso Estado do Acre, que tem tanto a ver com esta sessão. Também faço uma saudação especial ao professor e historiador Marcos Vinícius das Neves, ex-Secretário da Cultura do Estado do Acre, um consultor permanente de assuntos relacionados à historiografia acreana, que não poderia deixar de se fazer presente em um momento tão importante da nossa história, aqui nesta sessão em homenagem ao Barão do Rio Branco. Saúdo também todos os diplomatas aqui presentes, todo o corpo diplomático brasileiro e os estudantes do Instituto Rio Branco, tanto os brasileiros quanto os angolanos, da República de Antígua e Barbuda, da República Argentina, da República do Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Suriname, Tanzânia e Timor Leste.

Não podia deixar de me fazer presente a esta sessão, na condição de Senador do Estado do Acre, justamente porque nós temos todos os motivos do mundo para homenagear este grande brasileiro, o Sr. Barão do Rio Branco.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, na condição de brasileiro

e de um dos representantes do Estado do Acre, nesta Casa, tenho a honra de me associar hoje às homenagens pelo centenário de morte do inesquecível José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Um dos estadistas mais reverenciados pelo povo brasileiro, o Barão do Rio Branco foi jornalista, promotor e historiador, mas foi, sobretudo, o diplomata pacifista que fixou boa parte das nossas fronteiras terrestres e que lançou as bases de uma nova política internacional, ainda hoje adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty.

Sua vocação para a diplomacia vinha do berço, pois era filho de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que foi quem elevou a representação brasileira nos Estados Unidos ao nível de embaixada, tendo designado ninguém menos que Joaquim Nabuco como o primeiro embaixador.

O filho, que viria a ser o Barão do Rio Branco, iniciou-se na diplomacia como Cônsul-Geral do Brasil em Liverpool. Em seguida, foi delegado à Exposição Internacional de São Petersburgo e, já proclamada a República, superintendente geral na Europa da emigração para o Brasil.

Sua reconhecida atuação diplomática, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, começaria a se consolidar em 1893, quando foi nomeado chefe da missão que representava os direitos brasileiros na disputa pelos territórios das Missões, área em litígio com a Argentina. A questão estava submetida ao arbitramento do Presidente norte-americano Grover Cleveland, cuja decisão foi inteiramente favorável aos nossos interesses, como bem descreveu aqui, brilhantemente, o Senador Sarney, ao dizer o quão foi a dedicação do Barão do Rio Branco para reunir os argumentos necessários para essa contundente vitória.

Cinco anos depois, assumiu outra missão espinhosa, que foi a disputa com a França pelo território do Amapá, querela que se arrastava por décadas. Foi árbitro da questão o Presidente do Conselho Diplomático da Suíça, Walter Hauser, que, após analisar a memória de sete volumes apresentada por Rio Branco, prolatou sentença favorável ao Brasil.

Terminada a missão, e gozando então de grande popularidade, foi nomeado ministro plenipotenciário em Berlim e, dois anos depois, convidado pelo Presidente Rodrigues Alves, assumiu a Pasta das Relações Exteriores. Rio Branco pôde, então, exercer a competência e a habilidade que seriam colocadas à prova nos anos seguintes. Assinou como chanceler numerosos acordos relevantes, entre os quais podemos citar os tratados com o Equador (1904), Colômbia (1907), Peru (1904 e 1909), Uruguai (1909) e Argentina (1910).

Entre outros êxitos de Rio Branco, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, eu gostaria de destacar a política adotada na convivência com os países platinos; e, obviamente, a famosa Questão do Acre – Estado que tenho a honra de representar neste Parlamento e cuja incorporação ao nosso País se deve, em grande parte, à habilidade diplomática e à visão estratégica do Barão do Rio Branco – e aqui vale ressaltar, acima de tudo, seu espírito humanista e pacifista, porque, se não fosse pela intervenção do Barão do Rio Branco, nós teríamos muito mais derramamento de sangue naquele conflito da Revolução Acreana, liderada pelo Coronel Plácido de Castro.

A política diplomática que implementou no relacionamento com os países platinos, longamente estudada pelo historiador Francisco Doratioto, revela sua acuidade política com a adoção de princípios inovadores que visavam à consolidação da hegemonia regional, reconhecendo, porém, que tal objetivo somente seria alcançado com o bom relacionamento com os países vizinhos.

Quando Rio Branco assumiu o cargo de Chanceler, o Brasil estava isolado na América do Sul. Para lograr a posição de destaque que merecia na região, nosso País deveria superar aquele isolamento, mas também equacionar a definição de suas fronteiras; e recuperar a credibilidade e o prestígio que estavam abalados por conflitos internos e problemas de política financeira, entre outras causas.

Segundo explica o historiador Doratioto, “o Barão do Rio Branco fazia parte de uma geração de intelectuais que tinha temor obsessivo de que o Brasil sofresse invasão das potências expansionistas, perdendo autonomia ou parte do território”.

O Barão do Rio Branco, então, deu início a um projeto que, visando a consolidação da hegemonia brasileira, buscasse a união e o fortalecimento dos países sul-americanos, especialmente na região do Rio da Prata. Ele estava preocupado com o fato de o Brasil definir as suas fronteiras e, ao mesmo tempo, contribuir com o fortalecimento dos seus vizinhos, porque, só com vizinhos fortes, que teríamos a possibilidade de uma união de forças em toda a América. O Governo brasileiro, para isso, adotou a decisão de não interferir nos assuntos internos das nações vizinhas e também a política de prestigiar os governos constitucionais, de forma a favorecer a estabilidade política regional.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, senhores convidados para esta sessão solene, o Barão de Rio Branco evitou ou contornou situações de conflito com os países vizinhos, criando na região um clima de concórdia impensável alguns anos antes, quando a

política externa brasileira era vista com desconfiança na região do Prata.

Na chamada “Questão do Acre”, a intervenção do Barão do Rio Branco ocorreu logo no início de sua gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores. Embora num curto período houvesse logrado solucionar conflitos territoriais com o Equador, a Grã-Bretanha (que invadira a Ilha de Trindade), a Venezuela, a Holanda, a Colômbia e o Uruguai, além da presença belga na fronteira oeste do Brasil, a Questão do Acre, que se arrastara por todo o final do século anterior, seria um teste decisivo para o chanceler.

Há consenso entre os historiadores de que o território onde hoje se assenta o Estado do Acre não pertencia ao Brasil – eram as chamadas “terras não descobertas” nos anos anteriores, que haviam sido efetivamente ocupadas por brasileiros –, muito embora toda a região fosse ocupada, havia muito tempo, por nossos seringueiros vindos da Região Nordeste, principalmente do Ceará.

Os conflitos entre esses e os bolivianos eram frequentes, assim como as expedições militares de ambos os países, de tal forma que o processo de integração do Acre pode ser dividido em duas fases. A primeira, a fase militar, também conhecida como Revolução Acreana, na qual se destacaram homens como o General Plácido de Castro, entre 1889 e 1903; a segunda, a fase diplomática, em que pontificaria o Barão do Rio Branco, logrando uma solução sem derramamento de sangue, de forma pacífica.

O atual Estado brasileiro do Acre era, no início do século XX, uma região que pertencia à Bolívia e era ocupada por seringueiros brasileiros em plena época de expansão da economia de extração da borracha. Para resolver a tensão que se agravava, o Barão do Rio Branco dirigiu as negociações que resultaram no Tratado de Petrópolis, que formalizou a incorporação do Acre ao território brasileiro.

Nesse contexto, quero aqui fazer uma saudação também a Joaquim Francisco de Assis Brasil, o advogado, político, escritor, diplomata e estadista brasileiro que, juntamente com o Barão do Rio Branco, assinou o Tratado de Petrópolis. No nosso Estado foi criado, em sua homenagem, o Município de Assis Brasil, que fica exatamente na fronteira com o Peru. O último dos Municípios acrianos é uma homenagem ao diplomata Assis Brasil e leva o nome de Assis Brasil, na fronteira com o Iñapari e com Bolpebra, que fica na Bolívia.

Sr. Presidente, na Questão do Acre não há como ignorar o papel decisivo desempenhado pelo Barão do Rio Branco, que integrou ao nosso território uma área de 900 mil quilômetros quadrados e definiu 32% de nossas fronteiras terrestres.

Na negociação, em meio a expedições militares de ambas as partes, o governo boliviano celebrou o contrato de arrendamento com um truste anglo-americano, o Bolivian Syndicate, ao qual dava poderes excepcionais de uso da força e de cobrança de impostos, entre outros, com a intenção de incorporar efetivamente o Acre ao seu território. O governo brasileiro tomou medidas de represália, como a proibição de livre navegação no rio Amazonas em direção ao Acre, ainda que essas medidas provocassem o protesto de potências como os Estados Unidos, a França, a Alemanha e a Inglaterra.

Aqui, vale ressaltar mais uma vez a importância da palestra que nos foi dada pelo Presidente José Sarney ao mostrar que não se tratava de uma questão qualquer com a Bolívia. Na realidade, era um confronto a um conglomerado de interesses internacionais simbolizado pelo Bolivian Syndicate. A esses interesses, somavam-se os do governo peruano, que reivindicava igualmente uma parte daquele território.

A tática do Barão do Rio Branco foi decisiva para a defesa dos interesses brasileiros, começando por recusar as negociações trilaterais propostas pelo Peru, como já destacou o embaixador Rubens Ricupero. A seguir, convenceu o Bolivian Syndicate, mediante indenização pecuniária, a renunciar a eventuais direitos sobre a área.

Deste modo, em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil incorporava 142 mil quilômetros quadrados do território em litígio com a Bolívia, acrescidos de 48 mil quilômetros quadrados que não estavam em disputa, mas que eram habitados por brasileiros. Em troca, transferiu à Bolívia cerca de três mil quilômetros quadrados, comprometeu-se a pagar uma indenização de dois milhões de libras esterlinas e a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

A Questão do Acre, Sr. Presidente, não foi a única, mas certamente foi a mais espinhosa missão de Rio Branco, que, designado Chanceler por Rodrigues Alves, manteve-se no posto, graças à sua aptidão e ao seu descortino, também nos governos de Afonso Pena e Hermes da Fonseca, quando faleceu, no dia 10 de fevereiro de 1912.

A assinatura do Tratado de Petrópolis pôs fim, em parte, ao conflito que se estendera desde 1898 pela posse das terras então ocupadas por brasileiros, o Acre, restabelecendo assim a paz entre os seringueiros acrianos e os bolivianos.

Entretanto, outro impasse surgia. O governo do Peru reivindicava grandes áreas no Alto Purus e Alto Juruá, inclusive estimulava a ocupação do território, mesmo que tardivamente.

Depois de discussões diplomáticas entre esses países, resolveu-se criar uma comissão mista que iria percorrer todo o Purus para reconhecimento da região e, a partir daí, delimitar as respectivas fronteiras. O governo brasileiro, por meio do Barão de Rio Branco, nomeou outro grande brasileiro, Euclides da Cunha, para integrar aquela comissão. Dessa forma, surgiu a famosa Expedição Euclides da Cunha pelo rio Juruá, indo até os mais distantes lugarejos, comunidades, até onde havia o último brasileiro na fronteira com o Peru, através do rio Purus, inclusive entrando pelo território peruano.

Quero relembrar aqui, com destaque, que, em dezembro de 1904, em plena selva amazônica, iniciou-se uma expedição chefiada pelo autor de "Os Sertões", Euclides da Cunha, comandando a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, numa viagem que se estendeu até novembro de 1905.

Dessa forma, temos, mais uma vez, uma contribuição importante do Barão do Rio Branco, porque foi ele que autorizou essa expedição e nomeou Euclides da Cunha para fazê-la.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, por tudo o que foi exposto nesta solenidade que lembra o centenário de morte do Barão do Rio Branco, é com orgulho que, em meu próprio nome e em nome do povo acriano, que represento neste Senado, faço esta justa referência ao grande estadista que, entre outras contribuições, fixou as bases da grande escola da diplomacia brasileira, que é pautada pelo pacifismo e pela solidariedade entre as nações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o último orador inscrito desta sessão, Senador João Alberto Capiberibe, do Estado do Amapá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Senador Jorge Viana, orador lá das cabeceiras do rio, aqui vos fala um homem da foz que não poderia estar ausente nesta homenagem ao Barão do Rio Branco, que tanto defendeu as fronteiras e nos legou um país sem problemas fronteiriços.

Nestes tempos de descrédito dos homens públicos, prestar homenagem ao Barão do Rio Branco por ocasião do centenário de seu falecimento para mulheres e homens deste País faz muito bem. Permite recuperar a imagem de muitos brasileiros que, como ele, fizeram e fazem a grandeza do nosso Brasil. Mais do que ressaltar a importância do Barão do Rio Branco para o Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, pois graças a ele, graças ao Barão do Rio Branco, o Amapá se integrou definitivamente à Nação,

em 1900, o aspecto que me parece mais importante foi sua capacidade de antecipação do futuro, a sua visão prospectiva do País. O Barão do Rio Branco, homem do século XIX, compreendeu que, no caso de um país jovem e continental como o nosso, as pendências fronteiriças com nossos vizinhos deveriam ser resolvidas ainda naquele século.

Diferir tal decisão para o século XX ou mesmo para o século XXI poderia levar a graves conflitos fronteiriços cujas soluções dificilmente seriam resolvidas pela diplomacia.

Tanto mais que Rio Branco sabia que a população do País estava concentrada no litoral, tal como Frei Vicente do Salvador já assinalara em 1627, afirmando que, por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitavam delas, mas contentavam-se de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos.

Na época, as nossas fronteiras interiores eram sobretudos conhecidas pelos relatos de naturalistas estrangeiros, como Saint Hilaire, Langsdorff, La Condamine e tantos outros que percorreram as nossas fronteiras norte, que percorreram a Amazônia da sua foz até a Cordilheira dos Andes.

Na verdade, não conhecíamos nossas fronteiras. Nós, brasileiros, estávamos mais distantes de nossas fronteiras internas que nossos vizinhos hispanofônicos. Provavelmente, a visão prospectiva de Rio Branco com respeito à urgente definição de nossas fronteiras não era estranha às dificuldades de nosso jovem exército durante a Guerra do Paraguai, quando, pela primeira vez, teve que combater em nossas longínquas fronteiras. Este episódio foi muito bem narrado por Alfredo de Taunay no livro *A Retirada de Laguna*, um clássico da literatura militar. Imaginem deslocar tropas do Rio de Janeiro, de São Paulo, numa distância enorme, até nossas fronteiras. Realmente, era um combate antes do combate.

Aliás, a criação dos territórios, Brasília e a Transamazônica nascem da mesma preocupação de Frei Vicente do Salvador.

Finalmente, além de todas as suas notórias qualidades de estadista e grande negociador, o nosso Rio

Branco era também um excelente escritor, um laureado escritor, membro da Academia Brasileira de Letras. Seus textos são de uma clareza que pode ser imitada ainda hoje e mereceriam uma maior difusão. Fica a sugestão de retomar as obras e difundir os belos textos do Barão do Rio Branco.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de encerrar esta sessão, eu quero agradecer ao Senador Jorge Viana por ter sido o autor desta oportunidade que o Senado tem de homenagear, nesta sessão, a memória do Barão do Rio Branco.

Agradeço a presença do Senador Aníbal Diniz; da Senadora Ana Amélia; do Senador João Alberto Capiberibe; do Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Georges Lamazière; do Presidente da Fundação Alexandre Gusmão, Gilberto Vergne Saboia; do Deputado Marcos Afonso, representante do Governador do Estado do Acre; do Sr. Conselheiro João Paulo Alsina, representante do Ministro de Estado da Defesa, Ex^{mo} Senhor Celso Amorim; do Sr. Embaixador Carlos Henrique Cardim, representante do Ministro de Estado do Esporte, Ex^{mo} Sr. Aldo Rebelo; Ex^{mo} Sr. General de Brigada Lauro Luis Pires da Silva, representante do Comandante do Exército; Ex^{mo} Sr. General Enzo Martins Peri; Diretor-Geral Adjunto do Instituto Rio Branco, Ministro Sérgio Barreiros de Azevedo; Coordenador-Geral de Ensino do Instituto Rio Branco, Ministro Roberto Teixeira de Avelar; Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Senhor Jarbas Silva Marques; senhoras e senhores que honram esta sessão; alunos do Instituto Rio Branco do nosso País e de outros países amigos; minhas senhoras e meus senhores. Agradeço profundamente, em nome do Senado Federal, a presença de todos e a honra que certamente deram a esta Casa com suas presenças, que constarão dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 2 minutos.)

Ata Da 22^a Sessão, Não Deliberativa em 5 de março de 2012

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência dos Srs. Casildo Maldaner, Paulo Paim, Anibal Diniz, Jorge Viana e da Sra. Ana Amélia.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 7 minutos e encerra-se às 17 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

MENSAGEM Nº 20, DE 2012 (nº 63/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor MARIO RODRIGUES JUNIOR para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.



Mario Rodrigues Junior

Rua Pascal, 1.310 – Apto 21
04616-004 São Paulo, SP
Tel.: (11) 5042 0866 (61) 9943 3130

C.P.F. nº 022.388.828-12
R.G. nº 8.339.791-7 - Emissão: SSP-SP
Naturalidade: São Paulo - SP
Filiação: Mario Rodrigues
Yvone Bueno Rodrigues
Data de Nascimento: 05/outubro/1957

Objetivo:

Síntese de Qualificações

- Experiência de 30 anos no segmento de engenharia de transportes rodoviário, ferroviário e fluvial, atuando na direção e gerenciamento técnico / administrativo;
- Atualmente, como Diretor da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, onde atuou diretamente na Regulação e Fiscalização das Concessões Rodoviárias atualmente com extensão de 4.700 km; além de participar no desenvolvimento da

modernização do modelo das Concessões Ferroviárias, incluindo o TAV – Trem de Alta Velocidade, e, atuar no projeto de Permissão dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros por ônibus do tipo rodoviário;

- Responsável por projetos e execução de obras e serviços na área de transporte em especial:- Programas de recuperação e implantação de rodovias como BID, Caminhos da Qualidade – DER, Rodoanel de São Paulo, Reforma de embarcações tipo Ferry-Boats em estaleiros da Secretaria de Transportes;
- Gerenciamento técnico/administrativo de concorrências para construção, manutenção, operação, fiscalização e compra de materiais na modernização e privatização de rodovias e hidrovias, envolvendo recursos financeiros de até R\$ 2,0 bilhões / ano.
- Gerenciamento técnico/administrativo na elaboração e implantação de:- Caderno de Preços de Equipamentos, Mão de Obra e Serviços com apropriação de custos para orçamento, Critérios de Medição e Pagamentos, Gestão em processos de concessão e terceirização de serviços, Planejamento e Acompanhamento físico-financeiro de obras e serviços de engenharia;
- Facilidade de relacionamento e experiente em gerenciamento de equipes, tendo sido responsável por mais de 4.000 colaboradores.

Formação Acadêmica

Pós-graduação em Engenharia de Transportes – USP - Universidade de São Paulo

Graduação em Engenharia - Universidade de Mogi das Cruzes

Principais Cursos

- . Gestão de Qualidade Total, Fundação Christiano Ottoni, São Paulo;
- . Licitações Públicas - CETTA, São Paulo;
- . Seminário de Matemática Financeira, Fundação Getulio Vargas – FGV, São Paulo;
- . Tintas e Anti-Corrosivos, Tintas Sumaré, São Paulo;
- . Motores Marítimos, Scania do Brasil, São Paulo;
- . Reversores Marítimos, ZF do Brasil, São Paulo.

Idioma

- . Inglês Intermediário;
- . Espanhol Intermediário.

Experiência Internacional

FRANÇA – Visita Técnica a Rodovias

ESPAÑA – Reunião Técnica com Associação de Carreteras e Visita Técnica a Rodoanel

CÓREIA DO SUL – Visita Técnica ao Sistema de Trem de Alta Velocidade

Associações de Classes

Instituto de Engenharia de São Paulo;
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
AFD - Associação dos Funcionários da Dersa.

Histórico Profissional**07/2008 – atual - ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres**

Autarquia Federal responsável pelo serviço de regulação de transportes terrestres.

. Diretor;

10/2000 – 01/2007 - DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo

Autarquia do Governo do Estado responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias.

. Superintendente – 05/2004 – 01/2007;

. Diretor de Engenharia – 02/2003 – 05/2004;

. Diretor Técnico de Serviços Licitações e Contratos – 10/2000 – 02/2003.

04/2003 – 01/2007 - DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

. Diretor de Engenharia – 04/2003 – 01/2007;

01/1989 – 10/2000 - DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de rodovias e travessias marítimas.

. Gerente de Divisão de Orçamentos e Medições;

. Assistente de Diretoria de Terminais;

. Engenheiro do Setor de Licitações e Compras.

03/1983 – 01/1989 – FEPASA – Ferrovia Paulista S/A

Empresa de Economia Mista responsável pela construção, manutenção e operação de ferrovias.

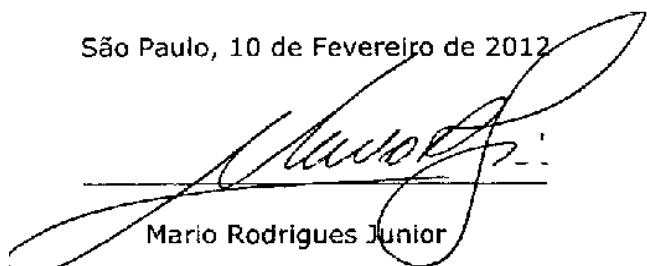
. Comissionado no Departamento Hidroviário da Secretaria de Transportes do estado de São Paulo

. Diretor Administrativo Financeiro

Dados Pessoais

Brasileiro, Casado, 54 anos, 2 filhas

São Paulo, 10 de Fevereiro de 2012



Mario Rodrigues Junior

Aviso nº 119 - C. Civil.

Em 29 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARIO RODRIGUES JUNIOR para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

MENSAGEM Nº 21, DE 2012 (nº 64/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor HEDERVERTON ANDRADE SANTOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Senhor Wagner de Carvalho Garcia.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.



HEDERVERTON ANDRADE SANTOS

Brasileiro – Casado – Advogado – 35 anos – Nasc. 28/03/1976
Filiação: Edmilson Santana Santos e Mavilha Andrade Santos
RG 0607460504 – SSP-BA
CPF 252.506.298-14
OAB/SP 206.954
hederverton@hotmail.com
SHTN TRECHO 2 CONJUNTO 5
CEP 70800 200 - BRASÍLIA - DF
TEL (061) 3037-3000 (R:3125)
CEL (061) 9943-3158

RESUMO DE QUALIFICAÇÕES

- Experiência com legislação administrativa, concepção, elaboração e análise de atos normativos, editais e contratos de concessão de serviços públicos;
- Acompanhamento econômico financeiro e das questões societárias e concorrenceis das concessionárias de ferrovia, rodovia e permissionárias do transporte interestadual e internacional de passageiros;

- Participação na formulação de modelos econômicos e financeiros para aferição dos equilíbrios contratuais, definição e revisão de tarifas;
- Atuação junto ao Tribunal de Contas da União – TCU para condução de temas relacionados ao setor de transportes terrestres;
- Apoio jurídico ao gerenciamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nas áreas de rodovias, ferrovias e hidrovias;
- Elaboração de pareceres a respeito de projetos de leis e decretos, bem como análise da legalidade de projetos governamentais submetidos à Presidência da República;
- Análise de risco para suporte de decisões executivas e experiência na elaboração de instrumentos que garantam a segurança jurídica da organização;
- Experiência na coordenação e gestão de equipe, desenvolvimento de estratégia de atuação, bem como na contratação e coordenação de escritórios de advocacia e advogados;
- Experiência em negociação, elaboração e análise de contratos de: construção civil, prestação de serviços, consultoria, transferência de tecnologia, fornecimento, empréstimo, financiamento e convênios com órgãos públicos;
- Experiência na definição estratégica para atuação junto à agência reguladora, bem como forte atuação no preventivo e contencioso administrativo;
- Experiência na definição de estratégia de atuação e elaboração de peças processuais nas esferas civil, trabalhista e penal;
- Interface com Banco Mundial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para tratar de modelos de concessão e regulação.

PRINCIPAIS PROJETOS

- Implementação da Superintendência de Marcos Regulatórios, da Agenda Regulatória e da Análise de Impacto Regulatório na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Reestruturação dos marcos regulatórios do setor ferroviário brasileiro e elaboração de minuta de novo Regulamento do Transporte Ferroviário;
- Condução da Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços Regulados pela ANTT e elaboração de resolução que disciplina o Serviço de Atendimento ao Usuário – SAC no âmbito da ANTT;
- Elaboração de marco regulatório que permite o ingresso das concessionárias no Novo Mercado – Bovespa;
- Edição do primeiro Relatório de Acompanhamento Econômico Financeiro da ANTT – REAFI;
- Criação e realização dos Seminários de Direitos e Deveres dos Usuários;
- Elaboração de minuta de projeto de lei e edição de resolução para regulação do pagamento do frete do transportador rodoviário de cargas – Extinção da Carta-Frete;
- Condução da revisão de todos os atos normativos da ANTT.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Curso Altos Estudos de Política e Estratégia
Escola Superior de Guerra – Rio de Janeiro/2010 e 2011
Conferencista

Modelos de prestação de serviço de transporte ferroviário
Inglaterra e Espanha/2010
Participante da visita técnica a órgãos governamentais e empresas privadas

IV Seminário de Planejamento Estratégico
Ministério Público Federal – 3^a Câmara – Brasília/2010
Palestrante

5º Seminário de Logística
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP – São Paulo/2009
Palestrante

VI Congresso Brasileiro de Regulação
Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR – Rio de Janeiro/2009
Debatedor

TranspoQuip Latin America -
Encontro das Indústrias de Infraestrutura para Transporte
São Paulo/2009
Palestrante

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Pós-graduação *lato sensu* em Direito Administrativo - COGEAE
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2005 / 2007
Sem apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso

Pós-graduação *lato sensu* em Direito Penal
ESMP - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo - 2003 / 2004
Sem apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso

Graduação em Direito
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 1998 / 2002

HISTÓRICO PROFISSIONAL

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
(Superintendência de Marcos Regulatórios)
Superintendente - 09/2008 a atual

Casa Civil da Presidência da República
(Subchefia para Assuntos Jurídicos)
Assessor - 11/2007 a 08/2008

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
Gerente Jurídico - 02/2006 a 10/2007
Advogado - 01/2003 a 01/2006
Estagiário - 10/2001 a 12/2002

Duratex S.A.
Estagiário - 11/2000 a 09/2001

Estrela Azul Serviços de Segurança Ltda.
Estagiário - 06/1999 a 10/2000

Veirano Advogados Associados
Estagiário - 03/1998 a 05/1999

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Curso Anual de Direito Administrativo
Sociedade Brasileira de Direito Público

Perspectivas das PPP's no Brasil
Instituto de Estudos Jurídicos e Econômicos

Contratos Comerciais na Prática
Lab SSJ - Laboratório de Negócios

Curso de Direito Societário
Instituto de Advogados de São Paulo

Seminário de Contabilidade Tributária
Braga & Marafon - Consultores e Advogados

IDIOMA

Inglês avançado
Boa compreensão do Espanhol

Aviso nº 120 - C. Civil.

Em 29 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HEDERVERTON ANDRADE SANTOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Senhor Wagner de Carvalho Garcia.

Atenciosamente,


GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 66, de 2012**, na origem, comunicando a ausência do País da Senhora Presidente da República, no período de 3 a 7 de março, em viagem oficial à Alemanha.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 66, DE 2012

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 3 a 7 de março de 2012, para realizar visita oficial à Alemanha.

Brasília, 1º de março de 2012. – **Dilma Rousseff.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 12, de 2012** (nº 175, de 2012, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 346, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nos contratos do Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná (TC014.205/2011-4).

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 12, DE 2012

Aviso nº 175-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 014.205/2011-4, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 15/2/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – Senador **Benjamin Zymler**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O **Aviso nº 12, de 2012**, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Cópia do referido Aviso foi juntada ao processado do Requerimento nº 524, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Senador Sérgio Souza

para integrar a Comissão Temporária Externa criada com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai, nos termos do **Ofício nº 23, de 2012**, da Liderança do PMDB.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 23/2012

Brasília, 2 de março de 2012

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Sérgio Souza para a Comissão Temporária Externa criada com o objetivo de visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os Senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele país para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados “carperos” e “brasiguaios”, nos termos do Requerimento nº 30, de 2012, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado na sessão deliberativa ordinária do dia 14 de fevereiro último.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. GSCNOG nº 49/2012

Brasília-DF, 2 de março de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a gentileza de consignar a minha presença no Senado, ontem, dia 1º de março de 2012, tendo em vista não ter assinado a lista de presença junto à Mesa.

Entretanto, informo que ainda ontem participei da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, realizada na Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 2, conforme lista de presença em anexo.

Sem outro objetivo, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência expressões de alta consideração e apreço. – Senador **Ciro Nogueira**.

SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária

Data: 1 de março de 2012 (quinta-feira), às 09h.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, Senado Federal.

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Ciro Nogueira
Clóvis Fecury
Chico

Reunião: 5ª Reunião, Extraordinária

Data: 1 de março de 2012 (quinta-feira), às 09h.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, Senado Federal.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTES	ASSINATURA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Ana Rita (PT)		1. Angela Portela (PT)	
Maria Suplicy (PT)		2. Eduardo Suplicy (PT)	
Paulo Paim (PT)		3. Humberto Costa (PT)	
Wellington Dias (PT)		4. Aníbal Diniz (PT)	
Cristovam Buarque (PDT)		5. João Durval (PDT)	
Marcelo Crivella (PRB)		6. Lidice da Mata (PSB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)			
Pedro Simon (PMDB)		1. Roberto Requião (PMDB)	
Lauro Antônio (PR)		2. Eunício Oliveira (PMDB)	
Ivonete Dantas (PMDB)		3. Ricardo Ferreira (PMDB)	
Casildo Maldaner (PMDB)		4. VAGO	
Sérgio Petecão (PSD)		5. VAGO	
Paulo Davim (PV)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)		1. Cássio Cunha Lima (PSDB)	
VAGO		2. Cyro Miranda (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)		3. José Agripino (DEM)	
PTB			
Mozarildo Cavalcanti		1. VAGO	
Gilm Argollo		2. VAGO	
PR			
Magno Malta		1. Vicentinho Alves	
PSOL			
VAGO		1. Randolfe Rodrigues	

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa a Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP na Câmara dos Deputados), como membro suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”, em vaga pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira na Câmara dos Deputados, conforme **Ofício nº 71– PSDB/12**, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 71/2012/PSDB

Brasília, 29 de fevereiro de 2012

Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a situação da Violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Respeitosamente, – Deputado **Bruno Araújo**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 22/2012-CI

Brasília, 29 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada no dia 29 de fevereiro do ano em curso, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, o Senador Vital do Rêgo. Informo também que o Presidente da Subcomissão, Senador Vicentino Alves, designou como Relator dos trabalhos dessa o Senador Eduardo Braga.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº99, DE 2012

(Do Senador Valdir Raupp)

Com fundamento no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, de minha autoria.

Justificação

O projeto visa alterar o art. 20 da Lei nº 7.716, de 05, de janeiro de 1989. Na época de sua apresentação acreditava-se que inviabilizar a comercialização de jogos eletrônicos que induzissem ou incitassem a discriminação, violência e preconceito, seria um dos caminhos a ser seguido para coibir os efeitos nocivos da propagação desses jogos, conforme constatado em diversas pesquisas divulgadas a respeito do tema.

No entanto, depois de apresentada a proposta e após um estudo mais aprofundado dos termos da proposição, e até mesmo sob o instrumento normativo a ser alterado, verificou-se que o alcance pretendido no projeto acabou sendo dissociado de sua finalidade, adquirindo uma abrangência muito maior, o que praticamente poderia inviabilizar a comercialização de diversos tipos de jogos eletrônicos, que não fossem tão somente aqueles de se evitar a violência, o preconceito e o malferimento aos bons costumes. Com isso, o projeto, reflexa e indiretamente, poderia ferir direitos fundamentais, notadamente como a liberdade de expressão, a livre iniciativa e o livre exercício da atividade econômica, e até mesmo podendo ensejar a censura, cujo fim representa uma das maiores conquistas do Estado Democrático de Direito.

Com essas breves ponderações, é que solicito a retirada do PLS 170/2006.

Sala das Sessões, 28 de março de 2012. – Senador **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Presidente do Banco Central do Brasil o **Aviso nº 5, de 2012-CN** (nº 21/2012-BCB, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao exercício de 2011.

É o seguinte o Aviso:

AVISO N° 5, DE 2012 - CN

Aviso nº 21/BCB-Presi

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

Encaminho a V.Exa., em anexo, as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao exercício de 2011, conforme determina o art. 114 da Lei 12.309, de 9.8.10 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011).

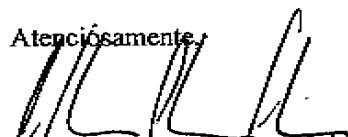
2. Cabe ressaltar que, na forma do art. 7º, parágrafos 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 4.5.00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), essas demonstrações são acompanhadas por Nota Explicativa contemplando:

- a) o impacto e o custo fiscal das operações deste Banco Central;
- b) o custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;
- c) o custo de manutenção das reservas cambiais;
- d) a rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

3. Informo, ainda, que tais dados encontram-se disponíveis na página desta Instituição na Internet (www.bcb.gov.br).

4. Por oportuno, ressalto o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina, em seu art. 9º, parágrafo 5º, que este Banco Central, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre apresente, “em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”.

5. No sentido de dar cumprimento ao dispositivo legal mencionado e considerando o disposto no parágrafo 1º do art. 2º da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, este Banco Central coloca-se à inteira disposição, para realização da referida reunião, no próximo dia 22 de março.

Atenciosamente,

Alexandre Antonio Tombini
Presidente

BANCO CENTRAL DO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31.12.2011
Em milhares de Reais

ATIVO	Notas	31.12.2011	31.12.2010	PASSIVO	Notas	31.12.2011	31.12.2010
ATIVO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS							
Disponibilidades	4	12.808.011	13.865.931	PASSIVO EM MOEDAS ESTRANGEIRAS		829.852	459.428
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	5	24.473.613	49.028.938	Operações Contratadas a Liquidar	18	1.333	1.185
Recursos sob Administração Externa	9	455.889	-	Depósitos de Instituições Financeiras	17	5.062.461	6.392.305
Comprimento de Revenda	7	6.668.035	6.363.977	Comprimento de Recompensa	7	6.363.307	6.132.430
Derivativos	8	250	23.226	Derivativos	8	2.347	17.119
Títulos	9	61.421.928	41.277.853	Créditos a Pagar	18	6.324.770	7.592.285
Créditos a Receber	11	2.169.037	1.649.397	Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	19	8.663.307	8.663.307
Ouro	12	3.102.439	2.529.651	Outras		155	
Participações em Organismos Financeiros Internacionais	13	12.310.310	7.652.633				
Outros	15	-	1.099				
ATIVO EM MOEDA LOCAL							
Disponibilidades	569	-		PASSIVO EM MOEDA LOCAL		1.377.897.680	1.100.600.828
Depósitos	6	823.808	818.482	Operações Contratadas a Liquidar	18	19.265	525.721
Comprimento de Revenda	7	9.289.898	-	Depósitos de Instituições Financeiras	17	424.925.295	379.441.814
Títulos Públicos Federais	8	754.543.119	723.173.843	Comprimento de Recompensa	7	551.178.116	286.665.889
Créditos com o Governo Federal	10	101.274.535	48.634.152	Derivativos	9	11.326	
Créditos a Receber	11	40.157.690	39.073.828	Obrigações com o Governo Federal	10	676.190.914	410.521.771
Bens Móveis e Imóveis	14	785.223	757.478	Créditos a Pagar	18	869.748	1.248.578
Outros	15	1.226.822	1.922.205	Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	19	2.045	841
				Provisões	20	22.577.874	20.168.047
				Outras		33.247	30.255
				MÉIO CIRCULANTE	21	102.709.870	161.145.388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Patrimônio					22	18.880.516	18.880.516
Reserva de Resultados						24.675.461	24.675.461
Reserva de Reavaliação						1.868.019	1.868.019
Ganhos (Perdas) Recorrentes Directamente no Patrimônio						463.888	460.165
(A) Notas Explícitas são Parte Integrante das Demonstrações Financeiras						(7.904.823)	(10.782.668)
TOTAL		1.624.411.471	1.280.259.501			1.623.411.471	1.280.259.501

Todos os valores apresentados no Balanço Patrimonial referem-se ao resultado da operação de capitalização realizada no dia 1º de dezembro de 2011.

TOTAL 1.624.411.471 1.280.259.501

	Notas	2011	2010
Receitas com juros		94.035.581	74.023.722
Despesas com juros		(126.430.149)	(94.395.060)
Resultado líquido com juros	23	(32.394.568)	(20.371.338)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo a Resultado, destinados à negociação	24	44.036.761	38.209.915
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros classificados como Valor Justo a Resultado, por designação da administração	25	7.004.685	1.746.633
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras	26	4.668.282	(2.842.083)
Outras receitas	27	3.515.923	1.922.129
Outras despesas	27	(3.259.653)	(2.935.286)
RESULTADO NO PERÍODO	28.1	23.471.410	15.729.970
RESULTADO NO PERÍODO	28.1	23.471.410	15.729.970
Ativos Disponíveis para Venda		6.202.920	(868.817)
Ganhos (Pérdas) Lévidos ao Patrimônio Líquido		5.351.295	(674.448)
(Ganhos) Perdas Transferidos para o Resultado		(148.375)	(104.369)
Ganhos (Perdas) Atuariais de Planos de Benefícios Definidos		(2.324.765)	(3.264.911)
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	28.2	26.349.575	11.596.242

(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2011
Em milhares de Reais

	RESERVA DE NOTAS	RESERVA DE RESULTADOS	RESERVA DE REVALUAÇÃO	GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.606.019	460.165		(10.782.988)	24.675.451	15.008.637
Realização de Reservas de Reavaliação	-	(8.246)	-		6.288	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	24.3	-	-	2.678.185	-	2.678.185
Resultado do 1º semestre de 2011	-	-	-	-	12.230.708	12.230.708
Resultado do 2º semestre de 2011	28.1	-	-	-	11.240.704	11.240.704
Resultado do Exercício	-	-	-	-	23.471.410	23.471.410
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 1º semestre de 2011	-	-	-	(12.233.849)	(12.233.849)	(11.243.847)
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 2º semestre da 2011	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.606.019	451.859		(7.904.823)	24.675.451	18.850.616
 Saldo em 31 de dezembro de 2009	 1.606.019	 466.440		 (6.849.290)	 24.675.451	 20.008.600
Realização de Reservas de Reavaliação	-	(8.245)	-		6.285	-
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no PL	22.3	-	-	(4.133.725)	-	(4.133.725)
Resultado do 1º semestre de 2010	-	-	-	-	10.803.195	10.803.195
Resultado do 2º semestre de 2010	28.1	-	-	-	4.926.775	4.926.775
Resultado do Exercício	-	-	-	-	15.729.970	15.729.970
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 1º semestre de 2010	-	-	-	(10.806.337)	(10.806.337)	(4.926.918)
Resultado a ser transferido ao Tesouro Nacional - 2º semestre de 2010	-	-	-	(4.926.918)	(4.926.918)	(4.926.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.606.019	460.165		(10.782.988)	24.675.451	15.008.637
(As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)						

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS - EXERCÍCIO DE 2011
Em milhares de reais

	Notas	2011	2010
Fluxo de Caixa Líquido de Atividades Operacionais			
Recebimento de juros		(2.440.523)	679.773
Pagamento de juros		9.807.319	7.614.639
(Compra) venda de títulos		(32.723)	(21.105)
Compra (venda) de moedas estrangeiras		(123.292.664)	(44.703.382)
(Aplicação) resgate de operações compromissadas		79.383.511	70.024.292
(Aplicação) resgate de depósitos a prazo		135.634	(238.476)
(Aplicação) resgate de recursos sob administração externa		28.538.923	(38.644.682)
Constituição (resgate) de depósitos passivos		(375.683)	
(Pagamentos) recebimentos em nome do Tesouro Nacional		1.759.550	2.574.026
(Concessão) recebimento de créditos a receber		123.211	2.342.308
Recebimentos (pagamentos) decorrentes de operações com derivativos		1.411.323	2.099.850
Outros (pagamentos) recebimentos		169.095	(517.501)
		(58.019)	49.815
Fluxo de Caixa Líquido		(2.440.523)	679.773
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.440.523)	679.773
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		13.865.931	13.864.571
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	29	12.808.011	13.865.931
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		1.382.603	(578.413)

(As Notas Expositivas são parte integrante das Demonstrações Financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 6

1 - O BANCO E SUAS ATRIBUIÇÕES

O Banco Central do Brasil – Bacen, criado com a promulgação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é uma autarquia federal integrante do sistema financeiro nacional e tem como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. O Bacen está sediado em Brasília – Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, quadra 3, bloco B e possui representações em nove outras unidades da federação.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Diretor de Administração, que encaminhou, em 9 de fevereiro de 2012, voto favorável para sua aprovação. Conforme o previsto na Lei nº 4.595, de 1964, estas demonstrações tiveram sua divulgação autorizada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN em 29 de fevereiro de 2012 e encontram-se publicadas no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

2 - APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Bacen para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As seguintes normas e alterações de normas já emitidas, mas que ainda não estão em vigor, não foram aplicadas antecipadamente pelo Bacen:

a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:

A aplicação obrigatória da IFRS 9, que estava prevista para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2013, foi prorrogada pelo IASB para 1º de janeiro de 2015, de forma a manter para todas as fases do projeto a mesma data efetiva de obrigatoriedade. Essa norma não foi aplicada antecipadamente, tendo em vista que:

- a substituição da Norma Internacional de Contabilidade – IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração deverá ser efetuada pelo IASB em três fases: i) classificação e mensuração; ii) impairment; e iii) contabilidade de hedge;
- dessas fases, apenas a primeira foi concluída; e
- a revisão parcial da contabilização de instrumentos financeiros poderia trazer distorções às demonstrações financeiras do Bacen.

Em função dos aspectos anteriormente elencados e, também, de que instrumentos financeiros compõem a quase totalidade de ativos e passivos do Bacen, não é possível efetuar uma previsão da data de adoção antecipada dessa norma e, tampouco, estimar seus possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

b) Modificações à IAS 19 – Benefícios a Empregados:

Em junho de 2011 o IASB emitiu uma revisão da IAS 19, com aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013. As principais modificações foram:

- a eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas de planos de benefício definido (método do corredor);
- a eliminação de opções para a apresentação de ganhos e perdas relativas a esses planos;
- o cálculo do retorno esperado sobre os ativos do plano com base na taxa utilizada para desconto da obrigação de benefício definido.

Em função do Bacen não utilizar o método do corredor para apurar ganhos e perdas atuariais de seus planos, a alteração não traz efeito sobre as demonstrações financeiras. Referente às demais modificações, não é possível estimar os possíveis efeitos na posição patrimonial e financeira da autarquia.

c) Normas e alterações de normas já emitidas, mas que ainda não estão em vigor, para as quais não se esperam efeitos sobre as demonstrações financeiras:

- Modificações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2012;
- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013;
- Modificações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, com aplicação obrigatória para períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, é apresentado um resumo das principais práticas contábeis utilizadas pelo Bacen, que foram consistentemente aplicadas às informações financeiras comparativas.

3.1. Apuração do resultado

O resultado do Bacen é apurado semestralmente em conformidade com o regime de competência e transferido ao Tesouro Nacional, se positivo, ou por ele coberto, se negativo (notas 28.1 e 40.a).

3.2. Reconhecimento de receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas utilizando-se a taxa de juros efetiva, a qual desconta exatamente o fluxo futuro de recebimentos e pagamentos de um ativo ou passivo financeiro para seu valor líquido contábil, em função de seus prazos contratuais. Esse cálculo considera todos os valores relevantes pagos ou recebidos entre as partes, tais como taxas, comissões, descontos e prêmios.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultado incluem as receitas e despesas de juros dos ativos e passivos financeiros do Bacen não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

3.3. Ativos e passivos em moedas estrangeiras

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o Real, que representa a moeda do principal ambiente econômico de atuação da autarquia. Operações em moedas estrangeiras são convertidas para Reais pela taxa vigente na data das operações. Mensalmente, os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio do final do mês e os ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado. O quadro a seguir apresenta as taxas cambiais utilizadas na data de fechamento do balanço:

	31.12.2011	31.12.2010
Dólar	1,8755	1,6658
Euro	2,4337	2,2273
Dólar Canadense	1,8397	1,6694
Libra Esterlina	2,9141	2,5868
Dólar Australiano	1,9112	1,6953
DES	2,8794	2,5654
Ouro (onça-troy)	2.871,3140	2.341,2819

As taxas de câmbio utilizadas são aquelas livremente fixadas pelos agentes e divulgadas pelo Bacen, exceto a cotação do ouro, que é a PM Fixing, divulgada pela Bolsa de Londres, convertida para Reais pela taxa do dólar da data de balanço. A partir de 1º de julho de 2011 houve alteração na metodologia de apuração das taxas de câmbio, as quais passaram a ser apuradas com base na média das cotações de transação no mercado interbancário à vista efetivamente fornecida por instituições credenciadas para realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira com o Bacen (dealers), excluídas as duas maiores e as duas menores cotações. As cotações são fornecidas pelas instituições mediante quatro

consultas aleatórias efetuadas pelo Bacen ao longo do dia e são validadas contra parâmetros objetivos de mercado.

O Direito Especial de Saque – DES é a unidade contábil utilizada pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e tem sua taxa referenciada em uma cesta de moedas que são livremente utilizáveis em transações internacionais, atualmente o euro (EUR), o iene (JPY), a libra esterlina (GBP) e o dólar norte-americano (USD).

3.4. Ativos e passivos financeiros

3.4.1 Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor justo no momento da contratação, ou seja, na data em que a entidade se compromete a efetuar a compra ou a venda, sendo que, para aqueles não classificados na categoria Valor Justo a Resultado, esse valor inclui todos os custos incorridos na operação.

O Bacen realiza operações em que não recebe nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de ativos financeiros negociados, como nos compromissos de revenda. Nessa situação, os ativos negociados não são reconhecidos na contabilidade e os montantes aplicados são registrados no balanço patrimonial pelos valores adiantados.

3.4.2 Baixa

Ativos financeiros são baixados quando:

- a) os direitos de receber seus fluxos de caixa expiram, em virtude de liquidação financeira, inexistência de perspectiva de realização ou perda do direito de realização; ou
- b) o Bacen transfere os direitos de receber os fluxos de caixa, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Não sendo possível determinar se houve retenção ou transferência substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade, os ativos financeiros são baixados caso não haja retenção de controle sobre o ativo financeiro transferido

Passivos financeiros são baixados quando as obrigações são quitadas, canceladas ou expiram.

O Bacen realiza operações em que transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas detém o controle por meio da retenção de riscos e do direito às receitas e despesas. As principais operações com essas características são os compromissos de recompra e os empréstimos de títulos.

3.4.3 Registro de ativos e passivos pelo saldo líquido

Ativos e passivos financeiros são registrados pelo valor líquido quando existe a previsão legal e a intenção de que os pagamentos e recebimentos decorrentes sejam efetuados pelo saldo líquido. Operações com essas características são as realizadas no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local – SML e do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR, demonstradas em créditos a receber ou a pagar, de acordo com o saldo apurado na data de fechamento do balanço.

3.4.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Na data da contratação, os ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias: Valor Justo a Resultado, Mantidos até o Vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. Após o registro inicial, os ativos são avaliados de acordo com a classificação efetuada:

a) Valor justo a resultado

Um instrumento financeiro é classificado na categoria Valor Justo a Resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado, em ocorrendo uma das seguintes situações:

- se existir a intenção de negociação no curto prazo;
- se for um instrumento derivativo;
- por decisão da Administração, quando essa classificação apresentar informações mais relevantes e desde que esses ativos façam parte de uma carteira que seja avaliada e gerenciada com base no valor justo;

b) Mantidos até o vencimento

Compreende os ativos financeiros não derivativos para os quais a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

c) Empréstimos e recebíveis

Inclui os ativos financeiros não derivativos com amortizações fixas ou determináveis e que não são cotados em mercado. Esses ativos são avaliados pelo custo amortizado, sendo os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, reconhecidos no resultado pelo regime de competência;

d) Disponíveis para venda

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos não classificados nas demais categorias, uma vez que a Administração não possui expectativa determinada de venda. Esses ativos são avaliados pelo valor justo e têm seus ganhos e perdas levados ao patrimônio líquido, sendo reconhecidos no resultado no momento da sua efetiva realização. Entretanto, os juros, calculados utilizando-se a taxa de juros efetiva, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

3.4.5 Metodologia de avaliação

O valor justo é o valor de mercado divulgado pelas principais centrais de custódia ou provedores de informações econômicas. Para os instrumentos sem mercado ativo, o valor justo é calculado com base em modelos de precificação que incluem o valor das últimas negociações ocorridas, o fluxo de caixa descontado e o valor justo de instrumentos financeiros semelhantes. Os modelos utilizados são avaliados por um comitê multidepartamental, a quem cabe sugerir novas metodologias ou aprimoramentos.

O custo amortizado é o valor da data de reconhecimento, atualizado pelos juros contratuais utilizando-se a taxa de juros efetiva, menos eventuais amortizações e reduções por perda de valor.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e suas classificações:

Ativo em Moedas Estrangeiras	Categoria	Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Recursos sob Administração Externa	Valor justo a resultado	Valor justo - Administrador
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor justo a resultado	Valor justo - Modelos Internos/Bloomberg
Títulos	Valor justo a resultado	Valor justo - Bloomberg
Créditos a Receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ouro	Disponíveis para venda	Valor justo - PM Fiologic - Boisa da Londres
Participação em Organizações Financeiras Internacionais	Disponíveis para venda	Valor justo - Valor de resgate em Reais

<u>Ativo em Moeda Local</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Compromisso de Revenda	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor justo a resultado	Valor justo - Bacen
Títulos Públicos Federais - LTN	Disponíveis para venda	Valor justo - Anbima
Títulos Públicos Federais - exceto LTN	Maturados até o vencimento	Custo amortizado
Créditos com o Governo Federal	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial - Originais	Valor justo a resultado	Valor justo - Valor justo das garantias
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial - Parcelados	Valor justo a resultado	Valor justo - Fluxo de caixa descontado
Créditos a Receber - Outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<u>Passivo em Moedas Estrangeiras</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Operações Contratadas a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Comprimento de Recompra	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Futuros	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsas
Derivativos - Forward	Valor justo a resultado	Valor justo - Modelos internos/Bloomberg
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado
<u>Passivo em Moeda Local</u>	<u>Categoria</u>	<u>Metodologia de Avaliação / Fonte de Informação</u>
Operações Contratadas a Liquidar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Instituições Financeiras	Outros Passivos	Custo amortizado
Comprimento de Recompra	Outros Passivos	Custo amortizado
Derivativos - Swap	Valor justo a resultado	Valor justo - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Derivativos - Equalização Cambial	Valor justo a resultado	Valor justo - Bacen
Obrigações com o Governo Federal	Outros Passivos	Custo amortizado
Créditos a Pagar	Outros Passivos	Custo amortizado
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	Outros Passivos	Custo amortizado

3.4.6 Provisão para perda de ativos financeiros

O Bacen efetua, no mínimo semestralmente, uma avaliação para verificar se existem evidências de perdas de valor de seus ativos financeiros.

Somente são consideradas evidências objetivas de perda os fatos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo que tenham impacto no fluxo estimado de recebimentos e desde que esse impacto possa ser estimado com confiança. São considerados, por exemplo, os seguintes eventos:

- a) dificuldades financeiras do devedor;
- b) o não pagamento de parcelas da obrigação, do principal ou de juros;
- c) renegociação ou abatimento;
- d) liquidação extrajudicial, falência e reorganização financeira;
- e) desaparecimento de mercado ativo, em função de dificuldades financeiras do emissor.

Se existirem evidências objetivas de perda nos ativos avaliados pelo custo amortizado, o valor da perda é calculado pela diferença entre o valor do ativo na data da avaliação e o valor que se espera receber ajustado a valor presente pelas taxas contratuais, sendo o valor do ativo ajustado com o uso de uma conta de provisão é o valor da perda reconhecido no resultado.

Provisões para perda de ativos financeiros são avaliadas individualmente por um comitê multidepartamental, a quem cabe verificar a propriedade dos valores e metodologias utilizadas.

Para os ativos classificados na categoria Disponíveis para Venda, havendo evidências objetivas de perda permanente, a perda acumulada reconhecida no patrimônio líquido deve ser transferida para a demonstração de resultado, mesmo não havendo a realização do ativo.

Quando um ativo é considerado não recebível, seu valor é baixado contra a conta de provisão. Eventuais recebimentos posteriores de ativos baixados são reconhecidos como receita.

Se, em períodos subsequentes, ocorrer alteração nas condições de recebimento do ativo, e essa alteração ocasionar reversão de provisão anteriormente reconhecida, o valor da reversão é reconhecido como receita, com exceção das participações societárias, para as quais a provisão para perda não pode ser revertida.

3.4.7 Derivativos

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo desde a data da contratação e são demonstrados como ativo, quando o valor justo for positivo, e como passivo, quando o valor justo for negativo.

O Bacen não aplica a contabilidade de hedge prevista na IAS 39 e, assim, reconhece todos os ganhos e perdas na demonstração de resultado.

3.5. Bens móveis e imóveis

Essa rubrica compreende os terrenos, edificações e equipamentos utilizados pelo Bacen em suas atividades, bem como o acervo de obras de arte e metais preciosos, exceto ouro monetário, e são contabilizados pelo custo, deduzida a depreciação acumulada, quando aplicável. No custo estão incluídas todas as despesas diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do bem. Gastos posteriores somente são adicionados ao custo dos bens se for provável e mensurável um incremento no fluxo financeiro decorrente desse acréscimo. As demais despesas de manutenção e reparo são reconhecidas no resultado.

Os terrenos, obras de arte e metais preciosos não são depreciados. Os demais ativos são depreciados pelo método linear, reconhecendo seu custo pela vida útil estimada dos bens:

- a) edificações: 62,5 anos
- b) bens móveis:
 - equipamentos para informática e veículos: 5 anos
 - outros materiais permanentes: 10 anos.

3.6. Provisões para pagamento de passivos

3.6.1 Ações judiciais

O Bacen reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos, e desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não for provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida.

3.6.2 Benefícios pós-emprego

O Bacen patrocina planos de benefícios pós-emprego referentes a aposentadorias e pensões e a assistência médica, todos na modalidade de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o valor dos benefícios a que os servidores terão direito no momento da aposentadoria é previamente estabelecido, tendo em vista um ou mais fatores, tais como idade e tempo de contribuição.

A provisão reconhecida no balanço é o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos dos planos. O valor das obrigações é calculado anualmente por atuários independentes.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos na sua totalidade no patrimônio líquido.

O superávit atuarial decorre do excesso de ativos em relação aos benefícios a pagar do plano Centrus – Fundação Banco Central de Previdência Privada, o qual é reconhecido no balanço na extensão dos benefícios esperados (notas 20.2 e 37.2).

3.7. Imunidade tributária

De acordo com o previsto na Constituição Federal brasileira, o Bacen possui imunidade quanto à cobrança de impostos sobre seu patrimônio e sobre as rendas e serviços relacionados às suas atividades. Entretanto, está obrigado a recolher taxas e contribuições e a efetuar retenções de tributos referentes aos pagamentos de serviços prestados por terceiros.

3.8. Demonstração de fluxo de caixa

O objetivo da Demonstração de Fluxo de Caixa é demonstrar a capacidade de uma entidade de gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez. Tendo em vista que o Bacen é a instituição responsável pela liquidez do sistema financeiro e, portanto, detentor do direito de emissão, a Administração entende que a demonstração referente às suas operações deve se limitar áquelas em moedas estrangeiras, pois essas se encontram fora de sua prerrogativa de emissão.

Para fins da Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o disponível em caixa e os depósitos à vista e a curto prazo.

4 - DISPONIBILIDADES

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo Bacen como depósitos à vista e a curto prazo, de acordo com sua política de administração de risco, conforme descrito nas notas 32 a 36. Reservas internacionais são os ativos monetários disponíveis para a cobertura de desequilíbrios de pagamentos e, em algumas situações, para outras necessidades financeiras das autoridades monetárias de um país.

5 - DEPÓSITOS

5.1. Em moedas estrangeiras

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo Bacen como depósitos a prazo fixo em instituições financeiras, de acordo com sua política de administração de risco, conforme descrito nas notas 32 a 36.

A variação no saldo desses depósitos deve-se ao rebalanceamento da carteira de investimento das reservas internacionais, com redução da carteira de liquidez e aumento da carteira de títulos (nota 9.1).

5.2. Em moeda local

Os depósitos são aqueles constituídos por determinação legal, vinculados a ações judiciais em curso, para as quais existe o reconhecimento de uma provisão (nota 20.1) ou de um precatório a pagar (nota 18.2). São remunerados pela Taxa Referencial – TR e, em função dessa vinculação, ficam indisponíveis até a decisão judicial sobre a questão em litígio.

6 - RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO EXTERNA

Compreendem a parcela das reservas internacionais mantida pelo Bacen como aplicação em fundo de investimento gerenciado pelo Banco de Compensações Internacionais – BIS, a qual teve início em 2011.

7 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

São operações em que ocorre uma compra à vista concomitante à assunção do compromisso de revenda em data futura (Compromisso de Revenda) ou uma venda à vista concomitante à assunção do compromisso de recompra em data futura (Compromisso de Recompra). Nessas operações, tendo em vista suas características, os bens negociados são contabilizados como garantias, exceto no caso das operações de compra e venda de moeda estrangeira, uma vez que a liquidação financeira ocorre somente contra pagamento na data pactuada, ou seja, o próprio recebimento da moeda negociada liquida a operação. No mercado externo, o Bacen normalmente contrata com a mesma contraparte uma operação de venda com compromisso de recompra (repo) concomitantemente a uma compra com compromisso de

revenda (*reverse repo*), sendo que a liquidação financeira dessas operações ocorre de maneira independente.

7.1. Em moedas estrangeiras

	31.12.2011	31.12.2010
Compromisso de Revenda	5.858.935	8.383.977
Títulos	-	7.251.771
Moedas	5.858.935	1.132.206
Ativos vinculados em garantia	-	7.263.920
Compromisso de Recompra	5.892.661	8.392.305
Títulos	-	7.251.455
Moedas	5.892.661	1.140.850
Ativos vinculados em garantia	-	7.112.921

a) Compromisso de revenda:

Nestas operações foram recebidos em garantia títulos emitidos por governos centrais com classificação de risco Aaa pela Agência Moody's. As quantidades de títulos e os valores recebidos em garantia são continuamente monitorados e ajustados de acordo com parâmetros de preços e riscos. O cálculo da garantia necessária é efetuado considerando o conjunto das garantias por contraparte, com ajuste de margem sempre que as garantias oferecidas nas operações de *repo* (nota 7.1.b) forem superiores a 98% das garantias recebidas nas operações de *reverse repo*.

O Bacen não sofre restrição quanto à venda, empenho, aluguel e transferência dos títulos recebidos em garantia, desde que os devolva na data final da operação. Estas garantias serão exercidas em caso de inadimplência de uma das partes de acordo com o preconizado pela The Bond Market Association – TBMA e pela International Securities Market Association – ISMA por meio dos documentos Master Repurchase Agreement ou Global Master Repurchase Agreement.

b) Compromisso de recompra:

Nas operações de recompra foram oferecidos em garantia títulos emitidos por governos centrais com classificação de risco Aaa pela Agência Moody's existentes na carteira do Bacen. Com o objetivo de se proteger dos riscos de crédito e de mercado, o Bacen entrega títulos no montante de 98% do valor financeiro das operações de compromisso de recompra (*repo*). A forma de cálculo e de realização das garantias é idêntica às das operações de revenda.

c) Variação no período:

A variação no período decorre da diminuição da contratação de operações compromissadas de compra com revenda de títulos, tendo em vista a menor liquidez e as baixas taxas de retorno verificadas no mercado externo, compensada em parte pelo acréscimo verificado nas operações compromissadas com moedas no mercado externo. O maior volume de operações compromissadas com moedas foi realizado com a finalidade de prover liquidez às carteiras de renda fixa quando do rebalanceamento da carteira de investimento das reservas internacionais (nota 5.1). Além disso, a rolagem das posições contratadas nas operações de forward (nota 8.1) foi realizada por meio de operações compromissadas de moedas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Os valores estão expressos em milhares de Reais, a não ser quando declarado de maneira diferente)

fl. 14

7.2. Em moeda local

	31.12.2011	31.12.2010
Compromisso de Revenda	<u>9.299.998</u>	-
Títulos	9.299.998	-
Ativos vinculados em garantia	9.362.687	-
Compromisso de Recompra	<u>351.178.116</u>	<u>288.665.899</u>
Títulos	351.178.116	288.665.899
Ativos vinculados em garantia	348.223.829	286.435.302
Com livre movimentação	165.501.562	140.058.570
Sem livre movimentação	182.722.267	146.376.732

As garantias nas operações compromissadas envolvendo títulos são sempre constituídas em títulos públicos federais custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, os quais são avaliados a preços inferiores àqueles observados no mercado secundário com objetivo de proteger o credor dos recursos contra variações nas taxas de mercado (preços). Uma vez que o valor das garantias é estabelecido no momento da contratação da operação, não havendo a previsão de ajuste durante sua vigência, o doador de recursos assume o risco da variação de preços de mercado das garantias quando estes caem abaixo daqueles estabelecidos quando da contratação da operação.

As operações com compromisso de recompra podem ser constituídas com cláusula de "livre movimentação", em que os títulos podem ser objeto de venda definitiva, desde que sejam devolvidos na data de liquidação do compromisso, ou "sem livre movimentação", em que a venda definitiva não é permitida durante a vigência da operação. Por outro lado, as operações com compromisso de revenda são sempre formalizadas "sem livre movimentação".

O acréscimo no saldo das operações compromissadas foi ocasionado, preponderantemente, pelo aumento do nível de liquidez do mercado interno decorrente do resgate líquido de títulos da dívida pública federal em poder do mercado, incluindo-se o pagamento de juros, e da atuação do Bacen no mercado interbancário de câmbio, por meio de leilões de compra de moeda estrangeira.

8 - DERIVATIVOS

8.1. Em moedas estrangeiras

Na administração das reservas internacionais, o Bacen faz uso de derivativos em suas operações rotineiras com o objetivo de viabilizar a estratégia de investimento estabelecida previamente pelo Comitê de Estratégia de Investimento ou de administrar a exposição ao risco de mercado com base nos pilares de segurança, liquidez e rentabilidade, garantindo também o hedge do passivo externo de curto prazo do País.

Tendo em vista esses objetivos, o Comitê de Estratégia de Investimento autorizou a realização de derivativos em moedas diversas daquelas utilizadas como hedge da dívida externa soberana, seguindo um modelo que explora o diferencial de taxa de juros nos países e um modelo de médio prazo de tendência que se baseia em fatores técnicos, ambos plenamente utilizados no mercado financeiro internacional.

O Bacen utiliza os seguintes tipos de instrumentos derivativos em suas operações:

- a) Forwards de moeda – instrumentos derivativos caracterizados pela troca de moedas (compra e venda) com liquidação em data futura e taxa prefixada. Essas operações são realizadas na modalidade de balcão, diretamente com instituições financeiras, e seguem os padrões de administração de risco descritos nas notas 32 a 36;
- b) Contratos futuros de juros e de títulos – instrumentos derivativos caracterizados pela obrigação de pagar ou pelo direito de receber um determinado montante relacionado à variação nas taxas

de juros ou nos preços dos títulos de referência em uma data futura de acordo com o número e o tamanho dos contratos em aberto, a um determinado preço estabelecido no mercado. Essas operações são realizadas em bolsa, com garantias constituídas em dinheiro, sendo que as variações nos preços dos contratos são ajustadas diariamente.

31.12.2011

Derivativo/Moeda	Posição Comprada	Posição Vendida	Ajuste Positivo	Ajuste Negativo
Forward				
1 - 6 meses				
Dólar Australiano	57.335	19.112	350	2.347
Dólar Canadense	-	36.793	-	-
Franco Suíço	-	56.524	-	-
Euro	114.040	-	-	871
Iene	-	1.222	-	-
Coroa Sueca	-	18.547	-	-
Dólar dos Estados Unidos	57.224	98.294	350	1.476
Futuro de Títulos				
1 - 5 anos				
Dólar dos Estados Unidos	3.925.298	-	-	-
Total			350	2.347

31.12.2010

Derivativo/Moeda	Posição Comprada	Posição Vendida	Ajuste Positivo	Ajuste Negativo
Forward				
1 - 6 meses				
Dólar Australiano	104.770	34.312	11.031	10.169
Dólar Canadense	-	33.439	-	-
Franco Suíço	113.021	-	-	-
Euro	67.324	228.949	1.458	47
Líbra Esterlina	66.615	-	-	-
Iene	128.506	115.354	1.693	942
Dólar da Nova Zelândia	-	138.647	-	-
Coroa Sueca	79.539	-	-	-
Dólar dos Estados Unidos	374.967	383.134	7.880	9.160
Futuro de Juros				
1 - 6 meses				
Dólar Australiano	-	2.542.950	122	366
Futuro de Títulos				
1 - 5 anos				
Dólar dos Estados Unidos	9.938.163	-	-	342
Euro	-	760.623	-	342
> 5 anos				
Dólar dos Estados Unidos	2.485.040	-	12.073	6.242
Dólar Australiano	644.214	1.813.971	5.941	4.742
Dólar Canadense	-	57.092	57	-
Euro	741.691	277.744	2.299	1.500
Líbra Esterlina	424.227	-	3.776	-
Total			23.226	17.119

Dadas suas características de troca de moedas, nas operações de forward não há constituição de garantias. Nas operações de futuros, as garantias são constituídas por depósitos que totalizavam R\$8.899 em 2011 (R\$115.513 em 2010).

8.2. Em moeda local

8.2.1 Swap

Na execução da política monetária e cambial, o Bacen pode realizar operações de swap, referenciadas em taxas de juros e em variação cambial, com o objetivo de fornecer hedge cambial para as instituições financeiras e demais agentes econômicos.

Essas operações são contratadas por meio da realização de leilão em sistema eletrônico do Bacen e registradas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBovespa, na forma de um contrato padrão negociado naquela Bolsa denominado "Contrato de Swap Cambial com Ajuste Periódico – SCC". Nas posições compradas dos referidos contratos, o Bacen está ativo em taxa de juros doméstica, representada pela taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de prazo de um dia útil, e passivo em variação cambial mais cupom cambial, sendo este uma taxa representativa de juros em dólar. Inversamente, nas posições vendidas, o Bacen está ativo em variação cambial mais cupom cambial e passivo em taxa de juros doméstica (DI). Esses contratos têm valor nocional equivalente a US\$50.000 e ajuste financeiro diário. O valor das garantias é estipulado pela BM&FBovespa.

As operações de compra desses contratos pelo Bacen são denominadas no mercado financeiro como "swap cambial"; já as operações de venda são identificadas como operações de "swap cambial reverso".

Sem negociar operações no exercício de 2010, em janeiro de 2011 o Bacen retomou os leilões de swap cambial, cujos valores nacionais, bem como valores justos por tipo de operação e por prazo de vencimento, estão demonstrados no quadro a seguir:

	31.12.2011			Valor Justo	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Líquida	Ativo	Passivo
1 mês	4.462.059	(4.830.185)	(368.126)	-	37
1 - 6 meses	2.129.033	(4.117.381)	(1.988.348)	-	8.472
6 - 12 meses	328.265	(1.003.553)	(675.288)	-	2.827
Total	6.919.357	(9.951.119)	(3.031.762)	-	11.336

8.2.2 Equalização cambial

A operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o Bacen foi instituída por meio da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008, com o objetivo de dar maior transparência aos resultados das operações da autoridade monetária e reduzir a volatilidade de seu resultado, derivada do descasamento entre ativos e passivos cambiais (nota 34.3).

Por meio da equalização cambial, que apresenta características semelhantes a uma operação de swap, o custo de carregamento das reservas internacionais (representado pela diferença entre a rentabilidade da reserva e o custo médio de captação do Bacen) e o resultado das operações de swap cambial efetuadas no mercado interno são transferidos à União, por intermédio do Tesouro Nacional. Esses valores são calculados diariamente, sendo apurado o saldo a pagar ou a receber no último dia útil do semestre, o qual será liquidado financeiramente seguindo as mesmas regras estabelecidas para a transferência ou cobertura do resultado (notas 10, 24 e 37.1).

Em 2011 o resultado da operação de equalização cambial foi de R\$44.040.773 negativos (R\$48.529.720 positivos em 2010), conforme demonstrado na nota 37.1.

9 - TÍTULOS**9.1. Em moedas estrangeiras**

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Títulos livres	614.062.619	405.661.032
1 mês	98.226	3.929.977
1 - 6 meses	23.934.370	32.504.250
6 - 12 meses	26.170.193	15.882.816
1 - 5 anos	514.689.636	331.374.640
+ de 5 anos	47.170.194	21.989.349
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	7.108.326
1 - 5 anos	-	7.108.326
Títulos vinculados a garantias	-	4.595
1 - 5 anos	-	4.595
Títulos vinculados a operações de venda definitiva a liquidar	259.310	-
1 - 5 anos	259.310	-
Total	614.321.929	412.773.953

Referem-se a títulos prefixados e a títulos remunerados pela variação de índices de preços mais juros, de emissão de tesouros nacionais, de organismos supranacionais ou multilaterais e de agências, adquiridos pelo Bacen conforme sua política de investimentos. Constituem parte das reservas internacionais e têm como principais objetivos diversificar os tipos de investimento e de riscos, incrementar a rentabilidade e manter diferentes níveis de liquidez.

Esses títulos estão classificados na categoria Valor Justo a Resultado. O quadro a seguir demonstra o custo amortizado e o valor justo desses ativos:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Custo amortizado	601.580.972	411.124.207
Ajuste a valor justo	12.740.957	1.849.746
Contabilidade	614.321.929	412.773.953

A variação na carteira de títulos em moedas estrangeiras ocorreu em função, principalmente, do incremento das reservas internacionais no período, considerando que a aplicação em títulos corresponde à maior parte das reservas e, em menor escala, do rebalanceamento da carteira de investimentos, com realocação de recursos de depósitos a prazo (nota 5.1) para títulos. Cabe destacar também os efeitos da depreciação do Real frente ao dólar norte-americano (nota 3.3), moeda na qual está denominada parte significativa dessa carteira (nota 34.2).

9.2. Em moeda local

Em 31.12.2011

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Títulos livres	15.777.152	5	38.144.159	196.067.388	163.965.733	403.954.437
LTN	-	-	27.404.540	72.554.541	-	99.959.081
LFT	-	5	-	41.551.447	234.430	41.785.882
NTN-B	-	-	10.739.619	45.742.275	134.484.281	190.966.175
NTN-F	15.777.152	-	-	36.219.125	19.247.022	71.243.299
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	63.873.933	17.685.556	204.597.599	72.066.741	348.223.829
LTN	-	-	13.368.564	38.670.497	-	52.039.061
LFT	-	63.873.933	-	128.581.632	266.702	182.722.267
NTN-B	-	-	4.316.992	26.775.566	37.876.183	68.968.741
NTN-F	-	-	-	10.569.904	33.923.856	44.493.760
Títulos vinculados a garantias de operações	-	-	-	2.364.635	-	2.364.635
LFT	-	-	-	2.364.635	-	2.364.635
Títulos inegociáveis	-	-	-	91	121	212
NTN-P	-	-	-	91	121	212
Total	15.777.152	53.873.938	55.829.716	403.029.713	226.032.595	754.543.113

Em 31.12.2010

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Títulos livres	41.666.386	23.901.233	28.578.997	196.756.851	125.836.676	416.740.143
LTN	30.475.491	-	24.946.611	12.776.566	-	68.198.668
LFT	-	14.761.015	-	110.316.411	4.497.817	128.575.247
NTN-B	-	9.140.218	3.632.382	42.343.555	98.176.097	153.292.252
NTN-F	11.190.895	-	-	31.320.319	23.162.782	65.673.976
Títulos vinculados a operações compromissadas	-	28.301.763	69.490.946	149.620.448	39.022.145	286.435.302
LTN	-	-	30.069.343	13.764.819	-	43.834.162
LFT	-	26.408.499	26.988.015	88.004.945	-	141.401.459
NTN-B	-	1.893.264	12.433.588	17.733.675	19.360.674	51.421.201
NTN-F	-	-	-	30.117.009	19.861.471	49.778.480
Títulos inegociáveis	-	-	-	3	195	198
NTN-P	-	-	-	3	195	198
Total	41.666.386	52.202.996	98.069.943	346.377.302	164.859.016	703.175.643

O Bacen procura administrar sua carteira de maneira a dispor de instrumentos adequados à execução da política monetária, ou seja, a realização de operações de compra e venda de títulos, de forma definitiva ou compromissada. A composição dessa carteira, portanto, tende a acompanhar o perfil dos títulos da dívida pública mobiliária em poder do mercado, sendo que, para isso, o Bacen, à medida que ocorrem os vencimentos dos títulos em sua carteira, a recompõe por meio de compras em ofertas públicas do Tesouro Nacional, operações essas sempre efetuadas pelo preço médio pago pelos demais participantes do mercado.

As características dos títulos existentes na carteira do Bacen são:

- Letra do Tesouro Nacional – LTN: rendimento prefixado definido pelo deságio sobre o valor nominal;
- Letra Financeira do Tesouro – LFT: rendimento pós-fixado definido pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Selic (taxa Selic);
- Nota do Tesouro Nacional Série B – NTN-B: rendimento pós-fixado definido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com pagamento semestral de cupom de juros de 6% a.a.;

d) Nota do Tesouro Nacional Série F – NTN-F: rendimento prefixado definido pelo deságio sobre o valor nominal, com pagamento semestral de cupom de juros de 10% a.a.;

e) Nota do Tesouro Nacional Série P – NTN-P: título nominativo e inalienável, atualizado pela TR e com juros de 6% a.a., pagos na data do resgate.

O quadro a seguir demonstra o valor de custo amortizado e o valor ajustado a mercado (nota 3.4.5) desses títulos:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Disponíveis para venda	<u>148.286.672</u>	<u>3.711.470</u>	<u>151.998.142</u>	<u>112.276.626</u>	<u>(243.796)</u>	<u>112.032.830</u>
LTN	148.286.672	3.711.470	151.998.142	112.276.626	(243.796)	112.032.830
Mantidos até o vencimento	<u>602.544.971</u>	<u>-</u>	<u>602.544.971</u>	<u>591.142.813</u>	<u>-</u>	<u>591.142.813</u>
LFT	226.872.784	-	226.872.784	270.976.706	-	270.976.706
NTN-B	259.934.916	-	259.934.916	204.713.453	-	204.713.453
NTN-F	115.737.059	-	115.737.059	115.452.456	-	115.452.456
NTN-P	212	-	212	198	-	198
Total	750.831.643	3.711.470	754.543.113	703.419.439	(243.796)	703.175.643

A variação observada na carteira de títulos públicos federais do Bacen decorre, basicamente, da incorporação de juros (nota 23) e do ajuste a valor justo positivo das LTN (nota 22.3), compensados em parte pelos resgates de títulos no período (nota 37.1).

10 - OPERAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL

Ativo	31.12.2011	31.12.2010
Equalização Cambial	101.274.794	48.633.518
Outros	41	634
Total	101.274.835	48.634.152
Passivo	31.12.2011	31.12.2010
Conta Única do Tesouro Nacional	475.622.276	404.516.398
Equalização Cambial	90.240.059	-
Resultado a Transferir	11.243.847	4.929.917
Outros	1.084.732	1.075.456
Total	578.190.914	410.521.771

Por força de disposições legais, o Bacen mantém relacionamento financeiro com o Tesouro Nacional, cujas principais operações aparecem detalhadas na nota 37.1.

A variação observada no período decorre, principalmente, do resultado apurado na operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o Bacen (notas 8.2.2 e 37.1)

11 - CRÉDITOS A RECEBER**11.1. Em moedas estrangeiras**

	31.12.2011	31.12.2010
Note Purchase Agreement	-	1.642.664
New Arrangements to Borrow	2.160.171	-
Outros créditos a receber	8.866	6.733
Total	2.169.037	1.649.397

O saldo de créditos a receber em moedas estrangeiras em 31 de dezembro de 2011 refere-se, basicamente, à participação do Bacen no *New Arrangements to Borrow – NAB*.

O NAB fundamenta-se no art. 7º do Convênio Constitutivo do FMI, que autoriza o organismo, em caso de escassez de determinada moeda, propor aos países membros a realização de empréstimos ao Fundo, de forma complementar às suas quotas (nota 13), em termos e condições acertados entre as partes, com o objetivo de reforçar a capacidade financeira do organismo. O acordo é revisto e renovado regularmente.

O acordo firmado em 1º de abril de 2011 prevê a disponibilização de até DES8,74 bilhões ao Fundo. Com o objetivo de reduzir a pressão por recursos nos países que já contribuíram para o Fundo antes da ativação do acordo, o FMI facultou aos países que tinham operações no âmbito do Note Purchase Agreement – NPA a migrarem os seus saldos para o NAB. Dessa forma, foram disponibilizados DES750 milhões no âmbito do NAB, provenientes da incorporação das operações do NPA, as quais foram encerradas na data da celebração do referido acordo.

Os créditos do NAB são denominados em DES e remunerados por taxas determinadas semanalmente com base na média ponderada das taxas de juros representativas de débitos de curto prazo no mercado monetário dos países cujas moedas constituem o DES (nota 3.3). O vencimento dessas operações é de cinco anos, com a possibilidade de liquidação antes desse prazo no caso de o tomador de recursos antecipar o pagamento ao Fundo. Os recursos disponibilizados no NAB não contam com garantias reais.

11.2. Em moeda local

Em 31.12.2011

	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Valor Justo a Resultado - Designação	68.643.479	(31.672.489)	36.970.990
Créditos originais	65.621.587	(30.350.074)	35.271.513
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	32.805.739	(14.718.108)	18.087.631
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	30.310.999	(15.481.663)	14.829.336
Banco Mercantil - Em Liquidação Extrajudicial	2.354.543	-	2.354.543
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	150.303	(150.303)	-
Banco Morada - Em Liquidação Extrajudicial	3	-	3
Créditos parcelados	3.021.892	(1.322.415)	1.699.477
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	525.428	(229.933)	295.495
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.496.464	(1.092.482)	1.403.982
Empréstimos e Recebíveis	3.186.600	-	3.186.600
Empréstimos vinculados a crédito rural	2.200.764	-	2.200.764
Centrus	966.887	-	966.887
Outros	18.949	-	18.949
Total	71.830.079	(31.672.489)	40.157.590

Em 31.12.2010

	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Contabilidade
Valor Justo a Resultado - Designação	62.769.962	(32.717.469)	30.052.493
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	30.698.448	(14.879.592)	15.818.856
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	26.659.522	(14.396.094)	12.263.428
Banco Mercantil - Em Liquidação Extrajudicial	1.970.209	-	1.970.209
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	729.556	(729.556)	-
Banco Bamerindus - Em Liquidação Extrajudicial	2.712.227	(2.712.227)	-
Empréstimos e Recebíveis	9.021.335	-	9.021.335
Empréstimos vinculados a crédito rural	8.714.410	-	8.714.410
Centrus	289.283	-	289.283
Outros	17.642	-	17.642
Total	71.791.297	(32.717.469)	39.073.828

11.2.1 Valor Justo a Resultado - Designação

a) Créditos originais

a.1) Características e condições do crédito

Refere-se basicamente aos créditos do Bacen com as instituições em liquidação originários de operações de assistência financeira (Proer) e de saldos decorrentes de saques a descoberto na conta Reservas Bancárias.

A correção desses créditos é efetuada a partir da aplicação do art. 124, parágrafo único, da Lei de Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), pelo qual a parcela dos créditos originada de operações com o Proer deve ser atualizada pelas taxas contratuais, até o limite das garantias, e o restante pela TR, ressaltando-se que as taxas contratuais são as decorrentes das garantias das operações originais.

Sua realização está sujeita aos ritos legais e processuais determinados na Lei das Liquidações (Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974) e na Lei de Falências. Essa legislação determina, entre outros pontos:

- a suspensão dos prazos anteriormente previstos para a liquidação das obrigações;
- o pagamento dos passivos com observância à ordem de preferência estabelecida pela lei: despesas da administração da massa, créditos trabalhistas, créditos com garantias reais, créditos tributários, e por fim, os créditos quirografários;
- o estabelecimento do quadro geral de credores, instrumento pelo qual se identificam todos os credores da instituição, o valor efetivo de seu crédito e sua posição na ordem de preferência para o recebimento;
- os procedimentos necessários à realização dos ativos, como, por exemplo, a forma da venda (direta ou em leilão, ativos individuais ou conjunto de ativos).

As amortizações ocorridas desde a data da decretação da liquidação, quando realizadas com recursos oriundos das garantias vinculadas aos débitos, foram alocadas nos respectivos contratos de operações de assistência financeira (Proer), em observância da legislação falimentar, podendo o devedor realizar a imputação de acordo com sua conveniência apenas nos casos em que as amortizações foram realizadas com recursos livres. Em qualquer caso, as amortizações são imputadas inicialmente nos juros e depois no capital, de acordo com a legislação civil.

Os créditos a receber junto ao Banco Morada – Em Liquidação Extrajudicial referem-se a tarifas do Sistema de Transferência de Reservas – STR não pagas pela instituição.

a.2) Classificação e forma de avaliação

Esses créditos são classificados na categoria Valor Justo a Resultado por designação da Administração do Bacen, que considerou essa classificação mais relevante tendo em vista as seguintes características:

- constituem uma carteira de ativos de mesma origem – decorrem da atuação do Bacen como entidade fiscalizadora do sistema financeiro nacional;
- esses ativos são, desde 1999, avaliados pelo seu valor de realização, para efeitos gerenciais e contábeis. Essa forma de avaliação reflete os objetivos do Bacen ao tratar os processos de liquidação extrajudicial, ou seja, a conclusão no menor tempo possível e da forma menos onerosa para a autoridade monetária e para os depositantes e investidores.

O valor justo desses créditos é avaliado pelo valor justo das garantias originais, constituídas por LFT, NTN-A3 e FCVS/CVS, excluídos os créditos preferenciais ao Bacen (pagamentos de despesas essenciais à liquidação, encargos trabalhistas e encargos tributários).

b) Requerimentos efetuados com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010**b.1) Características e condições do crédito**

Com a edição da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, os créditos do Bacen com as instituições em liquidação tornaram-se passíveis de pagamento à vista ou parcelado, mediante requerimento do devedor, com descontos de 25% a 45% incidentes sobre os encargos.

Nacional, Econômico, Mercantil, Banorte e Bamerindus apresentaram seus requerimentos ao Bacen, na forma prevista no art. 65 da referida lei. O princípio geral que norteia a liquidação dos créditos é a admissão de diação de instrumentos de dívida pública federal em pagamento, cuja avaliação será atribuída pelo Bacen, para cada espécie de título ofertado, considerando-se o menor valor entre o nominal e o de mercado.

Em agosto de 2011, Banorte e Bamerindus firmaram termo de parcelamento de suas dívidas originárias de saques a descoberto na conta Reservas Bancárias junto ao Bacen. O pagamento será efetuado em 180 prestações mensais e consecutivas (das quais cinco foram quitadas até dezembro de 2011), atualizadas pela TR, conforme assegura às instituições em liquidação o art. 9º, caput, da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Caso seja cessado o regime de liquidação extrajudicial, seja caracterizada massa superavitária ou haja outro fundamento legal para afastar a incidência da TR, as prestações mensais passarão a ser atualizadas pela taxa Selic.

O termo de parcelamento firmado não implica novação da dívida, cabendo destacar que a inadimplência do devedor pode ensejar a rescisão do termo, com a dívida retornando à situação original. A efetivação do parcelamento também não implica automático encerramento do regime especial, que pode ser avaliado em momento oportuno, se for o caso, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

Os créditos a receber do Banco Mercantil – Em Liquidação Extrajudicial foram objeto de proposta de pagamento à vista, conforme evidenciado na nota 39.

Os demais créditos encontravam-se em análise na data de fechamento do balanço, razão pela qual não é possível precisar os fluxos de caixa que serão destinados ao Bacen quando do recebimento.

b.2) Classificação e forma de avaliação

Esses créditos são classificados na categoria Valor Justo a Resultado por designação da Administração do Bacen, tendo em vista as mesmas características observadas para os créditos originais (nota 11.2.1.a).

O valor justo dos créditos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa, apurado por meio da utilização de taxas de mercado equivalentes (nota 31). Em função de a metodologia de avaliação do valor justo dos créditos originais com as instituições em liquidação extrajudicial prever a recuperabilidade desses ativos com base no valor justo das garantias originais, excluídos os créditos preferenciais ao Bacen,

os créditos junto ao Banorte e ao Bamerindus apresentavam valor contábil igual a zero em 31 de dezembro de 2010 (custo amortizado menos ajuste a valor justo). No entanto, com o parcelamento da dívida, fluxos de caixa começaram a fluir para o Bacen, gerando um efeito financeiro positivo no resultado da autarquia de R\$304.287, referente aos créditos do Banorte, e R\$1.375.737, referente aos créditos do Bamerindus.

11.2.2 Empréstimos e Recebíveis

a) Empréstimos vinculados a crédito rural

Trata-se de empréstimos às instituições financeiras com recursos provenientes do recolhimento compulsório das deficiências de aplicação em crédito rural. Tais empréstimos são concedidos mediante solicitação das instituições financeiras e são limitados ao valor do próprio recolhimento compulsório, devendo ser aplicados em operações de crédito rural.

Esses empréstimos têm prazo máximo de doze meses e, no caso de recursos da poupança rural, estão sujeitos à incidência de encargos financeiros representados pela TR.

A variação no saldo dos empréstimos vinculados a crédito rural ocorreu em função da diminuição das deficiências de aplicação em crédito rural no período, com consequente redução desse tipo de empréstimo.

b) Centrus

Compreendem os créditos a receber da Centrus decorrentes:

- de alterações promovidas em 2009 no regulamento do plano de benefícios da Fundação, que contemplaram a elevação da cota básica das pensões por morte, gerando crédito ao patrocinador na proporção do benefício concedido;
- da destinação do superávit do plano de benefícios da Fundação, conforme aprovado pela Portaria nº 192, de 14 de abril de 2011, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com reversão de valores ao patrocinador, aos assistidos e ao participante autopatrocínado.

Conforme termo de acordo celebrado entre o Bacen e a Centrus, os recursos vem sendo transferidos mediante solicitação do patrocinador e são remunerados pela taxa equivalente à rentabilidade obtida pela Fundação nas aplicações em títulos públicos federais, inclusive em fundos de curto prazo lastreados nesses títulos.

A variação observada até 31 de dezembro de 2011 decorre, basicamente, do reconhecimento da parcela devida ao Bacen do superávit do plano de benefícios da Centrus e da remuneração dos créditos no período (nota 37.2).

12 - OURO

O Bacen, a exemplo dos demais bancos centrais, mantém parte das reservas internacionais do País em ouro. O ouro é considerado um ativo de reserva porque está prontamente disponível para as autoridades monetárias, de maneira não condicional. Assim, o ouro mantido pelo Bacen é um ativo financeiro monetário.

Tendo em vista essas características, o Bacen entendeu que as IFRS não prevêem tratamento contábil para esse tipo de ativo e, assim, baseado no previsto na IAS 8 – Políticas Contábeis, Alterações nas Estimativas Contábeis e Erros, estabeleceu que o melhor tratamento contábil é aquele previsto para os demais ativos financeiros, ou seja, a IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o Bacen possuía 1.080.459,824 onças-troy classificadas na categoria Disponíveis para Venda, uma vez que não existe intenção de sua negociação no curto prazo. Em função dessa classificação, o ouro está avaliado pelo preço de mercado em dólar, com os ajustes lançados no patrimônio líquido e os efeitos da correção cambial na demonstração de resultado.

	31.12.2011	31.12.2010
Custo	574.814	510.558
Ajuste a valor justo	2.527.525	2.019.103
Contabilidade	3.102.339	2.529.661

A variação no período deve-se à elevação da cotação do ouro no mercado financeiro internacional (nota 3.3).

13 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

A participação do Bacen em organismos financeiros internacionais compreende quotas do FMI (1,79% do patrimônio do Fundo) e ações do BIS (0,55% do capital). O percentual do capital desses organismos detido pelo Bacen não representa controle ou influência significativa em sua administração ou nas decisões desses organismos, o que determina sua contabilização de acordo com a IAS 39.

Esses ativos são classificados na categoria Disponíveis para Venda, sendo seu valor de mercado expresso pelo valor, em Reais, da participação do Brasil nos organismos.

	31.12.2011	31.12.2010
Fundo Monetário Internacional	12.238.677	7.788.811
Banco de Compensações Internacionais	71.633	63.822
Total	12.310.310	7.852.633

A variação do saldo no período decorreu:

- da elevação da participação do Bacen no FMI, de 1,40% para 1,79%, tendo em vista a reforma no sistema de quotas do Fundo aprovada em abril de 2008, que entrou em vigor em março de 2011;
- do ajuste a valor justo positivo (nota 22.3), tendo em vista a depreciação do Real frente ao Dólar (nota 3.3).

14 - BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

2011	Metais preciosos sob formas diversas	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Obras de Arte e Acervo do Museu	Total
Saldo em 31/12/2010	38.482	256.324	369.232	82.306	30.134	767.478
Custo	38.750	256.324	432.612	257.653	30.134	1.015.673
Depreciação acumulada	-	-	(72.380)	(175.547)	-	(247.927)
Provisão para Perdas	(268)	-	-	-	-	(268)
Movimentação em 2011	-	-	8.926	8.811	8	17.745
Aquisições/Construções	-	-	19.236	32.795	8	52.039
Venda/Baixas	-	-	(202)	(17.363)	-	(17.565)
Depreciação	-	-	(10.108)	(23.845)	-	(33.953)
Baixa de Depreciação	-	-	-	17.224	-	17.224
Saldo em 31/12/2011	38.482	256.324	369.158	91.117	30.134	785.223
2010	Metais preciosos sob formas diversas	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Obras de Arte e Acervo do Museu	Total
Saldo em 31/12/2009	38.482	256.324	369.480	87.089	30.124	780.499
Custo	38.750	256.324	430.752	252.544	30.124	1.008.494
Depreciação acumulada	-	-	(62.272)	(165.455)	-	(227.727)
Provisão para Perdas	(268)	-	-	-	-	(268)
Movimentação em 2010	-	-	(8.248)	(4.783)	10	(13.021)
Aquisições/Construções	-	-	1.860	25.030	10	26.900
Venda/Baixas	-	-	-	(19.721)	-	(19.721)
Depreciação	-	-	(10.108)	(25.407)	-	(35.515)
Baixa de Depreciação	-	-	-	15.315	-	15.315
Saldo em 31/12/2010	38.482	256.324	369.232	82.306	30.134	767.478

15 - OUTROS ATIVOS

	31.12.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	1.099	
Em Moeda Local	1.225.822	1.922.205
Superávit Atuarial - Centrus (Nota 20.2)	1.149.284	1.839.249
Outros	76.538	82.956
Total	1.225.822	1.923.304

16 - OPERAÇÕES CONTRATADAS A LIQUIDAR

Referem-se basicamente a operações contratadas e ainda não liquidadas na data do balanço, cuja liquidação financeira se dará em até três dias.

17 - DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	1.333	1.185
Em Moeda Local	424.925.295	379.441.614
Recursos à Vista	51.465.641	55.707.954
Recursos a Prazo	130.616.900	104.150.806
Depósitos de Poupança	80.713.232	72.184.979
Exigibilidade Adicional	157.685.941	135.721.287
Outros	4.443.581	11.676.588
Total	424.926.628	379.442.799

Os depósitos de instituições financeiras em moeda local constituem-se, principalmente, dos recolhimentos compulsórios, os quais representam tradicional instrumento de política monetária, desempenhando função de estabilizadores da liquidez da economia.

Esses depósitos são calculados sobre o saldo médio diário dos valores captados pelos bancos e podem ser exigidos em espécie ou em títulos públicos federais, sendo que os depósitos constituídos em espécie representam um passivo à vista do Bacen.

Atualmente, os principais recolhimentos compulsórios em espécie possuem as seguintes alíquotas e taxas de remuneração:

- a) sobre recursos à vista – alíquota de 43%, sem remuneração;
- b) sobre recursos a prazo – alíquota de 20%, remunerados pela taxa Selic;
- c) sobre depósitos de poupança – alíquota de 20% (17% poupança rural), remunerados com base na TR + 6,17% ao ano, para as modalidades de poupança livre, pécúlio e rural, e na TR + 3% ao ano, para a modalidade de poupança vinculada;
- d) exigibilidade adicional – incidente sobre a soma dos recursos à vista (alíquota de 12%), dos recursos a prazo (alíquota de 12%) e dos depósitos de poupança (alíquota de 10%), remunerada pela taxa Selic.

A variação no saldo de depósitos de instituições financeiras está associada, basicamente, à flutuação dos valores sujeitos a recolhimento, uma vez que não houve alteração significativa nas regras dos principais recolhimentos compulsórios no período.

18 - CRÉDITOS A PAGAR

O saldo de créditos a pagar compreende:

	31.12.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	8.324.770	7.592.285
Alocações de DES	8.315.443	7.411.025
Outros	9.327	181.260
Em Moeda Local	959.748	1.248.578
Precatórios a Pagar	759.325	1.063.308
Outros	200.423	185.270
Total	9.284.518	8.840.851

18.1. Em moedas estrangeiras

As alocações de DES são recursos disponibilizados pelo FMI aos países membros, proporcionais às suas quotas de participação, sem data de vencimento, sobre cuja utilização incidem juros (pagos trimestralmente) calculados às taxas do DES (nota 11.1), divulgadas pelo próprio Fundo. Os DES decorrentes dessas alocações compõem as reservas internacionais (nota 4) e são remunerados pelas mesmas taxas da obrigação.

A variação no saldo de créditos a pagar em moedas estrangeiras deve-se, basicamente, aos efeitos da variação cambial ocorrida no período.

18.2. Em moeda local

Segundo dispõe o § 5º do art. 100 da Constituição Federal, as entidades de direito público devem incluir nos seus orçamentos dotação necessária à cobertura dos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de cada ano, para pagamento até o final do exercício seguinte.

Com a edição da Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, os precatórios decorrentes de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, ressalvados, entre outros, os créditos de natureza alimentícia e de pequeno valor.

Em atenção ao disposto no art. 27 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2012), as dotações aprovadas na lei orçamentária anual, destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, serão descentralizadas aos tribunais requisitantes dos precatórios, aos quais competirá efetuar os pagamentos aos beneficiários. Em virtude disso, os recursos orçamentários e financeiros não transitarão pelo Bacen (entidade devedora). O saldo existente em 31 de dezembro de 2011 refere-se aos precatórios a serem pagos nos exercícios de 2011 e seguintes.

19 - DEPÓSITOS DE ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

	31.12.2011	31.12.2010
Em Moedas Estrangeiras	8.863.307	6.132.430
Banco Interamericano de Desenvolvimento	61.869	78.108
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	17.008	15.977
Fundo Monetário Internacional	8.784.426	6.038.328
Outros	4	17
 Em Moeda Local	 2.045	 941
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata	2.045	941
 Total	 8.865.352	 6.133.371

Os depósitos de organismos financeiros internacionais correspondem, principalmente, aos depósitos à vista que o FMI mantém no País. Outros organismos internacionais mantêm disponibilidades no Bacen para fazer face às suas despesas administrativas.

A variação do saldo de depósitos junto ao FMI refere-se à integralização de quotas do Fundo (nota 13) e à depreciação do Real frente ao DES no período (nota 3.3).

20 - PROVISÕES

	31.12.2011	31.12.2010
Ações Judiciais	3.201.941	2.696.925
Passivo Atuarial	19.375.933	17.469.122
Total	22.577.874	20.166.047

20.1. Provisões para ações judiciais

O Bacen era parte em 13.379 ações em 31 de dezembro de 2011 (3.381 no pólo ativo, 9.992 no pólo passivo e 6 tendo o Bacen como interessado) em função de assuntos diversos, entre os quais planos econômicos, reclamações trabalhistas, liquidações de instituições financeiras e privatizações. Em 31 de dezembro de 2010, o total era de 15.264, sendo 3.527 no pólo ativo, 11.734 no pólo passivo e 3 tendo o Bacen como interessado.

A área jurídica avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

São contabilizadas provisões de 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável, ou seja, em que o risco de perda seja avaliado como maior do que 50%. Em 2011 foram contabilizadas provisões para 1.168 ações (1.248 em 2010). O quadro a seguir apresenta a movimentação da conta de provisões durante o exercício:

	2011	2010
Saldo Inicial	2.696.925	2.727.709
Movimentação	505.016	(30.784)
Constituição	604.867	288.142
Reversão	(75.529)	(297.358)
Transferência para Precatório	(24.322)	(21.568)
Saldo Final	3.201.941	2.696.925

Os valores das ações judiciais são corrigidos pela taxa Selic.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram classificadas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2011 havia 796 ações (979 em 2010) nessa situação, totalizando R\$72.172.231 (R\$64.291.722 em 2010).

O quadro a seguir apresenta o valor das provisões distribuído em função do prazo esperado para a conclusão das ações:

	31.12.2011	31.12.2010
2011	-	821.221
2012	799.639	1.243.582
2013	1.618.071	45.667
2014	94.722	36.241
2015	564.940	521.096
2016	96.032	8.519
2017	3.741	3.168
2018	10.717	10.964
2019	1.018	1.197
2020	9.237	2.000
2021	3.479	3.277
2022	297	-
2023	48	13
Total	3.201.941	2.696.925

O Bacen, conforme procedimentos judiciais, efetuou depósitos vinculados a algumas ações judiciais em curso (nota 5.2). Esses depósitos podem ser utilizados em uma das seguintes situações:

- a) decisão favorável ao Bacen na ação judicial, caso em que o juiz autoriza o Bacen a resgatar o depósito;
- b) decisão desfavorável ao Bacen e determinação do judiciário de se transferir o valor à contraparte vencedora;
- c) decisão desfavorável ao Bacen e emissão de precatório, caso em que o juiz autoriza o Bacen a efetuar o resgate do depósito correspondente.

20.2. Provisões para Passivos Atuariais

O Bacen patrocina planos de benefícios pós-emprego a seus servidores, os quais incluem aposentadoria, pensão e assistência médica. A seguir, apresentamos um resumo dos planos existentes, bem como os principais parâmetros para os cálculos atuariais:

a) Benefícios de aposentadoria aos servidores aposentados até 1990 – Centrus

Plano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é conceder a complementação de aposentadorias e pensões pagas pela previdência social aos servidores que se aposentaram até 1990. O plano é custeado por contribuições do patrocinador e dos servidores aposentados, vertidas à Centrus, a quem cabe a administração dos recursos e os pagamentos, destacando-se que em 2008, em função do superávit atuarial apresentado pelo Plano, as alíquotas das contribuições foram reduzidas para 0% para o patrocinador e para os participantes. Este plano está em processo de extinção uma vez que não existe a possibilidade da entrada de novos participantes.

b) Benefícios de aposentadoria aos servidores aposentados após 1990 – RJU

Plano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é efetuar o pagamento de aposentadorias e pensões de acordo com o previsto na Constituição Federal e na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Para que os servidores tenham direito a esse benefício, o Bacen e os próprios servidores efetuam contribuições diretamente ao Governo Federal, não havendo entretanto vinculação entre esse recolhimento e o recebimento dos benefícios. Assim, tendo em vista a legislação vigente, esse plano é mantido por recursos do Bacen. O ativo vinculado a esse plano, que se encontrava sob administração da Centrus, foi liquidado no exercício de 2010.

c) Benefícios de assistência à saúde – Faspe

Piano na modalidade de benefício definido, cuja finalidade é a manutenção de um programa com o objetivo de custear a prevenção de doenças e a manutenção e recuperação da saúde dos servidores do Bacen e de seus dependentes.

O plano é mantido por contribuições do patrocinador e dos servidores, havendo também a participação dos servidores nos gastos realizados, conforme regulamentação.

As contribuições são vertidas ao Fundo de Assistência ao Pessoal – Faspe, a quem cabe a administração dos recursos e a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios.

d) Cálculos atuariais

Cálculo da Provisão	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor presente das obrigações atuariais	2.536.665	17.098.943	2.350.784	2.303.023	16.847.922	704.109
(-) Valor justo dos ativos do plano	(5.493.976)	-	(73.785)	(6.579.520)	-	(82.909)
Passivo (ativo) atuarial líquido	(2.957.311)	17.098.943	2.276.989	(4.276.497)	16.847.922	621.200
(-) Ativo não reconhecido	(1.808.027)	-	-	(2.437.248)	-	-
Passivo (ativo) atuarial reconhecido no balanço	(1.149.284)	17.098.943	2.276.989	(1.639.249)	16.847.922	621.200

d.1) Centrus:

O superávit atuarial do plano Centrus, referente ao excesso de ativos em relação aos benefícios a pagar, é reconhecido no balanço na extensão dos benefícios econômicos esperados. Assim, levando-se em consideração a reversão de valores do superávit atuarial do plano Centrus, em conformidade com a Resolução nº 26, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, de 29 de setembro de 2008, esse cálculo leva em consideração a proporcionalidade contributiva entre o Bacen e os participantes, bem como a constituição de reserva de contingência pela Centrus.

d.2) RJU e Faspe:

A variação observada entre os dois períodos é decorrente do ingresso de novos servidores e da revisão de índices (quadro “Premissas Atuariais”).

Os quadros a seguir apresentam as informações utilizadas nos cálculos atuariais, bem como as movimentações no período:

Valor presente das obrigações - Conciliação	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor presente das obrigações atuariais no início do período	2.303.023	16.847.922	704.109	2.408.173	14.473.619	710.641
(+) Custo do serviço corrente	-	159.259	52.058	-	280.633	35.866
(+) Custo de juros	225.512	1.646.206	72.377	263.860	1.568.607	73.338
(-) Benefícios pagos no período	(291.540)	(905.941)	(167.572)	(283.283)	(818.892)	(135.501)
(+) Contribuições dos participantes	-	-	77.601	-	-	68.016
(+/-) Perdas (ganhos) atuariais	299.670	(648.503)	1.612.211	(85.727)	1.322.055	(48.451)
(=) Valor presente das obrigações atuariais no final do período	2.536.665	17.098.943	2.350.784	2.303.023	16.847.922	704.109

Ativos do plano - Conciliação	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Valor justo dos ativos do plano no início do período	6.579.520	-	82.909	5.778.620	630.867	76.821
(-) Benefícios pagos	(291.540)	(887.291)	(167.572)	(283.283)	(634.158)	(135.501)
(+) Contribuições de participantes	-	-	77.601	-	-	68.016
(+) Contribuições do patrocinador	-	-	92.397	14	-	68.016
(+) Rendimento esperado dos ativos do plano	875.506	-	8.548	797.984	19.777	4.042
(-) Repasses do Tesouro Nacional	-	687.291	-	-	-	-
(+/-) Ganhos (perdas) atuariais	(1.870.510)	-	(20.088)	375.185	(16.486)	1.515
Valor justo dos ativos do plano no final do período	5.493.976	-	73.795	6.579.520	-	82.909

Ativos do plano - Participação percentual	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Ações	33,2%	-	-	36,3%	-	-
Títulos Públicos Federais	60,9%	-	80,1%	56,0%	-	81,5%
Imóveis	2,3%	-	-	2,3%	-	-
Outros	3,6%	-	19,9%	5,4%	-	18,5%
Receitas e despesas reconhecidas na Demonstração de Resultado do Exercício	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Outras Despesas						
Custo do serviço corrente	-	169.259	52.068	-	280.533	35.866
Receitas de Juros						
Rendimento esperado dos ativos dos planos	876.506	-	8.548	707.984	19.777	4.042
Despesas de Juros						
Custos de Juros	225.512	1.646.206	72.377	263.860	1.588.607	73.338
Ganhos e Perdas Atuariais Reconhecidos no Patrimônio Líquido	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Saldo Inicial	(2.025.309)	(6.929.449)	(61.309)	(48.972)	(5.590.908)	(111.275)
Reconhecimento	(1.340.959)	848.503	(1.632.299)	(1.976.337)	(1.336.541)	49.966
Saldo Final	(3.366.268)	(6.280.946)	(1.593.608)	(2.025.309)	(6.929.449)	(61.309)
Premissas atuariais	31.12.2011			31.12.2010		
	Centrus	RJU	Faspe	Centrus	RJU	Faspe
Financeiras						
Taxa de desconto	10,32%	10,40%	10,38%	10,60%	10,63%	10,63%
Retorno esperado dos ativos	13,05%	-	8,71%	13,19%	-	8,63%
Taxa de inflação	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Aliquota de contribuição do servidor inativo	-	-	1 a 3%	-	-	1 a 3%
Aliquota de contribuição do patrocinador	-	-	até 3%	-	-	até 3%
Expectativa de crescimento salarial	-	1,7%	-	-	7,40%	-
Taxa de tendência dos custos médicos	-	-	8,7%	-	-	9,2%
Não Financeiras						
Quantidade de servidores ativos	-	4.548	4.436	-	4.882	4.568
Quantidade de servidores inativos	815	4.218	4.911	857	3.920	4.625
Quantidade de pensionistas	652	473	1.098	637	306	1.025
Média de serviço passado (anos)	-	17,3	-	-	17,6	-
Média de serviço futuro esperado (anos)	-	15,5	-	-	15,1	-
Idade média de servidores ativos	-	47	47	-	47	47
Idade média de servidores inativos	79	63	65	78	62	65
Idade média de pensionistas	75	50	65	81	58	74
Mortalidade geral	AT 2000					
Mortalidade de inválidos	EX IAPC					
Entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS					

e) Outras informações

- A taxa de retorno esperado dos ativos dos planos foi calculada considerando-se um cenário macroeconômico para o ano, bem como o fluxo previsto para cada tipo de ativo;
- A taxa de crescimento dos custos médicos do plano foi apurada em função de seu histórico de crescimento nos últimos cinco anos;
- Uma alteração de (+/-) 1% nos custos médicos traria o seguinte impacto no Faspe:

	+1%	-1%
Custo de serviços e juros	62.947	(54.025)
Obrigação	392.295	(328.090)

- O Bacen estima que o pagamento de suas contribuições para o Faspe em 2012 será de R\$94.561. Não há previsão de contribuição para os demais planos;
- Informações históricas:

	2011	2010	2009	2008	2007
Centrus					
Valor presente das obrigações	2.536.665	2.303.023	2.408.173	2.407.480	2.836.096
Valor justo dos ativos	5.493.976	6.579.520	5.779.520	4.890.866	5.928.865
Déficit (superávit) do plano	(2.957.311)	(4.275.497)	(3.371.447)	(2.483.366)	(3.093.869)
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	253.446	(180.061)	(298.363)	(115.841)	(111.725)
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	2.140.486	(375.185)	(357.243)	1.708.851	(723.885)
RJU					
Valor presente das obrigações	17.098.943	16.847.922	14.475.619	10.074.730	9.394.601
Valor justo dos ativos	-	-	630.867	942.364	1.784.227
Déficit (superávit) do plano	17.098.943	16.847.922	13.844.752	9.132.386	7.610.374
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	(846.955)	(327.340)	1.325.832	2.627.683	(552.159)
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	(887.291)	16.486	(133.800)	473.920	(328.488)
Faspe					
Valor presente das obrigações	2.350.784	704.109	710.841	509.109	630.064
Valor justo dos ativos	73.795	82.909	76.821	69.972	66.112
Déficit (superávit) do plano	2.276.989	621.200	634.020	439.137	563.952
Experiência ajustada decorrente dos passivos do plano	1.458.807	303.231	(15.687)	26.152	(105.736)
Experiência ajustada decorrente dos ativos do plano	34.884	(1.515)	(2.156)	(136)	(500)

21 - MEIO CIRCULANTE

O Meio Circulante representa o saldo de papel-moeda e moedas metálicas em circulação, em poder do público e das instituições financeiras, registrado pelo valor de emissão.

A seguir é apresentada a distribuição de cédulas e moedas por denominações, em circulação:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Quantidade	Valor (R\$ mil)	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Cédulas	5.009.229.063	158.418.349	4.813.598.705	147.283.711
R\$1,00	150.919.407	150.919	153.234.934	153.235
R\$2,00	815.894.757	1.631.790	769.742.510	1.539.485
R\$5,00	447.388.395	2.236.942	425.280.381	2.126.402
R\$10,00	683.911.079	6.839.111	731.256.040	7.312.560
R\$20,00	742.823.319	14.856.466	695.304.211	13.906.084
R\$50,00	1.682.521.788	84.126.089	1.632.642.388	81.632.119
R\$100,00	485.770.318	48.577.032	406.138.261	40.613.826
Moedas	18.770.658.056	4.350.366	17.153.504.544	3.860.724
R\$0,01	3.190.853.499	31.909	3.190.804.806	31.908
R\$0,05	4.495.096.298	224.755	4.031.871.863	201.594
R\$0,10	4.955.321.324	495.532	4.462.255.495	446.225
R\$0,25	2.091.563.039	522.891	1.898.071.631	474.518
R\$0,50	1.925.088.972	982.544	1.728.043.940	864.022
R\$1,00	2.112.734.924	2.112.735	1.842.456.809	1.842.457
Comemorativas	-	955	-	933
Total		162.769.670		151.145.368

O Meio Circulante apresentou, em 31 de dezembro de 2011, uma elevação de 7,7% em 2011, quando comparado com 2010, a qual esteve associada, principalmente, ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e à inflação do período.

22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Patrimônio

A rubrica Patrimônio é constituída dos seguintes itens:

- a) patrimônio inicial, no valor de R\$14.526, que representa o patrimônio originalmente transferido ao Bacen no momento de sua criação, atualizado pela correção monetária até 31 de dezembro de 1995;
- b) resultados apurados pelo Bacen até o exercício de 1987 e incorporados ao seu patrimônio, atualizado pela correção monetária até 31 de dezembro de 1995, totalizando R\$2.561.830; e
- c) aumentos patrimoniais decorrentes da incorporação de títulos emitidos pela União com o objetivo de recomposição da carteira, no valor de R\$22.099.095.

22.2. Reservas

As Reservas são constituídas de:

- a) Reserva de Resultados – limitada a 25% dos resultados apurados pelo Bacen, excluídos os resultados da equalização cambial;
- b) Reserva de Reavaliação – decorre da reavaliação dos imóveis de uso do Bacen, ocorrida até 2004, a ser realizada em função da vida útil desses bens.

22.3. Ganhos (Perdas) Reconhecidos Diretamente no Patrimônio Líquido

Referem-se aos ajustes de marcação a valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria Disponíveis para Venda e aos ganhos e perdas atuariais decorrentes da provisão para pagamento de benefícios pós-emprego.

	31.12.2011	31.12.2010
Titulos públicos federais		
Saldo inicial	1.815.090	2.816.665
Ajuste a Valor Justo	3.955.266	(807.206)
Baixa	(148.375)	(194.369)
Saldo final	5.621.981	1.815.090
Ouro		
Saldo inicial	2.478.928	1.875.652
Ajuste a Valor Justo	132.588	603.276
Saldo final	2.611.516	2.478.928
Quotas de Organismos Financeiros Internacionais		
Saldo inicial	(6.060.939)	(5.590.421)
Ajuste a Valor Justo	1.263.441	(470.518)
Saldo final	(4.797.498)	(6.060.939)
Ganhos e perdas atuariais		
Saldo inicial	(9.016.067)	(5.751.156)
Ganho (perda) atuarial no período	(2.324.755)	(3.264.911)
Saldo final	(11.340.822)	(9.016.067)
Total	(7.904.823)	(10.782.988)

A variação no saldo de ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no patrimônio líquido decorreu, principalmente, do ajuste a valor justo positivo dos títulos públicos federais e das quotas de organismos financeiros internacionais, compensado em parte pela perda atuarial reconhecida no período (nota 20.2).

23 - RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS

Refere-se a receitas e despesas de juros dos ativos e passivos financeiros do Bacen não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

	2011	2010
Receitas com juros	94.035.581	74.023.722
Em moedas estrangeiras	155.767	185.687
Disponibilidades	64.283	45.111
Depósitos	68.892	112.735
Operações Compromissadas	13.656	19.094
Empréstimos	7.611	7.233
Outras	1.325	1.514
Em moeda local	93.879.814	73.838.035
Títulos	84.303.141	71.505.651
Governo Federal	8.451.476	1.525.469
Outras	1.125.197	806.915
Despesas com juros	(126.430.149)	(94.395.060)
Em moedas estrangeiras	(34.013)	(31.050)
Operações Compromissadas	(3.292)	(7.593)
Empréstimos	(30.207)	(22.724)
Outras	(514)	(733)
Em moeda local	(126.396.136)	(94.364.010)
Depósitos de Instituições Financeiras	(35.163.417)	(16.563.838)
Operações Compromissadas	(45.684.626)	(40.472.135)
Governo Federal	(43.534.793)	(35.314.862)
Outras	(2.013.300)	(2.013.175)
Resultado líquido com juros	(32.394.568)	(20.371.338)

A variação observada no resultado com juros é decorrente, principalmente, de:

- a) aumento das receitas com juros das operações com títulos em moeda local, em função do incremento da carteira de títulos públicos federais no período (nota 9.2);
- b) aumento das despesas com a remuneração dos depósitos de instituições financeiras, que está associado à elevação do saldo dos recolhimentos compulsórios remunerados (nota 17);
- c) aumento das despesas com a remuneração de operações compromissadas e das obrigações com o Governo Federal, em função do incremento do volume de operações compromissadas realizadas pelo Banco Central para administrar a liquidez do mercado (nota 7.2) e do acréscimo do saldo da conta única do Tesouro Nacional (nota 10).

24 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO A RESULTADO – DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO

Referem-se à variação de preço dos ativos classificados nessa categoria e incluem a variação cambial, os juros e a marcação a mercado.

	2011	2010
Em Moedas Estrangeiras	87.383.195	(10.319.790)
Títulos	87.188.218	(10.031.665)
Outros	194.977	(288.125)
Em Moeda Local	(43.346.434)	48.529.705
Derivativos	(43.346.426)	48.529.720
Outros	(8)	(15)
Total	44.036.761	38.209.915

A variação observada é decorrente, principalmente, dos efeitos da depreciação do Real frente às principais moedas estrangeiras no período (nota 3.3), que incorreu em valorização dos ativos em moeda estrangeira, sobretudo títulos, e no reconhecimento do resultado negativo em moeda local, em função da operação de equalização cambial entre o Tesouro Nacional e o Bacen (nota 8.2.2).

25 - GANHOS (PERDAS) COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS COMO VALOR JUSTO A RESULTADO – POR DESIGNAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Incluem os juros e a marcação a mercado dos créditos com as instituições em liquidação extrajudicial (nota 11.2.1).

26 - GANHOS (PERDAS) COM MOEDAS ESTRANGEIRAS

Registra o resultado de correção cambial dos ativos e passivos, em moedas estrangeiras e em moeda local, vinculados às variações das taxas de câmbio e não classificados na categoria Valor Justo a Resultado.

	2011	2010
Ganhos (perdas) com moedas estrangeiras		
Disponibilidades	1.382.603	(578.413)
Depósitos a Prazo em Instituições Financeiras	4.297.615	(2.842.706)
Operações Compromissadas	(57.788)	(326.417)
Créditos a Receber	201.879	(34.062)
Ouro	440.091	(119.056)
Operações Contratadas a Liquidar	95.512	230.611
Créditos a Pagar	(906.887)	443.489
Depósitos de Organismos Financeiros Internacionais	(931.457)	385.460
Outras	48.714	(989)
Total	4.568.282	(2.842.083)

A variação observada ocorreu em função da depreciação do Real frente às principais moedas estrangeiras (nota 3.3) e do aumento do saldo médio dessas operações no período.

27 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2011	2010
Outras Receitas	3.515.923	1.922.129
Multas	92.068	104.206
Repasso do Tesouro Nacional	2.135.717	1.241.951
Precatórios	396.454	52.266
Reversão de provisão para ações judiciais	75.529	297.368
Tarifas	206.938	181.814
Superávit da Centrus (nota 11.2.2.b)	532.458	-
Outras	76.761	44.534
Outras Despesas	(3.259.653)	(2.935.286)
Pessoal	(1.473.093)	(1.563.814)
Fabricação e distribuição de numerário	(914.063)	(803.091)
Provisão para ações judiciais	(604.887)	(288.142)
Depreciação	(33.954)	(35.515)
Outras despesas administrativas	(233.676)	(244.724)

28 - RESULTADO

28.1. Resultado no período

O resultado no período foi positivo em R\$23.471.410 (R\$15.729.970 em 2010) e decorreu, principalmente, do resultado líquido de juros das operações em moeda local e da marcação a mercado dos créditos a receber das instituições em liquidação, uma vez que o resultado com as reservas internacionais e parte do custo de captação do passivo, proporcional ao montante das reservas, foram neutralizados por meio da operação de equalização cambial, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2011	2010
Operações com Reservas Internacionais e Swaps	-	-
Rentabilidade das Reservas Cambiais	93.605.377	(13.282.563)
Derivativos Cambiais - Swaps em Moeda Local	694.347	-
Equalização de Reservas e Derivativos Cambiais (Rentabilidade)	(94.299.724)	13.282.563
Outras operações em moedas estrangeiras	(1.532.147)	275.327
Operações em moeda local	24.747.295	16.467.814
Receitas com Juros	93.879.814	73.838.034
Despesas com Juros	(126.396.136)	(94.364.010)
Equalização de Reservas Cambiais (Custo de Captação)	50.258.952	35.247.157
Marcação a Mercado - Instituições em liquidação	7.004.665	1.746.633
Outras operações em moeda local	256.262	(1.013.171)
Resultado no período	23.471.410	15.729.970

O resultado do primeiro semestre (R\$12.230.706) foi transferido ao Tesouro Nacional em agosto de 2011 e o resultado do segundo semestre (R\$11.240.704) será transferido até o décimo dia útil após a aprovação dessas demonstrações financeiras pelo CMN (nota 1).

28.2. Resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA tem como objetivo a evidenciação do resultado econômico de uma entidade, ampliando o nível de divulgação dos resultados para além do conceito de resultado contábil, usualmente evidenciado por meio de Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Com vistas a propiciar maior transparência aos resultados, na DRA são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, cujos itens estão demonstrados na nota 22.3.

29 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na Demonstração de Fluxo de Caixa, o item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende, além do dinheiro em espécie, os depósitos à vista e em curtíssimo prazo em instituições financeiras, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	199.104	113.473
Depósitos à Vista	<u>7.785.755</u>	<u>8.106.042</u>
Livres	7.526.428	7.596.307
Moedas a Receber	259.327	509.735
Depósitos em curtíssimo prazo	4.823.152	5.646.416
Disponibilidades Totais (nota 4)	12.808.011	13.865.931

30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS – POR CATEGORIA

30.1. Em moedas estrangeiras

	31.12.2011		31.12.2010	
	Contabilidade	Valor justo	Contabilidade	Valor justo
Ativos Financeiros	675.500.413	675.500.413	496.109.813	496.109.813
Empréstimos e recebíveis	45.309.796	45.309.796	72.930.340	72.930.340
Disponíveis para venda	15.412.649	15.412.649	10.382.294	10.382.294
Valor justo a resultado - Negociação	614.777.968	614.777.968	412.797.179	412.797.179
Passivos Financeiros	23.913.425	23.913.425	22.594.749	22.594.749
Outros Passivos	23.911.078	23.911.078	22.577.630	22.577.630
Valor Justo a resultado - Negociação	2.347	2.347	17.119	17.119

30.2. Em moeda local

	31.12.2011		31.12.2010	
	Contabilidade	Valor justo	Contabilidade	Valor justo
Ativos Financeiros	905.924.393	927.930.736	791.530.884	806.549.505
Mantidos até o vencimento	602.544.971	624.551.314	591.142.813	606.161.434
Empréstimos e recebíveis	114.410.290	114.410.290	58.302.748	58.302.748
Disponíveis para venda	151.998.142	151.998.142	112.032.830	112.032.830
Valor justo a resultado - Designação	36.970.990	36.970.990	30.052.493	30.052.493
Passivos Financeiros	1.355.319.986	1.355.319.986	1.080.434.779	1.080.434.779
Outros Passivos	1.355.308.650	1.355.308.650	1.080.434.779	1.080.434.779
Valor justo a resultado - Negociação	11.336	11.336	-	-

Com exceção das operações com títulos em moeda local (nota 9.2), o valor justo das operações avaliadas pelo custo amortizado não apresenta diferenças significativas do seu custo amortizado, tendo em vista tratar-se de operações à vista ou de curto prazo. As notas 32 a 36 apresentam a política de risco do Bacen na administração de ativos e passivos financeiros.

31 - VALOR JUSTO – POR HIERARQUIA

As metodologias de avaliação do valor justo são classificadas de acordo com os seguintes níveis de hierarquia, que refletem a representatividade dos dados utilizados em sua mensuração:

- a) Nível 1 – avaliação baseada em cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos, negociados em mercado ativo, sem a realização de ajustes;
- b) Nível 2 – técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis. Esta categoria contempla instrumentos financeiros que são avaliados utilizando-se: (i) cotações de preços de instrumentos financeiros similares, negociados em mercado ativo; (ii) cotações de preços de instrumentos financeiros idênticos ou similares, negociados em mercado pouco ativo; e (iii) outras técnicas de avaliação nas quais todos os dados significativos são observáveis, direta ou indiretamente, em informações do mercado;
- c) Nível 3 – técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis. Esta categoria contempla todos os instrumentos financeiros cujas técnicas de avaliação são baseadas em dados não observáveis em informações do mercado, sendo que estes dados têm efeito significativo na mensuração de seu valor justo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros que são avaliados com base em cotações de preços de instrumentos similares que necessitam, entretanto, de ajustes e de presunções para que seus valores justos reflitam as diferenças entre eles.

O quadro a seguir apresenta o saldo existente para os instrumentos financeiros do Bacen avaliados a valor justo, de acordo com o nível de hierarquia de valor justo no qual está classificado:

Em 31.12.2011

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo em Moedas Estrangeiras	629.734.578	456.039	-	630.190.617
Recursos sob Administração Externa	-	455.689	-	455.689
Derivativos	-	350	-	350
Títulos	614.321.929	-	-	614.321.929
Ouro	3.102.339	-	-	3.102.339
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	12.310.310	-	-	12.310.310
Ativo em Moeda Local	151.958.142	1.699.477	35.271.513	188.909.132
Títulos Públicos Federais - LTN	151.958.142	-	-	151.958.142
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	-	1.699.477	35.271.513	36.970.990
Passivo em Moedas Estrangeiras	-	2.347	-	2.347
Derivativos	-	2.347	-	2.347
Passivo em Moeda Local	11.336	-	-	11.336
Derivativos	11.336	-	-	11.336

Em 31.12.2010

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo em Moedas Estrangeiras	423.168.442	11.031	-	423.179.473
Derivativos	12.195	11.031	-	23.226
Títulos	412.773.953	-	-	412.773.953
Ouro	2.529.661	-	-	2.529.661
Participação em Organismos Financeiros Internacionais	7.852.633	-	-	7.852.633
Ativo em Moeda Local	112.032.830	-	30.052.493	142.085.323
Títulos Públicos Federais - LTN	112.032.830	-	-	112.032.830
Créditos a Receber - Instituições em Liquidação Extrajudicial	-	-	30.052.493	30.052.493
Passivo em Moedas Estrangeiras	6.950	10.169	-	17.119
Derivativos	6.950	10.169	-	17.119

Os créditos com as instituições em liquidação que foram objeto de parcelamento efetuado com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010 (nota 11.2.1.b), são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo em função da metodologia de avaliação utilizada para sua mensuração considerar o valor presente dos fluxos de caixa, apurado com base nas taxas referenciais dos swaps DI x TR disponibilizados pela BM&FBovespa para o prazo do parcelamento. Os créditos que não foram objeto de parcelamento (nota 11.2.1.a) são classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo em função da metodologia de avaliação considerar o valor justo de suas garantias, conforme discriminado abaixo, excluídos os créditos preferenciais ao Bacen:

- a) LFT – valor justo baseado nos preços de mercado;
- b) NTN-A3 – valor justo baseado nas taxas de desconto implícitas nas negociações de instrumentos similares (*Global Bonds*);
- c) FCVS/CVS – valor justo baseado nas taxas referenciais dos swaps DI x TR disponibilizados pela BM&FBovespa para o prazo de vencimento dos contratos.

Não foi identificada metodologia alternativa, também considerada apropriada, que pudesse servir de base para cálculo do impacto de sua utilização na mensuração do valor justo das garantias representadas por FCVS e CVS.

Não existiram transferências significativas de instrumentos financeiros classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo para o Nível 2 durante o exercício de 2011.

O quadro a seguir apresenta as movimentações dos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo:

	2011	2010
Saído inicial	30.052.493	28.305.861
Movimentação	<u>5.219.020</u>	<u>1.746.632</u>
Ajuste a valor justo	8.527.544	1.746.632
Transferência para o Nível 2	(3.308.527)	-
Outros	3	-
Saldo final	35.271.513	30.052.493

Em 2011 houve a transferência de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo para o Nível 2, em função de alteração na metodologia para apuração do valor justo dos créditos com instituições em liquidação que foram objeto de parcelamento efetuado com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010 (nota 11.2.1.b).

32 - ADMINISTRAÇÃO DE RISCO

O Bacen utiliza instrumentos financeiros como meio para alcançar os objetivos de política monetária e também para administrar as reservas internacionais. Não é seu objetivo primordial a obtenção de lucros, mas sim possuir instrumentos adequados à melhor execução das funções de autoridade monetária. Em função disso, sua política de administração de risco difere daquela de outras instituições. O Bacen adota um modelo integrado e estruturado de gerenciamento de riscos (*ERM – Enterprise Risk Management*) alinhado às melhores práticas internacionais, o que proporciona um processo de melhoria contínua das atividades e uma melhor alocação de recursos institucionais humanos e financeiros.

O Bacen possui duas grandes carteiras de instrumentos financeiros com características e políticas de risco distintas:

a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:

As reservas internacionais do País têm como principal contribuir para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos e a percepção de risco por parte de investidores estrangeiros.

Ao aplicar as reservas internacionais, o Bacen busca obter liquidez, segurança e rentabilidade condizentes com tal objetivo, utilizando para tanto uma política de diversificação dos instrumentos financeiros. Para tal, a Diretoria Colegiada estabeleceu uma carteira de referência que reflete seus objetivos e preferências de longo prazo quanto à relação entre risco e retorno, quanto às restrições de liquidez e quanto aos limites operacionais a serem observados no processo de investimento.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:

Composta principalmente pelas operações com títulos públicos federais e swaps. A carteira de títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional é utilizada primordialmente para executar ações das políticas monetária e cambial, normalmente por meio de operações de mercado aberto, enquanto as operações de swaps têm como objetivos específicos fornecer hedge cambial aos agentes econômicos e corrigir eventuais distorções observadas na curva de cupom cambial.

As notas 33 a 36 apresentam os principais riscos a que essas duas carteiras de instrumentos financeiros estão expostas, bem como a política de administração desses riscos.

33 - RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada à incerteza quanto ao não cumprimento das obrigações por uma contraparte.

a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:

Pára controlar o risco de crédito dos instrumentos financeiros utilizados nas operações das reservas internacionais, foram estabelecidos, pela Diretoria Colegiada, dois tipos de limites: por contraparte e para a carteira como um todo. A seleção de contrapartes e emissores elegíveis baseia-se em critérios de classificação de risco, de acordo com a Agência Moody's, montantes máximos de exposição e prazo. O nível de risco de crédito da carteira é função da composição da carteira e da qualidade de crédito das contrapartes. O risco de crédito, medido através do *default esperado*, é função do *rating*, do montante e do prazo dos investimentos. A seguir são elencadas as principais políticas de risco de crédito, cabendo destacar que análises internas de condições de crédito das contrapartes podem gerar restrições adicionais às abaixo listadas:

a.1) Ratings mínimos

As operações sujeitas a risco de crédito bancário, como depósitos, repos, reverse repos, swaps e forwards, devem ser contratadas com contrapartes pertencentes a conglomerados classificados com *rating* de curto prazo P-1 e com *rating* mínimo de longo prazo Aa, exceto as operações compromissadas (repos e reverse repos) para as quais são admitidas a realização de operações com contrapartes pertencentes a conglomerados com *rating* mínimo de longo prazo igual a A.

Nas operações com títulos, o Bacen opera com títulos soberanos, cujo *rating* mínimo admissível para o emissor é Aa, com títulos emitidos por agências e organismos supranacionais, cujo *rating* mínimo é Aaa, e com títulos emitidos pelo BIS.

a.2) Montantes máximos de exposição

A exposição máxima por conglomerado é equivalente ao menor valor entre US\$0,5 bilhão e 0,5% dos ativos do conglomerado, para operações contratadas com contrapartes com *rating* mínimo de longo prazo Aa, e US\$0,25 bilhão e 0,25% dos ativos do conglomerado, para operações contratadas com contrapartes com *rating* de longo prazo A.

Operações com risco de crédito bancário cujas contrapartes sejam o BIS, o Banco Central Europeu ou bancos centrais de países com *rating* de longo prazo Aaa não possuem limites de exposição.

Recursos aplicados em depósitos em bancos comerciais têm volume limitado a 1% das reservas internacionais para acomodar as operações necessárias de gestão diária de fluxo de caixa.

Em relação às aplicações em títulos, os títulos soberanos devem representar no mínimo 65% da carteira, sendo que os títulos de agências podem representar no máximo 25% da carteira e os títulos de organismos supranacionais, multilaterais e do BIS podem representar no máximo 25% da carteira. Está previsto, ainda, limite de 20% de participação de cada emissão de títulos pertencentes à carteira de referência e de 15% para os títulos que não fazem parte dessa carteira.

a.3) Prazos máximos

O prazo máximo para operações com risco de crédito bancário é de seis meses, exceto para depósitos. Nesse caso, depósitos com contrapartes pertencentes a conglomerados classificados com *rating* Aa podem ser contratados com prazo máximo de um dia útil e operações de depósitos com contrapartes pertencentes a conglomerados com *rating* Aaa podem ser contratadas com prazo máximo de uma semana.

Operações de risco de crédito bancário cujas contrapartes sejam o BIS, o Banco Central Europeu ou bancos centrais de países com *rating* de longo prazo Aaa devem respeitar o prazo máximo de aplicação de 6 meses.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:

A carteira de títulos do Bacen é composta exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional (nota 9.2), considerados como sem risco de crédito, que são utilizados, principalmente, para a realização de operações compromissadas (nota 7.2).

Os swaps são contratados no âmbito da BM&FBovespa, clearing que é a contraparte central das operações. A BM&FBovespa possui política de controle do risco de crédito mediante a exigência de constituição de garantias de todos os participantes.

O montante dessas garantias é calculado utilizando testes de stress, que consideram o total de perda possível até a data da liquidação dos contratos. As garantias podem ser constituídas, entre outros, em títulos públicos federais, fiança bancária, certificados de depósitos bancários, ações, ouro ou em espécie. A maior parte dos participantes da clearing, inclusive o Bacen, constitui as garantias mediante a entrega de títulos públicos federais, que são avaliados por um preço defensivo, inferior à cotação de mercado.

c) Concentração de ativos financeiros por área geográfica:

	31.12.2011	31.12.2010
Brasil	907.381.538	793.180.973
Comunidade Econômica Européia	149.995.509	119.658.915
Estados Unidos	453.702.133	329.481.025
Outros	70.345.626	45.319.784
Total	1.581.424.806	1.287.640.697

d) Concentração de ativos financeiros por tipo de contraparte:

Em 31.12.2011	Instituições Financeiras	Organismos Internacionais	Órgãos Governamentais	Outros	Total
Disponibilidades	2.603.406	7.936.313	2.268.859	-	12.808.580
Em moeda estrangeira	2.602.839	7.936.313	2.268.859	-	12.808.011
Em moeda local	569	-	-	-	569
Depósitos	623.908	9.987.943	14.204.536	281.334	25.097.721
Em moeda estrangeira	-	9.987.943	14.204.536	281.334	24.473.813
Em moeda local	623.908	-	-	-	623.908
Recursos sob Administração Externa	-	455.689	-	-	455.689
Em moeda estrangeira	-	455.689	-	-	455.689
Compromisso de Revenda	15.158.933	-	-	-	15.158.933
Em moeda estrangeira	5.658.935	-	-	-	5.658.935
Em moeda local	9.299.998	-	-	-	9.299.998
Derivativos	350	-	-	-	350
Em moeda estrangeira	350	-	-	-	350
Títulos	-	26.820.356	1.296.059.138	45.985.548	1.368.865.042
Em moeda estrangeira	-	26.820.356	541.516.025	45.985.548	614.321.929
Em moeda local	-	-	754.543.113	-	754.543.113
Créditos com o Governo Federal	-	-	101.274.835	-	101.274.835
Créditos a Receber	2.215.354	2.160.171	-	37.951.102	42.326.627
Em moeda estrangeira	-	2.160.171	-	8.866	2.169.037
Em moeda local	2.215.354	-	-	37.942.236	40.157.590
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	12.310.310	-	-	12.310.310
Outros	2	-	3.102.339	24.378	3.126.719
Em moeda estrangeira	-	-	3.102.339	-	3.102.339
Em moeda local	2	-	-	24.378	24.380
Total do Ativo	20.601.956	59.670.782	1.416.909.707	84.242.362	1.581.424.806

Em 31.12.2010

	Instituições Financeiras	Organismos Internacionais	Órgãos Governamentais	Outros	Total
Disponibilidades	5.637.375	8.110.911	117.645	-	13.865.931
Em moeda estrangeira	5.637.375	8.110.911	117.645	-	13.865.931
Depósitos	2.301.703	24.760.287	22.584.408	-	49.646.398
Em moeda estrangeira	1.685.241	24.760.287	22.584.408	-	49.029.938
Em moeda local	616.462	-	-	-	616.462
Compromisso de Revenda	8.383.977	-	-	-	8.383.977
Em moeda estrangeira	8.383.977	-	-	-	8.383.977
Derivativos	23.226	-	-	-	23.226
Em moeda estrangeira	23.226	-	-	-	23.226
Títulos	-	8.525.667	1.079.795.605	27.628.324	1.115.949.595
Em moeda estrangeira	-	8.525.667	376.619.962	27.628.324	412.773.953
Em moeda local	-	-	703.175.643	-	703.175.643
Créditos com o Governo Federal	-	-	48.634.152	-	48.634.152
Créditos a Receber	8.714.410	1.642.664	-	30.366.151	40.723.225
Em moeda estrangeira	-	1.642.664	-	6.733	1.649.397
Em moeda local	8.714.410	-	-	30.359.418	39.073.828
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	7.852.633	-	-	7.852.633
Outros	1.289	-	2.529.661	30.609	2.561.559
Em moeda estrangeira	1.099	-	2.529.661	-	2.530.760
Em moeda local	190	-	-	30.609	30.799
Total do Ativo	25.061.980	50.892.162	1.153.661.471	58.025.084	1.287.640.697

34 - RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é aquele resultante das oscilações de parâmetros de mercado, tais como taxa de juros e taxas de câmbio.

a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:

O risco de mercado das reservas internacionais é monitorado utilizando-se modelos de Valor em Risco (VaR). São observados, diariamente, o VaR das reservas internacionais e limites autorizados pela Diretoria do Bacen para a gerência ativa, sendo permitidas variações em relação ao portfólio de referência, de modo a aproveitar eventuais oportunidades do mercado. A volatilidade do modelo é calculada usando uma média móvel ponderada exponencialmente, com nível de confiança de 95%. São realizados backtestings e relatórios trimestrais são apresentados à Diretoria Colegiada.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:

O risco de mercado oriundo desses instrumentos é monitorado por intermédio do VaR gerencial da área de Política Monetária, o qual inclui todas as exposições efetivas das carteiras das reservas internacionais e da carteira definitiva de títulos públicos federais.

34.1. Risco de taxa de juros

É o risco resultante das mudanças nas taxas de juros, que afetam o valor justo dos instrumentos de rendimento prefixado e o fluxo financeiro futuro naqueles de rendimento pós-fixados. O quadro a seguir demonstra a exposição do Bacen a esses dois tipos de risco:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	933.977.906	211.312.636	710.782.396	166.940.533
Pós-fixado	629.431.232	1.102.213.477	564.119.260	869.184.794
Sem juros	18.015.668	65.707.298	12.739.041	66.904.202
Total	1.581.424.806	1.379.233.411	1.287.640.697	1.103.029.529

O próximo quadro apresenta os instrumentos financeiros do Bacen agrupados de acordo com a data de vencimento (prefixados) ou de reprecificação (pós-fixados). A metodologia de avaliação destes ativos está descrita na nota 3.4.5.

	Em 31.12.2011	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Sem juros	Total
Ativos								
Disponibilidades	12.339.394	-	-	-	-	-	469.186	12.808.580
Em moeda estrangeira	12.339.394	-	-	-	-	-	468.617	12.808.011
Em moeda local							569	569
Depósitos	14.685.216	10.412.505	-	-	-	-	-	25.097.721
Em moeda estrangeira	14.061.308	10.412.505	-	-	-	-	-	24.473.813
Em moeda local	623.908	-	-	-	-	-	-	623.908
Recursos sob Administração Externa	455.689	-	-	-	-	-	-	455.689
Em moeda estrangeira	455.689	-	-	-	-	-	-	455.689
Compromissos de Revenda	9.432.403	5.726.530	-	-	-	-	-	15.158.933
Em moeda estrangeira	132.405	5.726.530	-	-	-	-	-	5.658.935
Em moeda local	9.299.998	-	-	-	-	-	-	9.299.998
Derivativos	-	-	-	-	-	-	350	350
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	350	350
Títulos	502.683.290	23.934.370	88.943.297	672.963.013	100.341.072	-	-	1.368.865.042
Em moeda estrangeira	98.226	23.934.370	28.170.193	514.946.946	47.170.194	-	-	814.321.929
Em moeda local	502.585.064	-	40.773.104	158.014.067	53.170.878	-	-	754.543.113
Créditos com o Governo Federal	101.274.794	-	-	-	-	-	41	101.274.835
Créditos a Receber	40.217.565	-	-	-	-	-	2.109.062	42.326.627
Em moeda estrangeira	2.189.037	-	-	-	-	-	-	2.189.037
Em moeda local	38.048.528	-	-	-	-	-	2.109.062	40.157.590
Participação Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	-	12.310.310	12.310.310
Outros	-	-	-	-	-	-	3.126.719	3.126.719
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	3.102.339	3.102.339
Em moeda local	-	-	-	-	-	-	24.360	24.360
Total do Ativo (A)	681.088.351	40.073.405	68.943.297	672.963.013	100.341.072	18.015.668	1.581.424.806	
Passivos								
Operações Contratadas a Liquidar	259.327	-	-	-	-	-	588.610	848.137
Em moeda estrangeira	259.327	-	-	-	-	-	569.525	828.852
Em moeda local	-	-	-	-	-	-	19.285	19.285
Depósitos de Instituições Financeiras	369.180.327	-	-	-	-	-	55.746.301	424.926.628
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	1.333	1.333
Em moeda local	369.180.327	-	-	-	-	-	55.744.968	424.925.295
Compromisso de Recompra	315.123.684	41.947.093	-	-	-	-	-	357.070.777
Em moeda estrangeira	131.293	5.761.403	-	-	-	-	-	5.892.561
Em moeda local	314.992.426	36.185.690	-	-	-	-	-	361.178.116
Derivativos	-	-	-	-	-	-	13.683	13.683
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	2.347	2.347
Em moeda local	-	-	-	-	-	-	11.336	11.336
Obrigações com o Governo Federal	578.190.914	-	-	-	-	-	-	578.190.914
Créditos a Pagar	9.084.095	-	-	-	-	-	200.423	9.284.518
Em moeda estrangeira	8.324.770	-	-	-	-	-	-	8.324.770
Em moeda local	759.325	-	-	-	-	-	200.423	959.748
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	-	8.865.352	8.865.352
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	8.863.307	8.863.307
Em moeda local	-	-	-	-	-	-	2.045	2.045
Outros	-	135	-	-	-	-	33.257	33.402
Em moeda estrangeira	-	135	-	-	-	-	20	155
Em moeda local	-	-	-	-	-	-	33.247	33.247
Total do Passivo (B)	1.271.838.347	41.947.228	-	-	-	-	65.447.836	1.379.233.411
Posição líquida (A - B)	(590.749.996)	(1.873.823)	68.943.297	672.963.013	100.341.072	(47.432.168)	202.191.395	

Em 31.12.2010

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Sem juros	Total
Ativos							
Disponibilidades	13.109.245	-	-	-	-	756.686	13.865.931
Em moeda estrangeira	13.109.245	-	-	-	-	756.686	13.865.931
Depósitos	27.058.480	22.587.918	-	-	-	-	49.646.398
Em moeda estrangeira	26.442.018	22.587.918	-	-	-	-	49.029.936
Em moeda local	616.462	-	-	-	-	-	616.462
Compromisso de Revenda	7.472.860	911.117	-	-	-	-	8.383.977
Em moeda estrangeira	7.472.860	911.117	-	-	-	-	8.383.977
Derivativos	-	-	-	-	-	23.226	23.226
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	23.226	23.226
Titulos	521.286.721	32.504.250	70.898.770	426.466.274	64.793.581	-	1.115.949.596
Em moeda estrangeira	3.929.977	32.504.250	15.882.816	339.487.551	21.989.349	-	412.773.953
Em moeda local	517.356.744	-	55.015.954	87.578.713	42.824.232	-	703.175.843
Créditos com o Governo Federal	48.633.518	-	-	-	-	634	48.634.152
Créditos a Receber	39.468.205	-	-	-	-	1.255.020	40.723.225
Em moeda estrangeira	1.649.397	-	-	-	-	-	1.649.397
Em moeda local	37.818.808	-	-	-	-	1.255.020	39.073.828
Participação Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	7.852.633	7.852.633
Outros	-	-	-	-	-	2.561.559	2.561.559
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	2.530.780	2.530.780
Em moeda local	-	-	-	-	-	30.799	30.799
Total do Ativo (A)	657.029.029	56.003.285	70.898.770	426.466.274	64.793.581	12.449.758	1.287.840.897
Passivos							
Operações Contratadas a Liquidar	-	-	-	-	-	985.147	985.147
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	459.426	459.426
Em moeda local	-	-	-	-	-	525.721	525.721
Depósitos de Instituições Financeiras	319.875.719	-	-	-	-	59.557.080	379.442.799
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	1.185	1.185
Em moeda local	319.875.719	-	-	-	-	59.555.895	379.441.614
Compromisso de Recompra	260.607.186	36.451.018	-	-	-	-	297.058.204
Em moeda estrangeira	7.483.111	909.194	-	-	-	-	6.392.305
Em moeda local	253.124.075	35.541.824	-	-	-	-	288.665.899
Derivativos	-	-	-	-	-	17.119	17.119
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	17.119	17.119
Obrigações com o Governo Federal	410.521.771	-	-	-	-	-	410.521.771
Créditos a Pagar	8.655.593	-	-	-	-	185.270	8.840.863
Em moeda estrangeira	7.592.285	-	-	-	-	-	7.592.285
Em moeda local	1.063.308	-	-	-	-	185.270	1.248.578
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	6.133.371	6.133.371
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	6.132.430	6.132.430
Em moeda local	-	-	-	-	-	941	941
Outros	-	-	-	-	-	30.255	30.255
Em moeda local	-	-	-	-	-	30.255	30.255
Total do Passivo (B)	999.680.269	36.451.018	-	-	-	66.818.242	1.103.029.529
Posição líquida (A - B)	(342.631.240)	19.552.267	70.898.770	426.466.274	64.793.581	(54.468.484)	184.611.168

34.2. Risco de Variação Cambial

É a possibilidade de perda decorrente de alterações nas taxas de câmbio. O Banco Central possui ativos e passivos financeiros em moedas estrangeiras ou vinculados à variação cambial, sendo esse tipo de risco inherentemente às suas operações.

Em 31 de dezembro de 2011, a distribuição dos ativos e passivos por moeda era a seguinte:

Em 31.12.2011

	Dólar	Euro	Dólar Canadense	Libra Esterlina	Dólar Australiano	DES	Outros	Total
Ativos								
Disponibilidades	4.013.440	544.756	272.726	185.447	288.042	7.464.578	37.820	12.808.011
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	22.599.602	608.415	-	1.165.796	-	-	-	24.473.813
Recursos sob Administração Externa	455.089	-	-	-	-	-	-	455.089
Compromisso de Revenda	5.506.318	135.554	8.278	-	157.570	-	51.115	5.858.935
Derivativos	350	-	-	-	-	-	-	350
Títulos	482.787.439	31.278.460	38.559.559	17.885.156	19.726.750	-	24.072.571	614.321.828
Créditos a Receber	8.896	-	-	-	-	2.160.171	-	2.169.037
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	12.310.310	-	12.310.310
Outros	3.102.339	-	-	-	-	-	-	3.102.339
Total do Ativo (A)	518.584.043	32.567.185	38.840.559	19.236.399	20.175.362	21.935.359	24.161.606	675.500.413
Passivos								
Operações Contratadas a Liquidar	-	637.737	-	-	191.115	-	-	828.852
Depósitos de Instituições Financeiras	1.333	-	-	-	-	-	-	1.333
Compromisso de Recompra	358.044	54.416	-	-	38.223	-	5.441.978	5.892.681
Derivativos	1.476	871	-	-	-	-	-	2.347
Créditos a Pagar	6.327	-	-	-	-	8.315.443	-	8.324.770
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	78.877	-	-	-	-	8.784.426	4	8.883.307
Outros	156	-	-	-	-	-	-	156
Total do Passivo (B)	449.212	693.024	-	-	229.338	17.099.869	5.441.882	23.813.425
Posição líquida (A - B)	518.134.831	31.874.161	38.840.559	19.236.399	19.946.024	4.835.450	18.718.524	651.686.988

Em 31.12.2010

	Dólar	Euro	Dólar Canadense	Libra Esterlina	Dólar Australiano	DES	Outros	Total
Ativos								
Disponibilidades	4.645.016	575.724	335.550	144.548	705.142	7.417.534	42.419	13.865.931
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	46.826.199	-	656.317	1.544.420	-	-	-	49.029.935
Compromisso de Revenda	7.872.133	18.453	216.970	-	211.594	-	64.827	8.383.977
Derivativos	7.880	3.757	57	8.776	6.063	-	1.693	23.226
Títulos	333.250.223	20.765.783	27.223.755	11.075.059	14.226.686	-	6.232.448	412.773.953
Créditos a Receber	6.733	-	-	-	-	1.642.684	-	1.649.397
Participação em Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	-	7.852.633	-	7.852.633
Outros	2.530.760	-	-	-	-	-	-	2.530.760
Total do Ativo (A)	395.138.944	21.363.717	28.435.649	12.767.801	15.149.484	16.912.831	6.341.387	496.109.813
Passivos								
Operações Contratadas a Liquidar	-	-	-	-	459.426	-	-	459.426
Depósitos de Instituições Financeiras	1.185	-	-	-	-	-	-	1.185
Compromisso de Recompra	7.670.685	117.251	-	18.107	210.217	-	376.045	8.392.306
Derivativos	9.180	1.889	-	-	5.108	-	942	17.119
Créditos a Pagar	181.260	-	-	-	-	7.411.025	-	7.592.286
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	94.085	-	-	-	-	8.038.328	17	6.132.430
Total do Passivo (B)	7.966.396	119.140	-	18.107	674.751	13.449.353	377.004	22.594.760
Posição líquida (A - B)	387.182.549	21.244.577	28.435.649	12.749.694	14.474.733	3.463.478	6.964.383	473.615.063

34.3. Equalização cambial

A operação de equalização cambial (nota 8.2.2) objetiva dar maior transparéncia aos resultados das operações da autoridade monetária e reduzir a volatilidade do resultado do Bacen, derivada do descasamento entre ativos e passivos cambiais, volatilidade essa que prejudica a análise, por parte dos agentes econômicos nacionais e internacionais, do resultado das operações de política monetária, função principal da autarquia.

a) Equalização do custo de carregamento das reservas:

O Bacen assume posição ativa em custo de captação das reservas, representado pela taxa de captação do passivo total, em contrapartida a uma posição passiva em variação cambial e juros das reservas internacionais. Como resultado, a equalização funciona como um instrumento de hedge cambial e de taxa de juros da autarquia, reduzindo a exposição do Bacen em moeda estrangeira e assegurando a cobertura do custo de manutenção das reservas.

O quadro abaixo demonstra a posição líquida do Bacen em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2011, ajustada pela posição assumida na equalização cambial:

	31.12.2011	31.12.2010
Posição líquida em moeda estrangeira	651.586.988	473.515.063
Equalização cambial	(660.161.744)	(481.179.490)
Exposição em moeda estrangeira	(8.574.756)	(7.664.427)

Em relação à taxa de juros, o resultado obtido pelo Bacen nas operações de equalização cambial, tendo por base o saldo médio das reservas internacionais no período, foi 5,45% positivo, uma vez que o custo de captação coberto pelo Tesouro foi de 8,97%, ao passo que o resultado de juros (incluindo a marcação a mercado) das reservas internacionais transferido ao Tesouro foi de 3,52% positivo.

b) Equalização dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico:

O Bacen efetua, com o Tesouro Nacional, swap de características inversas a dos swaps cambiais realizados no mercado doméstico, alcançando um hedge perfeito, uma vez que os valores nacionais e as taxas são idênticos, entretanto, com posição inversa.

Com essa operação, os swaps cambiais realizados no mercado doméstico não apresentam exposição cambial ou de juros para o Bacen.

34.4. Análise de sensibilidade

A operação de equalização cambial (notas 8.2.2 e 34.3) reduziu a volatilidade do resultado do Bacen, derivada de variações de preços inerentes às reservas internacionais. Além disso, a classificação de grande parte da carteira de títulos em moeda local na categoria Mantidos até o Vencimento (nota 3.4.5) reduziu o componente de marcação a mercado de ativos, tornando o resultado diário do Bacen pouco suscetível às variáveis de mercado, sendo mais influenciado pela apropriação de juros. Desta forma, o impacto de variações de preços no resultado do Bacen ficou reduzido frente a outras fontes de resultados, o que tornou o cálculo do VaR do resultado contábil inapropriado para mensurar riscos de variações de preços de mercado. Assim, a partir de 2011, optou-se por substituir o cálculo do VaR por uma análise de sensibilidade.

O quadro a seguir apresenta as principais exposições a fatores de risco de mercado a que o Bacen estava exposto em 31 de dezembro de 2011:

	Taxa de câmbio	Curva de Cupom Cambial	Curva de juros de moedas estrangeiras	Curva de juros prefixados em Reais	Curva de juros da TR
Swap cambial	3.031.762	3.031.762	-	-	-
Reservas internacionais	660.161.744	-	660.161.744	-	-
Créditos a pagar em moedas estrangeiras	8.324.770	-	-	-	-
Títulos Públicos Federais - LTN	-	-	-	151.998.141	-
Créditos com instituições em liquidação	6.569.125	6.569.125	-	-	23.434.325

Com o objetivo de analisar os impactos nas demonstrações financeiras do Bacen decorrentes de alterações nos diversos fatores de risco envolvidos, foram simulados os resultados potenciais para variações adversas em cinco fatores de risco: taxa de câmbio do Real frente as moedas estrangeiras que compõem as reservas internacionais, curva de cupom cambial, curvas de juros das moedas estrangeiras que compõem as reservas internacionais, curva de juros prefixada em Reais e curva de juros da TR. Para a taxa de câmbio, foi simulada uma valorização de 20% do Real ante as outras moedas. Para as curvas de cupom cambial, juros prefixados em Reais e da TR, foi simulado um deslocamento paralelo de um ponto percentual para cima dessas curvas. Para as curvas de juros das moedas que compõem as reservas internacionais, foi simulado um deslocamento paralelo de meio ponto percentual para cima dessas curvas. As simulações consideraram apenas os resultados imediatos das variações de preços, desconsiderando o efeito do carregamento ao longo do tempo.

O quadro a seguir mostra o impacto no resultado do Bacen de cada uma dessas simulações:

	Valorização de 20% do Real ante outras moedas	Deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de Cupom Cambial	Deslocamento paralelo de 0,5 ponto percentual da curva de juros de moedas estrangeiras	Deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de juros prefixados em Reais	Deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de juros da TR
Swap cambial	(603.243)	(8.508)	-	-	-
Reservas internacionais	(132.032.349)	-	(8.232.886)	-	-
Créditos a pagar em moedas estrangeiras	1.564.954	-	-	-	-
Títulos Públicos Federais - LTN	-	-	-	(2.557.452)	-
Créditos com instituições em liquidação	(1.313.825)	(546.494)	-	-	(1.084.450)
Equalização Cambial	131.941.433	6.508	8.232.888	-	-
Impacto líquido no resultado	(343.030)	(546.494)	-	(2.557.452)	(1.084.450)
no patrimônio líquido	2.119.032	(546.494)	-	-	(1.084.450)
	(2.462.062)	-	-	(2.557.452)	-

35 - RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é aquele que surge da eventual dificuldade de negociação de papéis em um mercado secundário, em virtude de que este não possa absorver o volume que se deseja negociar sem que haja significativa alteração de preço.

a) Instrumentos financeiros destinados à administração de reservas internacionais:

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo garantir que o Bacen cumpra todos os compromissos financeiros assumidos. Para tanto, existe uma política de diversificação de vencimentos e também o estabelecimento de limites visando garantir que os títulos adquiridos possam ser negociados no mercado secundário sem provocar movimentos bruscos nos preços dos ativos. Em função dessas diretrizes, mesmo os títulos com vencimentos mais longos têm liquidez imediata.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da política monetária:

Tendo em vista as atribuições de autoridade monetária, que incluem o controle da liquidez do sistema financeiro, o Bacen não está sujeito às limitações decorrentes de descasamento entre ativos e passivos em moeda nacional.

c) Prazos de vencimento:

O quadro a seguir demonstra os prazos contratuais dos ativos e dos passivos em moedas estrangeiras do Bacen:

Em 31.12.2011

	até 1 mês	1 - 5 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Ativos						
Disponibilidades	12.808.011	-	-	-	-	12.808.011
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	14.061.308	10.412.505	-	-	-	24.473.613
Recursos sob Administração Externa	455.689	-	-	-	-	455.689
Compromisso de Revenda	132.405	5.726.530	-	-	-	5.858.935
Derivativos	310	40	-	-	-	350
Títulos	98.226	23.934.370	28.170.193	514.948.946	47.170.194	614.321.929
Créditos a Receber	8.666	-	-	2.160.171	-	2.169.037
Participação em Org. Fin. Internacionais (*)	-	-	-	-	12.310.310	12.310.310
Outros (*)	-	-	-	-	3.102.339	3.102.339
Total do Ativo (A)	27.564.815	40.073.445	28.170.193	517.109.117	62.582.843	675.500.413
Passivos						
Operações Contratadas a Liquidar	828.852	-	-	-	-	828.852
Depósitos de Instituições Financeiras	-	-	-	-	1.333	1.333
Compromisso de Recompra	131.258	5.761.403	-	-	-	5.892.661
Derivativos	2.341	6	-	-	-	2.347
Créditos a Pagar	9.327	-	-	-	8.315.443	8.324.770
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	8.863.307	8.863.307
Outros	20	135	-	-	-	155
Total do Passivo (B)	971.798	5.761.544	-	-	17.180.083	23.913.425
Posição líquida (A - B)	26.593.017	34.311.901	28.170.193	517.109.117	45.402.760	651.586.988

(*) A participação em Organismos Financeiros Internacionais, as obrigações decorrentes das alocações de DES e o estoque de ouro, por não possuirem data de vencimento, foram classificados no prazo ">5 anos"

Em 31.12.2010

	até 1 mês	1 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Ativos						
Disponibilidades	13.855.931	-	-	-	-	13.855.931
Depósitos a Prazo em Instit. Financeiras	26.442.018	22.587.918	-	-	-	49.029.936
Compromisso de Revenda	7.472.860	911.117	-	-	-	8.383.977
Derivativos	12.195	11.031	-	-	-	23.226
Títulos	3.929.977	32.504.250	15.882.816	338.487.561	21.959.349	412.773.963
Créditos a Receber	6.733	-	-	1.642.664	-	1.649.397
Participação em Org. Fin. Internacionais (*)	-	-	-	-	7.852.633	7.852.633
Outros (*)	1.099	-	-	-	2.529.661	2.530.760
Total do Ativo (A)	51.730.813	56.014.316	15.882.816	340.130.225	32.351.643	496.109.813
Passivos						
Operações Contratadas a Liquidar	459.426	-	-	-	-	459.426
Depósitos de Instituições Financeiras	-	-	-	-	1.185	1.185
Compromisso de Recompra	7.483.111	909.194	-	-	-	8.392.305
Derivativos	6.950	10.169	-	-	-	17.119
Créditos a Pagar	181.256	-	-	-	7.411.029	7.592.285
Depósitos de Org. Fin. Internacionais	-	-	-	-	6.132.430	6.132.430
Total do Passivo (B)	8.130.743	919.363	-	-	13.544.644	22.594.750
Posição líquida (A - B)	43.600.070	55.094.953	15.882.816	340.130.225	18.806.999	473.515.063

(*) A participação em Organismos Financeiros Internacionais, as obrigações decorrentes das alocações de DES e o estoque de ouro, por não possuirem data de vencimento, foram classificados no prazo ">5 anos"

36 - RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de perda financeira, dano à reputação ou incapacidade de se atingir os objetivos do negócio, resultante de uma ou mais causas de risco, originado por fatores humanos, processos ou sistemas falhos ou inadequados, ou eventos externos. O Banco Central utiliza a abordagem Advanced

Measurement Approach – AMA para gestão do risco operacional, dentro de uma visão integrada de gestão de riscos.

Para a prevenção e controle do risco operacional, o Bacen possui sistemas de controles internos de acordo com as características de suas atividades, bem como regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus dirigentes (Regimento Interno e Manual de Organização Administrativa) e, ainda, normas que definem os critérios e procedimentos para todas as atividades da Instituição.

O cumprimento desses normativos e a observância dos sistemas de controle interno são acompanhados pela Auditoria Interna do Bacen, a quem cabe zelar pela regularidade dessas ações.

Adicionalmente, a cada semestre, os chefes de departamento da Instituição atestam a consistência dos controles internos referentes às operações sob sua responsabilidade, o que permite ao Diretor de Administração e ao Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira firmarem, em nome da Instituição, declaração de responsabilidade sobre seus controles internos à empresa de auditoria independente.

37 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com a IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, as seguintes instituições se caracterizam como tal:

37.1. Governo Federal

O Bacen é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda – MF e integrante do Sistema Financeiro Nacional – SFN e, como tal, está sujeito às diretrizes do CMN, órgão deliberativo máximo do SFN. Ao CMN cabe estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia, regular o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial, bem como aprovar os balanços e o sistema de contabilidade do Bacen.

O Presidente e Diretores do Bacen não possuem mandato fixo, sendo indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

O orçamento de despesas de manutenção do Bacen é aprovado pelo Congresso Nacional e sua execução financeira deve observar os limites estabelecidos pelo Poder Executivo.

Todas as operações entre o Bacen e o Tesouro Nacional são regidas por disposições constitucionais e legais, sendo as principais enumeradas a seguir. Operações com outras entidades relacionadas com o Governo Federal são realizadas em condições de mercado e no curso de transações normais do dia-a-dia e, portanto, não são consideradas no contexto dessa nota.

a) Depósitos à Ordem do Governo Federal:

As disponibilidades de caixa do Governo Federal são depositadas no Bacen (Conta Única do Tesouro Nacional), possuem livre movimentação e são remuneradas pela taxa média da rentabilidade dos títulos públicos federais existentes em carteira do Bacen (nota 10), excluído o resultado da marcação a mercado. Em 2011 a rentabilidade foi de 12,55% (11,44% em 2010).

b) Resultado do Bacen:

O resultado positivo apurado pelo Bacen, após a constituição ou reversão de reservas, constitui obrigação do Bacen para com a União, devendo ser transferido até o 10º dia útil após a aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Se negativo, esse resultado constitui crédito do Bacen frente à União, devendo ser pago até o 10º dia útil do ano subsequente ao da aprovação das demonstrações financeiras. Em ambas as situações, tais valores devem ser corrigidos pelos mesmos índices aplicados à conta Depósitos à Ordem do Governo Federal, até a data da efetiva transferência ou cobertura (notas 10 e 40.a).

c) Equalização cambial:

Por meio da operação de equalização cambial (notas 8.2.2 e 34.3), o custo de carregamento das reservas internacionais e o resultado das operações de swap cambial efetuados no mercado doméstico são transferidos à União, por intermédio do Tesouro Nacional. Esses valores são calculados diariamente, sendo apurado o saldo a pagar ou a receber no último dia do semestre, o qual será liquidado financeiramente seguindo as mesmas regras estabelecidas para a transferência ou cobertura do resultado, inclusive no que diz respeito à sua correção (notas 10 e 39.a).

d) Repasse do Tesouro Nacional:

O Bacen utiliza recursos repassados pelo Governo Federal para o pagamento de parte de suas despesas administrativas.

e) Pagamento de ações judiciais:

Os pagamentos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, nas quais a União e suas autarquias tenham sido condenadas, vêm sendo efetuados pelos juízos competentes, a quem cabe requisitar autorização orçamentária e financeira (notas 18.2 e 20.1). No exercício de 2011 foram pagos precatórios no montante de R\$396.454, referentes a ações judiciais nas quais o Bacen foi condenado.

f) Utilização de títulos como instrumento de política monetária:

O Bacen utiliza títulos de emissão do Tesouro Nacional para realizar a política monetária. Todas as compras e vendas de títulos que ocorrem entre o Bacen e o Tesouro Nacional são efetuadas a preço de mercado.

g) Prestação de serviços na colocação de títulos:

O Bacen operacionaliza a colocação de títulos da dívida no mercado financeiro, cabendo, entretanto, ao Tesouro Nacional a definição de características, preço e prazo dos papéis colocados. Não são cobradas tarifas pela prestação desse serviço.

h) Fundo Soberano do Brasil:

O Fundo Soberano do Brasil – FSB, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, é um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao MF, com as finalidades de: (i) promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior; (ii) formar poupança pública; (iii) mitigar os efeitos dos ciclos econômicos; e (iv) fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior. A forma, o prazo e a natureza dos investimentos do FSB são aprovados pelo Conselho Deliberativo do FSB – CDFSB, o qual é composto pelo Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Presidente do Bacen. Conforme a Resolução nº 2, de 17 de setembro de 2010, do CDFSB, o Tesouro Nacional ficou autorizado a aplicar os recursos do fundo na compra ou venda de moedas estrangeiras ou na realização de outras operações cambiais, inclusive contratos derivativos, mediante convênio a ser firmado com o Bacen. Entretanto, até 31 de dezembro de 2011 não havia sido firmado convênio entre o Tesouro Nacional e o Bacen para essa finalidade.

O quadro a seguir apresenta as principais operações ocorridas no período entre o Bacen e o Governo Federal:

	2011	2010
Conta Única do Tesouro Nacional		
Saldo inicial	404.516.398	406.354.420
(+) remuneração	43.198.798	34.823.522
(+/-) depósitos/saque	10.423.592	(54.342.354)
(+) transferência de resultado positivo	17.483.488	17.680.810
Saldo final	475.622.276	404.516.398
Títulos de emissão do Tesouro Nacional		
Saldo inicial	703.175.643	640.215.918
(+/-) aquisição líquida (resgate líquido)	(36.742.565)	(7.544.345)
(+/-) remuneração	84.303.142	71.505.646
(+/-) ajuste a valor justo	3.806.893	(1.001.576)
Saldo final	754.543.113	703.175.643

Resultado a transferir ao Tesouro Nacional

Saldo inicial	4.929.918	6.553.787
(+) resultado positivo a ser transferido	23.477.696	15.736.255
(+) remuneração	319.721	320.685
(-) transferências	(17.483.488)	(17.680.809)
Saldo final	11.243.847	4.929.918

Equalização Cambial

Saldo inicial	-	-
(+/-) ajustes	(44.040.773)	48.529.720
(+/-) transferências para crédito a pagar (receber)	44.040.773	(48.529.720)
Saldo final	-	-

Crédito a receber decorrente de resultado de equalização cambial

Saldo Inicial	48.633.518	53.931.576
(+) resultado de equalização cambial	46.199.286	48.529.720
(+) remuneração	8.446.469	1.505.963
(-) recebimentos	(2.004.479)	(55.333.741)
Saldo final	101.274.794	48.633.518

Crédito a pagar decorrente de resultado de equalização cambial

Saldo inicial	-	-
(-) resultado de equalização cambial	(90.240.059)	-
Saldo final	(90.240.059)	-

Repasso do Orçamento Geral da União	2.135.717	1.241.950
-------------------------------------	-----------	-----------

37.2. Centrus

A Centrus é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, e tem como objetivo complementar os benefícios de aposentadoria e pecúlio assegurados pela previdência social pública (nota 20.2). O Bacen é patrocinador da Centrus e em função disso ocorreram as seguintes transações entre as entidades:

	2011	2010
Recursos administrados pela Centrus		
Saldo inicial	-	630.867
(+/-) ganhos/perdas atuariais	-	(16.486)
(-) recebimentos	-	(634.158)
(+) juros	-	19.777
Saldo final	-	-
Superávit Atuarial		
Saldo inicial	1.839.249	3.371.447
(+/-) ganhos/perdas atuariais	(1.340.969)	(1.976.336)
(+) juros	650.994	444.124
(+) outros	-	14
Saldo final	1.149.284	1.839.249
Crédito a receber		
Saldo inicial	289.283	267.500
(+) juros	166.090	21.783
(+) distribuição de superávit	532.458	-
(-) recebimentos	(20.944)	-
Saldo final	966.887	289.283
Pagamento de taxa de administração	-	2.703

As principais variações observadas no período são decorrentes das perdas atuariais (nota 20.2), compensadas em parte pela parcela a receber referente à destinação do superávit do plano de benefícios da Centrus e pela remuneração dos créditos a receber no período (nota 11.2.2.b).

37.3. Casa da Moeda do Brasil – CMB

A CMB é uma empresa pública federal, vinculada ao MF, e tem como atividades preponderantes a fabricação, em caráter de exclusividade, de papel-moeda e moeda metálica e a impressão de selos postais e fiscais federais.

O estatuto social da CMB estabelece que a sua administração será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que no Conselho de Administração existe um membro indicado pelo Bacen.

Em 2011, o Bacen efetuou aquisições de cédulas e moedas que totalizaram um dispêndio de R\$788.304 (R\$707.441 em 2010).

37.4. Fundo de Pensão dos Empregados da Casa da Moeda do Brasil – Cifrão

O Cifrão, instituído pela CMB, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo primordial instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário aos funcionários da CMB. Não existe nenhuma transação entre o Bacen e o Cifrão.

37.5. Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil – Redi-BC

Os recursos da Redi-BC destinam-se a suportar a execução de projetos relevantes e essenciais voltados para o funcionamento e desenvolvimento institucional e que visem à implementação das ações definidas no âmbito do planejamento estratégico. Em 2011, a Redi-BC desembolsou R\$103.776 (R\$75.140 em 2010) para a cobertura da execução de projetos e reembolsou o Bacen em R\$1.869 (R\$1.637 em 2010) a título da taxa de administração.

37.6. Fundo de Assistência ao Pessoal – Faspe

O Faspe é um fundo contábil criado para gerir recursos destinados à manutenção dos benefícios de saúde dos funcionários do Bacen. Foi criado pela Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que determina que seus recursos serão compostos por dotações orçamentárias do Bacen e contribuição mensal dos participantes, sendo as contribuições do Bacen equivalentes à receita prevista com a contribuição dos participantes. Prevê também que, na ocorrência de déficit no sistema, o Bacen poderá utilizar fonte de recursos disponível para sua cobertura.

Em 2010, as despesas incorridas pelo Bacen a título de contribuição para o Faspe totalizaram R\$71.453 (R\$68.016 em 2010).

37.7. Diretoria e membros ocupantes de funções estratégicas

O Bacen possui oito Diretores (incluindo o Presidente), um Secretário Executivo, um Procurador-Geral e trinta e nove servidores, contemplando Chefes de Gabinete de Diretores, Chefes de Departamento e Gerentes-Executivos, considerados como ocupantes de funções estratégicas.

O quadro a seguir demonstra os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria e aos demais membros ocupantes de funções estratégicas:

	2011	2010
Benefícios de curto prazo	20.058	19.412
Diretoria	2.787	3.069
Demais membros ocupantes de funções estratégicas	17.271	16.343
Benefícios decorrentes do término da relação de trabalho	142	71
Total	20.200	19.483

Os benefícios de curto prazo pagos incluem salários, diárias, encargos sociais, auxílio-moradia, auxílio-alimentação e assistência médica. Os salários e benefícios são instituídos por lei, não havendo qualquer vinculação entre estes e o desempenho financeiro da Instituição. O Bacen não efetua empréstimos aos membros de sua diretoria ou aos seus servidores.

Os benefícios decorrentes do término da relação de trabalho compreendem a remuneração compensatória devida aos membros da Diretoria após a exoneração do cargo que ocupavam, em função do impedimento legal de exercerem atividades ou de prestarem serviços no setor de sua atuação, pelo período de quatro meses contados da exoneração.

O Bacen não possui outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos membros da Diretoria, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional da Instituição, os quais recebem os mesmos benefícios dos demais servidores do Bacen (nota 20.2).

38 - RECEITAS DE SENHORIAGEM

A senhoriação pode ser definida como a receita ou o lucro do governo proveniente do monopólio de emissão de moeda. Para fins de evidenciação dos fluxos relativos a essas receitas em suas demonstrações financeiras, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, o Bacen adotou o conceito de senhoriação pelo custo de oportunidade, tendo em vista que essa metodologia tem como pressuposto o fato de a moeda ser um passivo do governo frente ao resto da economia, o que é compatível com o tratamento contábil dispensado à base monetária pela autarquia.

Por essa metodologia, a senhoriação é entendida como o custo de oportunidade do setor privado em deter moeda comparativamente a outros ativos que rendem juros. A apuração é realizada aplicando-se a taxa de juros nominal da economia, neste caso a taxa Selic, sobre o valor da base monetária. Para esse cálculo, o Bacen trabalha com dados diários, a fim de evitar os impactos de variações sazonais sobre os saldos da base monetária ao longo do período. Em 2011, o fluxo relativo às receitas de senhoriação foi de R\$20.291.041 (R\$15.848.166 em 2010).

39 - EVENTO SUBSEQUENTE

Em 26 de janeiro de 2012 o Banco Mercantil – Em Liquidação Extrajudicial firmou, com base no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010, termo de pagamento à vista de sua dívida oriunda de operações de assistência financeira (Proer) (nota 11.2.2). O valor da dívida na data de sua consolidação, que corresponde à data em que a instituição manifestou sua opção pelo pagamento à vista, era de R\$1.342.668, prevalecendo o valor principal e incidindo desconto de 45% sobre o valor dos encargos, conforme previsto na referida lei. O valor atualizado do crédito na data do recebimento foi de R\$1.506.828, o que gerou um efeito financeiro negativo de R\$847.715 no resultado da autarquia, uma vez que as demonstrações financeiras registravam o valor do crédito sem os descontos previstos na lei em referência, os quais só foram confirmados com o efetivo pagamento pelo devedor.

40 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – INFORMAÇÕES EXIGIDAS

a) Impacto e o custo fiscal das operações – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 2º do art. 7º:

O parágrafo único do art. 8º da Lei nº 4.595, de 1964, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987, prevê que "os resultados obtidos pelo Bacen, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações, serão, a partir de 1º de janeiro de 1988, apurados pelo regime de competência e transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores".

Esse dispositivo foi parcialmente alterado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000):

"Art 7º O resultado positivo do Banco Central, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central e será consignado em dotação específica no orçamento."

De acordo com o inciso II do art. 2º da Medida Provisória 2.179-36, de 24 de agosto de 2001, esse resultado negativo deverá ser objeto de pagamento até o 10º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN.

Assim, temos que:

- I - o resultado do Bacen considera as receitas e despesas de todas as suas operações;
- II - os resultados positivos são transferidos como receitas e os negativos são cobertos como despesas do Tesouro Nacional;
- III - tais resultados são contemplados no Orçamento Fiscal à conta do Tesouro Nacional.

O Bacen apresentou resultado positivo de R\$4.362.860 no 3º trimestre e de R\$6.877.844 no 4º trimestre, totalizando um resultado positivo de R\$11.240.704 no 2º semestre de 2011, que, após a realização de reservas, será transferido ao Tesouro Nacional até o 10º dia útil subsequente à aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN. Em conformidade com o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, no prazo de noventa dias após o encerramento do semestre, o Bacen apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional (entre as quais a Comissão de Assuntos Económicos, a de Finanças e Tributação e a de Orçamentos Públicos), avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

b) Custo da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo correspondente à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional atingiu, no 3º trimestre de 2011, o montante de 9.723.322 e no 4º trimestre R\$12.180.093 (R\$21.903.415 no semestre).

c) Custo da manutenção das reservas cambiais – Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º:

O custo da manutenção das reservas cambiais é calculado diariamente pela diferença entre a taxa de rentabilidade das reservas internacionais, incluindo a variação cambial, e a taxa média de captação apurada pelo Bacen.

Em 31 de dezembro de 2011, 93,08% dos ativos de reserva eram compostos por títulos, conforme divulgado na Nota para Imprensa do Setor Externo (quadro 49), disponível no sítio do Bacen na internet (www.bcb.gov.br).

No 3º trimestre de 2011, as reservas internacionais apresentaram rentabilidade positiva de 18,37%. Deduzindo-se o custo de captação desta Autorquia, o resultado líquido das reservas foi positivo em 15,99% (R\$90.957.859). No 4º trimestre, a rentabilidade das reservas alcançou 1,55% positivos, totalizando 0,50% negativos (R\$3.144.940) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade (%)	(%)	(%)	(R\$ mil)
3º Trimestre/2011	569.020.034	18,37	(2,39)	15,99	90.957.859
4º Trimestre/2011	632.847.707	1,55	(2,05)	(0,50)	(3.144.940)
Total do Semestre					87.812.919

Deve-se salientar que a correção cambial representa variação decorrente da tradução dos valores dos ativos de reserva para o Real, não se configurando resultado realizado do ponto de vista financeiro. Excluindo-se essa correção, portanto, as reservas internacionais apresentaram, no 3º trimestre de 2011, rentabilidade positiva de 1,63%, sendo composta pela incorporação de juros (0,40%) e pelo resultado da marcação a mercado dos ativos (1,23%). Deduzindo-se o custo de captação, o resultado líquido das reservas foi negativo em 0,75% (R\$4.287.948). No 4º trimestre, a rentabilidade das reservas foi positiva em 0,38% (0,29% pela incorporação de juros e 0,09 pelo resultado da marcação a mercado dos ativos), totalizando 1,67% negativos (R\$10.578.024) quando considerado o custo de captação.

	Reservas Internacionais		Custo de Captação (%)	Custo de Manutenção das Reservas Internacionais (%)	
	Saldo Médio (R\$ mil)	Rentabilidade, exclusive correção cambial (%)		(R\$ mil)	
3º Trimestre/2011	569.020.034	1,63	(2,39)	(0,75)	(4.287.948)
4º Trimestre/2011	632.847.707	0,38	(2,05)	(1,67)	(10.578.024)
Total do Semestre					(14.865.972)

d) Rentabilidade da carteira de títulos, destacando os de emissão da União - Lei de Responsabilidade Fiscal, § 3º do art. 7º;

A rentabilidade da carteira de títulos do Bacen, composta exclusivamente por títulos de emissão da União, foi de R\$19.735.423 no 3º trimestre e de R\$21.189.801 no 4º trimestre, totalizando R\$40.925.224 no 2º semestre de 2011.

Presidente: Alexandre Antonio Tombini

Diretores: Aldo Luiz Mendes, Altamir Lopes, Anthero de Moraes Meirelles, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Luiz Awazu Pereira da Silva, Sidnei Corrêa Marques

**Chefe do Departamento de Contabilidade e Execução Financeira: Eduardo de Lima Rocha
Contador – CRC-DF 12.005/Q-9**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Presidente e aos Diretores do
Banco Central do Brasil
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil ("BACEN"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do BACEN é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do BACEN para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do BACEN. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

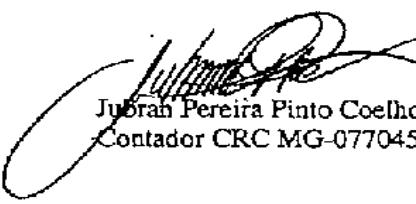
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

As informações suplementares incluídas nas Notas Explicativas nº 38 e 40, apresentadas sob responsabilidade da Administração do BACEN, não são informações requeridas pelas IFRS. Essas informações suplementares, exceto quanto às informações gerenciais correspondentes às receitas de senhoragem descritas na Nota Explicativa nº 38, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo "Responsabilidade dos Auditores Independentes" e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos materiais em relação às demonstrações financeiras consideradas em seu conjunto.

Brasília, 9 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF


Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC MG-077045/O-0 S-DF

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 5-3-2012

- até 10/3 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
- até 25/3 prazo para apresentação de relatório;
- até 30/3 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
- até 6/4 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 6 de março do corrente.

O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo de imediato a palavra, por permuta feita com esse Senador, à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta Sessão Senador Paulo Paim, Senador Blairo Maggi, Dr^a Cláudia, nossos servidores atenciosos, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna hoje, Presidente Paim, para tratar de três assuntos diferentes, mas todos eles lincados entre si por uma razão essencial: compromisso. O compromisso que nós temos de abordar esses temas pelo impacto social que representam e pelo que de relevante significam na expectativa que os três segmentos que vou abordar têm em relação ao nosso desempenho nesta Casa. E todos eles, Senador Paim, nos une, V. Ex^a na ação de interesse social e nós especificamente por sermos representantes de um Estado onde parte dos problemas se origina, porque nós somos do Rio Grande do Sul, Estado onde nasceu a Companhia Aérea Rio Grandense – Varig.

Então, desses três compromissos, desses três temas, o primeiro deles, claro, a que vou me referir, é especificamente à luta pelos direitos da mais de oito mil famílias dos trabalhadores da Varig, que confiaram, durante anos, contribuições previdenciárias ao Instituto Aerus de Seguridade Social. Falo, como tenho feito desde que assumi o mandato, pois trata-se de pessoas

que vivem em situação precária, sem a remuneração a que têm direito.

Há quase seis anos, a Secretaria de Previdência Complementar fez intervenção no Instituto Aerus de Seguridade Social e desde então, Senador Paim, transformou a vida dessas famílias, impondo-lhes sacrifício e até humilhação.

Parte dessa situação poderia ter sido solucionada com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de uma ação de indenização por perdas tarifárias dos anos 80 e 90, segundo a qual a Varig pode receber quatro bilhões de reais. Atualmente, o processo está parado, atendendo um recurso da Advocacia-Geral da União.

Dos quatro bilhões que a Varig pode receber, muito será devolvido aos cofres públicos por conta de dívidas da Companhia com a União, mas 1,3 bilhão de reais será destinado ao fundo Aerus, por determinação do Juiz Roberto Ayub, que conduziu o processo de recuperação judicial da Varig. Esses recursos podem recompor parte da perda dos aposentados e ex-funcionários da Varig.

No dia 13 de abril do ano passado, acompanhada pelo Sr. Senador Paulo Paim, por representantes do Senador Alvaro Dias, também aqui presente, e de aeronautas, representando a parte interessada, fomos recebidos pela Ministra Cármén Lúcia, Relatora do Processo de Defasagem Tarifária, movido pela Varig junto ao STF.

Naquela ocasião, a Ministra garantiu que o julgamento do processo seria tratado, pelo Supremo Tribunal, em caráter de prioridade. Ela também informou que reestudaria o caso para a elaboração de um novo relatório.

No entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, onze meses se passaram desde essa audiência e não há notícia, Senador Paim, de que esse processo tenha avançado no Supremo Tribunal Federal. E muitos morreram nesse período, sem ver sua dívida e seu direito respeitado.

A OAB do Rio Grande do Sul, que também acompanha essa causa, solicitou uma audiência com a Ministra Cármén Lúcia, do STF, para pedir que o processo entre na pauta da Suprema Corte nos próximos dias. O Presidente Cláudio Lamachia pede agilidade no andamento do processo e que uma decisão seja tomada prontamente.

Foram convidados pela OAB, Senador Alvaro Dias, o Senador Paim, o senhor e também o Procurador Geral de Fundações do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Antonio Carlos Bastos, que está apoian- do esse movimento da OAB gaúcha, além de alguns integrantes do Aerus, que virão do Rio Grande do Sul para participar da audiência, quando for agendada.

Eu já posso confirmar o meu apoio, a minha presença, em mais essa investida na tentativa de solucionar esse impasse. Tenho certeza de que tanto o Senador Paim quanto o Senador Alvaro Dias, a quem tenho a honra de conceder o aparte, estarão presentes nesse encontro.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senadora Ana Amélia, V. Ex^a é uma grande parceira que ganhamos para essa luta com a sua chegada ao Senado Federal. Antes, juntamente com o Senador Paulo Paim e outros, procuramos, utilizando o nosso mandato de Senador, o Advogado Geral da União, à época Antônio Dias Toffoli, hoje Ministro do Supremo, ele conhece bem esse assunto, portanto, está no Supremo Tribunal Federal, atualmente, e nós esperamos que ele possa ser um parceiro também da causa dos aposentados do Aerus. Quando ministro, o próprio Senador Pimentel debateu conosco esse assunto, por várias vezes. Eu creio que é tempo demais. V. Ex^a diz bem: a vida é prioridade. Fica difícil entender porque as autoridades não colocam em primeiro lugar o ser humano, a vida das pessoas. V. Ex^a colocou com clareza que muitos já se foram desta vida sem poder sentir os benefícios decorrentes do esforço que realizaram durante tantos anos de trabalho. Direito adquirido, líquido e certo, subtraído pelas autoridades. Nós já nos cansamos aqui de denunciar o Governo. Que o Governo tem sido insensível, que o Governo não corresponde às expectativas de quem trabalha, especialmente dos idosos, dos aposentados. Isso já repetimos aqui inúmeras vezes, e agora temos que pedir agilidade do Supremo Tribunal Federal. Algumas causas deveriam ser prioridade indiscutível. Deveriam ser colocadas sempre à frente. Nós entendemos que existem *containers* de processos amontoados nas prateleiras dos tribunais deste País, mas algumas causas são mais urgentes, são prioridades indiscutíveis e essa, a dos aposentados do Aerus, é, sem dúvida nenhuma, prioridade. Fiz o aparte para cumprimentá-la e para garantir também que estarei presente a essa audiência assim que ela for agendada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Alvaro Dias. De fato, mais de 600 aposentados já morreram esperando uma solução para o caso Aerus. O próprio advogado das famílias, Dr. Castanha Maia faleceu em janeiro sem ver o seu trabalho de defesa concluído.

No dia 13 deste mês, a Comissão dos Direitos do Homem desta Casa vai se reunir em audiência pública para homenagear o advogado e discutir a situação do caso Aerus que já se arrasta por cinco anos e onze meses, ou seja, quase seis anos.

Tomo a liberdade e gostaria, Senador Paim, que houvesse a transcrição na íntegra. Eu vou ler apenas

uma parte porque hoje, em meu e-mail, recebi do Airton Flávio Sayago, uma mensagem que foi publicada originalmente no dia 11 de abril de 2011, na coluna do Ricardo Setti, *A herança maldita e a tragédia pessoal dos ex-funcionários da Varig*.

Vou ler só a primeira parte e quero que fique transcrito porque são cinco páginas e atualizei apenas para a data de agora. No dia 12, ex-funcionários da falecida Varig certamente farão manifestação na Cinelândia, no Rio de Janeiro, para reivindicar direitos e marcar o 6º aniversário do que para eles foi uma tragédia: a intervenção do governo no fundo de previdência complementar Aerus.

Isso, na prática, significou o desastre financeiro para a esmagadora maioria funcionários que, em muitos casos por décadas, contribuíram para o fundo e hoje recebem migalhas (os que se aposentaram) ou não têm perspectiva de receber nada (os que ainda não tinham se aposentado).

Na véspera do dia fatídico, funcionários se manifestaram em Brasília, estiveram com políticos e gente do governo – e nada se resolveu.

Aproveito então para publicar como post do Leitor texto de José Carlos Bolognese, ex-comissário de bordo da Varig.

Com a colaboração dos ex-colegas José Paulo de Rezende e Wallace Rocha, ele relata as terríveis agruras por que passam os funcionários que contribuíram durante toda uma vida visando ter uma renda decente na aposentadoria, e de como desmandos vários, inclusive do Governo, levaram à virtual quebra da Varig e do Aerus, lançando milhares de ex-variguianos na insegurança, na falta de recursos e no desespero.

O mal é tanto mais perverso quanto indefesa é a vítima'.

Sofre sempre mais quem não pode se defender, como velhos, crianças ou deficientes.

E é neste caso que estão esses funcionários.

Assim, peço a transcrição, na íntegra, desta publicação feita no site da coluna do Ricardo Setti.

Como falava dos compromissos, Senador Paim, esse é o primeiro em relação à Varig, com cuja solução todos estamos comprometidos, e aguardando uma posição da Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, Relatora. Nós temos a convicção de que ela tem boa vontade, porque se comprometeu em dar prioridade a este processo, até pela idade de muitos ex-comandantes da Varig que estão aguardando uma solução para as defasagens tarifárias, que é julgamento do Supremo Tribunal Federal.

Um outro compromisso que queremos ver respeitado diz respeito à necessidade de aumento da competitividade do nosso setor produtivo, compromisso

este assumido pelo Governo Federal e que abraçamos, porque também representa a preservação dos empregos, Senador Paim.

Para isso, todos nós sabemos que, entre outras medidas, é necessário estimular o avanço tecnológico e as pesquisas para encontrar novas fórmulas e ferramentas de impulso a indústria.

Se olharmos a agenda da Presidenta Dilma Rousseff, poderíamos até nos convencer de que tal crescimento está sendo perseguido pelo Governo Federal. A Presidenta Dilma Rousseff está na Alemanha, mais especificamente em Hannover, onde ficará até amanhã. Participa da inauguração da Feira Internacional de Tecnologia da Informação, Telecomunicações, Software e Serviços (CeBIT), acompanhada por ministros, uma delegação de empresários e, pelo menos, dois Governadores, um dos quais do nosso Estado, o Rio Grande do Sul.

Mas de que adianta atender tão importante agenda, participar de feiras internacionais e investir na montagem de *stands*, contando quem somos e o que podemos fazer se, no âmbito doméstico, o Governo Federal dá um passo atrás e continua a política de cortes no Orçamento, atingindo setores fundamentais como do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação?

A pasta, como apontou a *Folha de S.Paulo* em editorial nesse final de semana, foi uma das mais sacrificadas nos recentes cortes. O corte de verbas chega a 22% do orçamento do Ministério, o que representa R\$1,5 bilhões a menos para novos incentivos em projetos de alta tecnologia.

Como bem apontou o jornal, o corte atinge o programa Ciência sem Fronteiras, que tem levado ao exterior um número expressivo de estudantes brasileiros em busca de novos conhecimentos e tem garantido, por outro lado, a vinda de estrangeiros para colaborar aqui nas pesquisas.

Senhoras e senhores, todos nos sabemos do potencial de nossos cientistas que trabalham muitas vezes sem recursos e incentivos suficientes com padrões muito abaixo da média mundial. A inovação tecnológica e a educação são aspectos prioritários para países que pretendem assumir o topo das economias no mundo e permanecer nessa posição. Aliás, esse tema tem aqui atraído muito a atenção especialmente de um batalhador pela Educação, nosso Colega Senador Cristovam Buarque; temos falado muito aqui na questão do apagão de mão de obra, especialmente por essa necessidade de formação de nível superior de cientistas e pesquisadores. Por isso, certamente, que o Brasil, por não dispor em quantidade suficiente, segundo especialistas, está escancarando suas portas para os profissionais estrangeiros que vêm, quando os

brasileiros poderiam ocupar essas posições. Para isso temos que olhar com mais atenção para resolvemos esse gargalo.

Tenho certeza, Senador Casildo Maldaner, este é o objetivo da maioria da comunidade científica brasileira. Com a concorrência internacional tão acirrada, com a entrada selvagem de produtos importados, somente com investimentos sérios e constantes podemos garantir a competitividade no cenário mundial.

Compromissos precisam sair da esfera das promessas e virar realidade, ou o Brasil nunca deixará de ser o País do futuro, da promessa. Precisamos virar o Brasil do hoje, com tecnologia de ponta, independente, mais acessível e, ao mesmo tempo, garantindo crescimento e competitividade.

V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, que já governou Santa Catarina, um Estado que prima pela diversidade industrial, pelo uso da tecnologia, pelo desenvolvimento avançado em vários setores, sabe muito bem do que eu estou falando, especialmente com referência a essa questão relacionada à Feira de Hanoveer, que tanto vínculo tem com as instituições de ensino acadêmico de Santa Catarina. A Universidade Federal de Santa Catarina tem um empenho muito grande em unidades, especialmente da engenharia mecânica e metalúrgica, fazendo a diferença comparativamente as outras unidades. Aliás, é preciso que a instituição pública esteja diretamente envolvida em relação a esses compromissos. Também quero lhe dizer que a tecnologia tem sido a diferença em matéria de desenvolvimento agropecuário brasileiro.

No próximo dia 9, requeri à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo nosso Colega Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia, a realização de uma audiência pública em Não-Me-Toque, onde se realiza Expodireto Cotrijal, para debater a questão relacionada ao seguro agrícola. Nós não podemos abrir mão de um debate que é oportuno pela situação que estamos vivendo hoje, não apenas em relação ao Código Florestal, mas especialmente em relação aos acidentes climáticos. Não só à enchente, no Acre; à seca, no meu Estado, em parte de Mato Grosso do Sul, do Paraná e da sua Santa Catarina. A agricultura de alta precisão faz a diferença e o Brasil já conseguiu chegar, em algumas áreas, como na do nosso Senador Blairo Maggi, ex-governador do Mato Grosso, a uma produtividade superior, inclusive à do nosso principal concorrente, que são os Estados Unidos.

Então, isso se dá graças a investimentos maciços em tecnologia. E, no caso de Não-Me-Toque, que é a capital brasileira de agricultura de alta precisão. Eu, como gaúcho, tenho orgulho de dar essa informação aos brasileiros nesse pronunciamento, porque ali se

faz o uso de modernos equipamentos. A tecnologia avançada, com softwares avançadíssimos, com preservação ambiental, com plantio na palha, com curvas de nível, com biossegurança, com biotecnologia, tudo é aplicado ali em favor de uma produção e de uma produtividade com sustentabilidade.

Esse agricultor sabe o que é preservar nascentes, sabe o que é fazer essa agricultura que usa uma máquina tão precisa que distribui não só o adubo fertilizante adequadamente à necessidade do solo, poupando energia e custo financeiro, preservando-o, como também fazer a aplicação da semente adequada à necessidade daquela terra, daquele terreno.

Por isso, os níveis de produtividade nessa região são os mais altos do Rio Grande do Sul. E não fosse essa estiagem, essa seca prolongada que vai representar um prejuízo enorme, estimados em R\$5 bilhões só em três lavouras: soja, milho e arroz, teríamos um aumento muito maior da renda em toda economia do Rio Grande, que depende básica e fundamentalmente do investimento no setor agropecuário.

É um Estado que tem uma histórica tradição, um vínculo com essa produção agropecuária, porque tem também, apesar das dificuldades, investido na tecnologia. Então, esses produtores que continuam apostando e acreditando que a pesquisa e a tecnologia é a grande ferramenta para avançar sempre mais e tentar, através disso, também fazer a preservação de uma produção com sustentabilidade.

Finalmente, o meu último compromisso deste elenco de três assuntos que eu queria abordar na tarde de hoje, Senador Casildo Maldaner, meus colegas Senadores, diz respeito a uma questão, digamos, de cunho cultural, mas que tem muito a ver com a questão da produção agrícola.

Eu cito o compromisso de homens e mulheres, apaixonados pela nossa história e pela nossa tradição, que transformaram a quatro mãos um sonho em realidade.

No dia 22 de fevereiro de 2008, foi inaugurado o Museu do Pão, na cidade de Ilópolis, um Município pequeno do Alto Vale do Taquari, lá do meu Estado o Rio Grande do Sul, um belo projeto arquitetônico que conta a história do pão, alimento que assume forma, gosto e sentido diferentes em cada cultura e religião pelo mundo.

O museu é o único do gênero das Américas e mais uma atração turística para o Estado gaúcho. Aos responsáveis por esta ideia que está atraindo a atenção do mundo, inclusive por arquitetos da Catalunha, na Espanha, por arquitetos que fazem a revolução na moderna arquitetura, portugueses, europeus, americanos, canadenses. Então, aos responsáveis por essa ideia do Museu do Pão, representados por Manuel Touguinha, os meus cumprimentos pela data tão especial,

e que continuem a caminhada para contar a história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A história dos moinhos coloniais, Senador Blairo Maggi, que têm um retrato muito vinculado com a nossa infância, com a nossa imigração italiana, que foi até cenário de filmes, como *O Quatrilho*, que mostra um pouco aquele cenário bucólico da Serra Gaúcha com os moinhos coloniais. O caro Senador Casildo Maldaner, que nasceu no Rio Grande do Sul, fez a sua carreira política em Santa Catarina, também em Santa Catarina os moinhos coloniais são uma grata lembrança. Dali nascera toda essa indústria moderna da panificação, da moagem e por isso tenho muito orgulho de hoje fazer esse registro do Museu do Pão na cidade de Ilópolis, no Vale do Taquari.

É um orgulho muito grande para esta gaúcha verificar que o trabalho daqueles imigrantes foi reconhecido num museu que chama a atenção pelo revolucionário que é em matéria de arquitetura e também com o objetivo de preservar a memória, a cultura e a história de um setor tão importante.

Muito obrigada, Senador Casildo Maldaner.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I, § 2º do Regimento Interno)

A herança maldita e a tragédia pessoal dos ex-funcionários da Varig

Ricardo Setti

No dia 12, ex-funcionários da falecida Varig fará manifestação na Cinelândia, no Rio de Janeiro, para reivindicar direitos e marcar o 6º aniversário do que para eles foi uma tragédia: a intervenção do governo no fundo de previdência complementar Aerus.

Isso, na prática, significou o desastre financeiro para a esmagadora maioria funcionários que, em muitos casos por décadas, contribuíram para o fundo e hoje recebem migalhas (os que se aposentaram) ou não têm perspectiva de receber nada (os que ainda não tinham se aposentado).

Na véspera do dia fatídico, funcionários se manifestaram em Brasília, estiveram com políticos e gente do governo – e nada se resolveu.

Aproveito então para publicar como Post do Leitor texto de José Carlos Bolognese, ex-comissário de bordo da Varig.

Com a colaboração dos ex-colegas José Paulo de Rezende e Wallace Rocha, ele relata as terríveis agruras por que passam os funcionários que contribuíram durante toda uma vida visando ter uma renda

decente na aposentadoria, e de como desmandos vários, inclusive do governo, levaram à virtual quebra da Varig e do Aerus, lançando milhares de ex-variguianos na insegurança, na falta de recursos e no desespero.

O mal é tanto mais perverso quanto indefesa é a vítima

Sofre sempre mais quem não pode se defender, como velhos, crianças ou deficientes.

Para trabalhadores, o fantasma da velhice é o colapso da aposentadoria. Sendo a aposentadoria pública o que é – exceto quando o emprego também é público e para poucos – quem depende do INSS precisa complementar o que falta pagando do próprio bolso a um fundo de aposentadoria complementar, anos antes da parada final.

Quando se aposenta pelo INSS, o cidadão descobre que as contribuições ao instituto – suas e da empresa – estão numa relação de mais para menos. Pior ainda, sabe, mesmo sem poder provar, que parte do que recolhe, com seu patrão, vai para outras contas do governo. E este, com o respaldo de “especialistas”, que nunca terão de sobreviver de uma merreca do INSS, vende à sociedade o falso argumento do “déficit previdenciário”.

Os trabalhadores da Varig, Vasp e Transbrasil pensavam ter feito por onde evitar essa arapuca. Só esqueceram de combinar com os russos.

A aviação é o mais perigoso meio de transporte, ao contrário do que se acredita. O que garante a segurança do transporte aéreo é o respeito a suas rígidas normas operacionais, mínima tolerância na manutenção de aeronaves e outros equipamentos e, acima de tudo, profissionais de todas as áreas altamente treinados e reavaliados periodicamente. Na aviação não existe o “Não sei... Eu não vi... Não fui eu”. Cada um responde por sua função.

Há exceções? Claro, e quem procura pelas maiores também encontra as grandes tragédias. O trabalhador de aviação, portanto, merece salário justo pela qualidade e segurança do produto que lhe é exigido, e que oferece ao público. Assim, tem direito a uma aposentadoria decente, que não fique à mercê da previdência pública, paga por muitos para proveito de poucos.

Criação do Aerus e perda de aportes no governo Collor

Essa é a razão da criação, em 1982, do Instituto Aerus de Seguridade Social. Quando foi constituído, o Aerus contava com três fontes de receita:

contribuições da Varig e outras empresas do setor (patrocinadoras);

contribuições dos empregados participantes;

3% do valor das passagens domésticas comercializadas. Essa contribuição deveria ocorrer durante 30 anos, ou seja, até o ano de 2012.

É importante assinalar que nunca se tratou simplesmente de os usuários bancarem a aposentadoria de aeronautas e aeroviários, mas sim de um aporte proveniente das tarifas cujos valores haviam sido estabelecidos anteriormente, e compensando obrigação semelhante por parte do Estado via a antiga Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (CAPFESP).

Em 1991, porém, no “governo” Collor – apenas nove anos depois de começar o recolhimento desses 3% –, em ato unilateral e sem base técnica, por uma portaria do Departamento de Aviação Civil (DAC), antecessor da atual Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), as empresas foram desobrigadas de repassar esses 3% ao Aerus. Aqui, sim, as empresas receberam um presente do governo, via DAC, porque em período de congelamento de preços elas, deixando de repassar os 3%, conseguiram um considerável aumento de arrecadação à custa dos trabalhadores.

Congelamento de tarifas coloca empresas a nocaute

Começou aí uma série de desequilíbrios que ferem os planos de aposentadoria até hoje. É bom lembrar que DAC ou ANAC não têm jurisdição sobre previdência. Como era um dinheiro dos aposentados, há que questionar para onde foi ou ainda vai esse dinheiro dos 3%, que continua a ser cobrado do usuário (desde então embutido nos custos das passagens).

O outro grande vilão dos aposentados e ex-trabalhadores, que pôs a nocaute Varig, Vasp e Transbrasil – há muito reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal – foi a estúpida política de congelamento tarifário do “governo” Sarney, para uma atividade operada segundo normas do mercado internacional e que, por ser uma concessão pública, portanto inerente ao próprio Estado, não pode submeter o concessionário a conduzi-la sem a correta compensação de seus custos, como já bem definiu o mesmo Supremo ao julgar o caso Transbrasil.

O que se seguiu foi a lenta agonia da Varig, que no processo ainda repassava ao Aerus o que recolhia dos funcionários participantes, cessando porém, ilegalmente, de recolher a sua parte como patrocinadora. Protestos de ex-funcionários da Varig em Brasília, em abril de 2006

Se de um lado o governo asfixiava a empresa via a estatal BR Distribuidora (combustíveis), as altíssimas taxas aeroportuárias e a não admissão de sua dívida para com a empresa, estimada em pelo menos 4 bilhões de reais e gerada pela defasagem tarifária durante os períodos de congelamentos de diferentes

planos econômicos, entre 1985 e 1992, e reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de outro autorizava a Varig, patrocinadora do Aerus, a fazer 21 contratos - 21 contratos!! - de repactuação de suas obrigações com os planos de aposentadoria de seus funcionários no Aerus.

Já era claro, àquela altura, que as partes - governo, Aerus e Varig - sabiam que tais contratos nunca seriam cumpridos. Como era ainda mais claro para quem não apitou nessas "negociações" - os participantes - que herdariam como até hoje, os prejuízos.

600 pilotos expatriados. E teve gente que se suicidou

Então, em 12 de abril de 2006, fomos surpreendidos com a intervenção para liquidação dos planos I e II dos trabalhadores da Varig no Aerus. Para se ter uma idéia do impacto do desastre sobre os variguianos, entre essa data e agosto de 2010 estima-se que tenha aumentado em 30% a taxa de mortes entre os ex-funcionários em relação aos índices até então observados. Só entre os aposentados houve 425 falecimentos, alguns até por suicídio.

Quando se aplicou à Varig a nova Lei de Recuperação Judicial de Empresas (Lei nº 11.101, de 9-2-2005), embora se trombeteasse que salvaria a companhia e os empregos, o que se fez foi expatriar cerca de 600 pilotos - mão de obra altamente qualificada, formada às custas do Brasil e oferecida de graça a empresas estrangeiras.

As empresas aéreas concorrentes, que lucraram com o fim da Varig, também não absorveram tantos comissários e pessoal de terra como se alardeava. Os "sortudos" (nem 10%) que conseguiram voltar ao trabalho tiveram de aceitar salários bem mais baixos, tendo em muitos casos, de mudar para outras cidades.

Protesto: "Nós temos a solução! Lula, só depende de você"

Para quem pensa que o calote é só nos trabalhadores da Varig, que vá ficando esperto: Todo o faturamento gerado por uma Varig funcionado foi transferido, na maior parte, para empresas estrangeiras, segundo informou o então Ministro do Turismo, Luiz Barreto, no Fórum Panrotas ocorrido na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FECOMERCIO) em 2010: "Só agora, após três anos, o País recuperou a falta da Varig no mercado internacional", disse o ministro." Ficamos sem 10 mil assentos em nosso mercado, que só agora conseguimos recuperar, com a participação de empresas aéreas internacionais".

É curioso. Empresas aéreas internacionais recuperando nosso transporte aéreo... e levando nosso dinheiro. Enquanto se diz isso com a maior.... candu-

ra, falar em devolver o dinheiro dos aposentados é.... assalto aos cofres públicos?

Para os aposentados do Aerus, sobrou a promessa de solução via um acordo (loteria pra nós) em que a União reconheceria finalmente sua responsabilidade na questão da defasagem tarifária com prioridade para o Aerus.

Perda de patrimônio e da vontade de viver

A triste realidade, ainda hoje, é esse brutal aumento de mortes e outras perdas irreparáveis. E os que sobrevivem, enquanto as reservas do Aerus não acabam de vez, tiveram redução de 92% - sim, de noventa e dois por cento! – em seus benefícios, havendo casos de pessoas recebendo pouco mais de 100 reais por mês após pagarem pesadas contribuições durante anos.

Perda de patrimônio, da vontade de viver, abandono de planos de saúde, dependência de parentes e amigos constituem a herança maldita legada em maior parte, por esse "governo de trabalhadores".

Segundo o que vazou pelo Wikileaks, em dezembro de 2004, fonte do governo Lula declarou a justificativa de não socorrer a Varig: "Por que um governo liderando por um presidente do Partido dos Trabalhadores deveria subsidiar uma empresa mal administrada que atende a elite (o pobre não tem dinheiro para voar)"

Se esse "governo" achava que a Varig era para elite, devia pensar o mesmo de seus funcionários, pois também os abandonou à própria sorte.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/

PMDB – SC) – A Mesa gostaria até de se associar a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Eu não peguei o primeiro item dos três, mas, se não estou equivocado, é sobre os funcionários da Varig, que é um caso que também há tempo está aguardando decisão final, e culmina no segundo tema falando da competição. E a Feira de Hannover, que é tão importante, inclusive com a participação não só do Estado de V. Ex^a como do nosso, a nossa universidade federal, e aí vem chegando a Não-Me-Toque, que é a nossa região de nascimento, Tapera, aquela região da grande inovação do milho. Sei que o ex-Ministro e nosso ex-Deputado Odacir Klein é muito envolvido nessa feira de Não-Me-Toque, tem feito convites, se não estou equivocado até a abertura é hoje, ou o começo, ou está acontecendo. E V. Ex^a sugere que a Comissão de Agricultura, no próximo dia 09, faça o encontro diretamente em Não-Me-Toque. Tem uma inovação muito grande na produtividade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a transmissão direta pela TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a transmissão direta pela TV Senado. Melhor ainda!

E culmina o terceiro assunto com a festa do pão, em Ilópolis, no Alto Taquari, vem até a Catalunha, vem Europa, vem todo mundo. E recordo o filme *O Quatrilho*, que é tão cultural.

V. Ex^a sempre atuando em todas as frentes!

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Com a palavra, como Líder, ao eminente Senador Blairo Maggi.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, tem a palavra o eminente Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou aproveitar o tempo em que o Senador Blairo chega à tribuna e comunicar à Casa que estou encaminhando à Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável à PEC nº 05.

A PEC Nº 05 tem origem na PEC nº 270, de autoria da Deputada Andreia Zito, do PSDB do Rio de Janeiro, e diz respeito à aposentadoria aos servidores públicos aposentados por invalidez. Diz respeito à integralidade e à paridade dos valores dessa aposentadoria, já que, a partir da Emenda nº 41, há uma agressão ao princípio da isonomia. Os servidores saudáveis são tratados de forma diferenciada em relação aos servidores inválidos. É de se espantar verificar que há um rigor maior em relação aos inválidos.

Portanto, a injustiça se multiplica, e nós estamos atendendo ao pleito da Deputada Andréia Zito, corrigindo esta agressão ao princípio da isonomia e essa enorme injustiça, conferindo também aos aposentados por invalidez vencimentos integrais, com paridade.

Comunico a V. Ex^a, já que há um apelo constante, especialmente pelas redes sociais, para que se agilize a tramitação dessa matéria. Estou comunicando à Casa e, especialmente, aos aposentados do serviço público que estamos encaminhando já o parecer favorável à Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado ao Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – A Mesa recebe a comunicação de V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

E, em seguida, só para informar, pela ordem de inscrição está como Senador inscrito o Senador Paulo Paim.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna antecipar um acontecimento que irá afetar não só o setor econômico de base primária do Estado de Mato Grosso, mas também do Brasil.

Frequentemente, o Ibama, por decisão das autoridades julgadoras de autos de infração, está deixando de desembargar áreas de reserva legal dos imóveis rurais que possuem cadastros de regularização ambiental (CAR) ou Licença Ambiental Única, que chamamos de LAU, expedidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, sob a justificativa de que foram regularizadas em desconformidade com a legislação ambiental. O dilema é antigo e restringe-se à interpretação jurídica dos arts. 16 e 44, § 6º, do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

O art. 16, que disciplina os percentuais a serem mantidos a título de reserva legal, foi alterado pela Medida Provisória nº 2166, que majorou de 50% para 80% a área de floresta nos Estados da Amazônia Legal. Já o art. 44, §6º, prevê a possibilidade de regularizar o passivo de reserva legal existente na propriedade, por meio da desoneração, que vem a ser a doação para o Estado de área inserida em Unidade de Conservação de domínio público, passível de ser regularizada na sua parte fundiária.

Ocorre que o Estado de Mato Grosso, em observância ao princípio constitucional do “ato jurídico perfeito”, concede aos proprietários ou possuidores de imóveis rurais o direito de permanecer com o percentual de área de reserva legal aplicável à época da conversão. Por essa razão, o Estado ainda emite licenças com percentual de 50% para imóveis inseridos em áreas de floresta que tenham convertido a vegetação nativa até esse patamar em data anterior à edição da medida provisória. Tal posicionamento foi objeto de resistência por parte do órgão federal, nos autos de uma ação civil pública que tramitou na cidade de Cuiabá, na 3ª Vara Federal, em que o MM. Juiz César Bearsi proferiu e acolheu o entendimento e a metodologia aplicada pelo Estado.

No entanto, o Ibama reluta em referendar esse entendimento e, por meio de Notas Técnicas e Instruções Normativas, não reconhece a forma com que o Estado de Mato Grosso vem regularizando o passivo ambiental dos imóveis rurais de seu território, deixando de desembargá-los.

Do mesmo modo, está deixando de reconhecer a aplicação do art. 44, §6º, alterado pela Lei nº

11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), que permite a desoneração, sob a justificativa de que o dispositivo só se aplica às áreas convertidas até 14 de dezembro de 1998, a exemplo da compensação. Mais uma vez, o debate técnico-jurídico polariza os órgãos ambientais integrantes do Sisnama, gerando insegurança aos proprietários e possuidores de imóveis rurais.

A visão míope do processo e o radicalismo na aplicação das normas colocam o setor de base primária refém de um sistema capaz de inviabilizar a economia e a sobrevivência de inúmeras famílias. Isso porque, não só os grandes proprietários estão sendo atingidos, mas principalmente os pequenos, beneficiários agricultores da agricultura familiar e da reforma agrária e que, no meio desse tiroteio de normas e previsões legislativas, estão sendo obrigados a arcar com um passivo ambiental das áreas destinadas aos assentamentos da reforma agrária, e fadados a morrer à míngua caso não seja possível a adequação ambiental dos seus lotes, conforme a lei da época de sua criação e de sua exploração.

Sem a devida regularização, não fazem jus às linhas de crédito para a implantação, manutenção e gestão dos lotes rurais, em virtude da vedação expressa na Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008, do Conselho Monetário Nacional do Banco Central do Brasil.

Largados à própria sorte, acabam utilizando-se dos recursos naturais ainda existentes, sem critério, autorização ou supervisão dos órgãos competentes, visando auferir renda para a sobrevivência de suas próprias famílias.

Já os grandes produtores optam por ficar à margem da legalidade, enquanto aguardam um pronunciamento claro e preciso do Congresso Nacional, capaz de pacificar e assegurar o exercício de suas atividades.

Nessa ótica, o problema social gerado pelo radicalismo na interpretação das normas ambientais vem-se mostrando também responsável pela degradação descontrolada de nossas florestas, pelos altos índices de criminalidade e desemprego no campo.

Quando ainda Governador do Estado de Mato Grosso, procurei atender aos anseios sociais, econômicos e ambientais, ao editar o Programa Mato-Grossense de Regularização Ambiental – MT Legal, após nove longos meses de ferrenha discussão com os órgãos ambientais e de controle – estadual e federal – e entidades do setor privado, governamental e não governamental.

Sem adentrar na competência da União, o Estado de MT limitou-se a disciplinar as etapas do licenciamento ambiental único, criando o Cadastro Ambiental das propriedades rurais. A lógica do programa foi

reconhecida e reproduzida pelo Governo Federal um ano depois, quando do lançamento do Programa Mais Ambiente, pelo Decreto nº 7.029/2009.

Todavia, passados quase três anos, a “criatura se volta contra o seu criador”, e a autarquia federal (Ibama), valendo-se do seu programa e demais normas ambientais, não reconhece a forma e a metodologia aplicada pelo Estado nas regularizações ambientais dos imóveis rurais, como impõe aos seus proprietários e possuidores obrigações impossíveis de serem cumpridas.

A imposição da recuperação *in loco* de mais de 30% de floresta para aqueles que já haviam se enquadrado nos 50%, em momento anterior à edição da medida provisória, implicará a perda de área de produção, a queda de oferta dos produtos alimentícios, o aumento da cesta básica e demais consequências advindas do efeito cascata que esse cenário pode gerar.

Por outro lado, o entendimento jurídico do órgão federal implica a desconstrução de todo o arcabouço jurídico desenvolvido pelo Estado de Mato Grosso, que não apenas procurou trazer tranquilidade ao setor produtivo, como também estabeleceu um marco regulatório para a proteção dos seus recursos naturais e impulsionou a regularização fundiária de inúmeras unidades de conservação, seja federal ou estadual.

A questão ambiental, no afã de manter os recursos naturais e a biodiversidade para as futuras gerações, caso não seja aplicada a interpretação com parcimônia, razoabilidade e proporcionalidade, colocará em cheque o atual sistema econômico e social, podendo trazer consequências nefastas à balança comercial.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Com efeito, é chegada a hora de nos pronunciarmos, de estabelecermos as diretrizes, os limites e o alcance da proteção ambiental e do exercício das atividades utilizadoras os recursos naturais deste País. Nesse sentido, enfatizo aqui a importância da Câmara dos Deputados em votar o mais rápido possível o novo Código Florestal – já aprovado aqui no Senado Federal –, pois assim terminaremos com essa disputa ridícula que o Ibama promove no Brasil e principalmente no Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, eu gostaria que a Mesa encaminhasse este meu pronunciamento à Ministra do Meio Ambiente, a Srª Izabella, para que ela pudesse tomar conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – O requerimento de V. Exª será atendido na forma regimental, Senador Blairo Maggi, que,

aliás, traz uma preocupação extraordinária em relação a isso. Fica-se na torcida para que a Câmara dos Deputados se pronuncie nos próximos dias quanto à decisão do Código Florestal, já que o Senado falou sobre essa matéria.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Paulo Paim pelo tempo regimental.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Casildo Maldaner, que preside esta sessão, Senador Blairo Maggi, Senador Alvaro Dias. Primeiro, quero me dirigir ao Senador Alvaro Dias, para dizer que, nos dois temas que V. Ex^a tratou de forma indireta, mas da tribuna do plenário, nós estamos juntos.

Sobre a questão do Aerius, sem nenhuma dúvida, junto com a Senadora Ana Amélia, que aqui foi à tribuna, eu, V. Ex^a e outros Senadores já estivemos no Supremo Tribunal diversas vezes e também no Executivo, e inclusive aprovamos aqui no Senado, pelo menos na comissão em que V. Ex^a foi o relator, aquele projeto que apresentei que cria um conforto legal para que haja o acordo com o Executivo.

Com alegria também, eu vi agora V. Ex^a dar praticamente o parecer em plenário da PEC nº 5, que vai garantir aposentadoria especial para os servidores com invalidez. Confesso que recebi também das redes sociais inúmeros questionamentos. Um deles me perguntava se estava em boas mãos quando V. Ex^a foi indicado para relatar. Eu, de pronto, disse que sim, porque conheço as posições de V. Ex^a quanto a essa questão social. Antes mesmo que nós pudéssemos imaginar, V. Ex^a já anuncia aqui no plenário que o seu parecer é favorável, já está dado, e a matéria pode ser aprovada.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Senadores e Senadoras, quero também rapidamente aqui informar que, hoje pela manhã, tivemos audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, sobre a decisão de uma turma do Tribunal Regional do Trabalho de se poder usar a tal de lista do SPC e da Serasa para efeito de dificultar a contratação de trabalhadores.

Posso dizer, Senador Capiberibe, que, com alegria, está aqui conosco, mais uma vez participando do Plenário do Senado, que foi unânime entre todos os convidados a opinião de que não se pode, em hipótese alguma, utilizar uma lista que discrimina, que fortalece o preconceito principalmente em relação àqueles mais pobres, no caso ficando desempregados, sendo marginalizados do acesso ao trabalho por estarem com algum tipo de dívida junto ao Serviço de Proteção ao Crédito ou mesmo à Serasa.

Eu lembra lá e repito aqui que, inclusive, nós retirarmos um artigo da CLT por meio do projeto do Deputado Magela, que tivemos a honra de relatar aqui, numa das comissões, e o Presidente Lula sancionou. Previa o artigo que um banco poderia demitir por justa causa um funcionário que estivesse inadimplente.

Felizmente, pelo que percebi, é a decisão de uma turma. Outras três ou quatro turmas já têm posição diferente, e, no plenário, com certeza, a decisão final será favorável aos trabalhadores, contra essa discriminação que considero hedionda.

Inclusive, já aprovamos aqui no Senado um projeto nesse sentido de minha autoria que se encontra na Câmara dos Deputados.

Mas, enfim, Senador Casildo Maldaner, o meu pronunciamento no dia de hoje visa a fazer uma homenagem às mulheres, já que agora, no dia 8 de março, próxima quinta feira, é o Dia Internacional da Mulher. Estou me adiantando porque na quinta feira teremos uma sessão de homenagem e, de nossa parte, vamos dar preferência para que elas usem a tribuna durante todo o dia falando deste tema. Eu me submeto aqui numa posição digamos de antecipação, mas também de quem fica na retaguarda para defender este tema tão importante que elas, mulheres, defendem como ninguém.

Sr. Presidente, esta semana guarda um dia muito especial, o Dia Internacional das Mulheres, 8 de março.

Esse é um momento muito importante em nossa história, porque nos remete a refletir sobre fatos e seres humanos de grandeza ímpar, as mulheres.

Seres humanos que souberam cavar espaço, souberam agir com perseverança e garra. Enfim, as mulheres souberam e sabem, de fato, ir à luta para defender toda a humanidade.

A sociedade patriarcal brasileira sempre delegou poderes extremos aos homens e exigia das mulheres a dedicação ao lar e aos afazeres domésticos.

Mesmo depois da chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, quando as mulheres puderam então circular pelas ruas, comparecer a saraus, teatros e ópera, os padrões da época não foram abalados, e o preconceito continuou.

As mudanças foram trazidas e conquistadas com muita, muita luta. O espaço foi assegurado lentamente. As mulheres foram libertando suas vozes para que o mundo tomasse consciência da presença e da importância delas no contexto social, econômico e político.

Exemplos disso: Eugênia Moreira, primeira jornalista de que se tem notícia. Aos 16 anos, em 1914, escreveu artigos em jornais afirmando que “a mulher será livre somente no dia em que passar a escolher os seus representantes”. Outro exemplo magnífico:

Bertha Lutz. Sob sua liderança foi constituída no Rio de Janeiro, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

As mulheres foram, assim, ampliando seu espaço e conquistaram a condição de cidadãs plenas de direitos.

Em 1932 conquistaram o direito ao voto. Em 1934 aconteceu a primeira eleição em que as mulheres puderam efetivamente votar e ser votadas.

Foi eleita aí a Deputada Antonieta de Barros, uma mulher que acreditava na busca da independência feminina conquistada por meio do estudo. Ela foi a primeira mulher negra a exercer um cargo político no Brasil.

A luta prosseguiu, e as mulheres se fizeram vencedoras na rejeição das alegações baseadas na legítima defesa da honra masculina, em casos de assassinatos de mulheres. Elas venceram.

Buscaram também o direito de decidir sobre quando e quantos filhos queriam ter, e passaram da presença de apenas 25 mulheres na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, de que fiz parte, à garantia de uma quota mínima de 30% para as candidaturas de mulheres em todas as disputas proporcionais.

Veio o tempo de novas construções e novos pactos legais e justos. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, e os Conselhos Estaduais e Municipais foram o reconhecimento, por parte do Estado, da discriminação sofrida pelas mulheres e da necessidade de formular políticas públicas para alterar o quadro que se apresentava.

Sr. Presidente, a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, garantiu a igualdade entre homens e mulheres na sociedade e na família.

As mudanças foram vindo, foram vindo, e hoje, nós todos somos honrados com a presença de uma mulher à frente do comando do nosso País. Hoje podemos dizer que a comandante em chefe da Nação brasileira é uma mulher e se chama Dilma Rousseff.

Todos sabemos que ainda existem muitas barreiras a ultrapassar: a dupla jornada de trabalho, ou a tripla, como alguns dizem; as diferenças salariais praticadas nos vencimentos que homens e mulheres recebem; a dificuldade enfrentada pelas mulheres para acesso aos cargos mais importantes na escala do Executivo, do Legislativo e mesmo na área privada, nas forças militares e assim por diante.

Sr. Presidente, no final do ano passado, de 12 a 15 de dezembro, aconteceu aqui em Brasília a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Essa Conferência já é um marco na história da luta das mulheres brasileiras e, desde sua implantação, importantes conquistas foram alcançadas. Listo aqui o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Lei

Maria da Penha e a construção do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

As Conferências discutem e elaboram políticas públicas voltadas para a construção da igualdade, da autonomia e do pleno exercício da cidadania das mulheres no Brasil.

Os eixos principais são a análise da realidade brasileira e os desafios para a construção da igualdade de gênero na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, política e social, assim como cultural, tendo em vista a erradicação da pobreza extrema e o exercício da cidadania pelas mulheres brasileiras. Nós estamos avançando cada vez mais na luta pela independência total e política de igualdades para todas as mulheres.

Outros eixos: avaliação e atualização da execução e do impacto das ações e políticas expressas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e também definição de prioridades para o próximo período.

Vamos a alguns dados apresentados na Conferência que se realizou aqui em Brasília, como também nos Estados. Dizem os dados extraídos das Conferências:

No mundo do trabalho, por exemplo, a taxa de ocupação por sexo é de 76,6% de homens e 52,4% de mulheres; o rendimento médio por sexo é de R\$1.154,61 para homens e R\$759,47 para mulheres; a média de horas semanais gastas em "afazeres domésticos" por sexo é de 26,6 horas para as mulheres e de 10,5 horas para os homens;

No mundo da educação, cultura e comunicação, a taxa de analfabetismo por sexo, raça e cor é de 13,45% para homens negros, de 13,3% para mulheres negras, de 5,7% para homens brancos e de 6,2% para mulheres brancas.

Esses são apenas alguns dados que deixam clara a importância da luta permanente em relação ao preconceito que ainda existe, embora tenhamos avançado a partir de 1988, em relação às mulheres, na conquista de políticas de igualdade de direitos, mas também de oportunidades.

Sr. Presidente, esses são apenas alguns dados que evidenciam o que tem sido dito e lembrado, pois as mulheres ainda enfrentam muita, muita, muita desigualdade.

Se olharmos para a questão da violência, por exemplo, ela atinge mulheres dos mais diversos estratos sociais, em condições sociais e culturais distintas, mostrando que as possibilidades de construir uma vida sem violência dependem de mudanças profundas nas relações sociais em todos os âmbitos, inclusive no espiritual. Se não mudar a alma, se não mudar o coração, se não mudar a mente, a violência, infelizmente, vai continuando.

A verdade é, senhoras e senhores, que, de um tempo em que não tinham direito a manifestar sequer suas opiniões, em que os maridos eram determinados pelos pais e em que a escolha de seus representantes lhes era proibida, as mulheres partiram para as mudanças a que hoje assistimos, admirados e orgulhosos. Tornaram-se, cada vez mais, líderes, guerreiras em todas as áreas: indígenas, quilombolas, ciganas, executivas ou mesmo aqui, no Congresso Nacional - por que não lembrar mais uma vez? -, administradoras de empresas, ministras, presidentas, não só no Brasil, mas também no mundo. Passaram a criar programas para computador e a encontrar a cura de doenças. Engajaram-se na Marinha, na Aeronáutica, no Exército e na Segurança Pública, em todas as áreas. Médicas, arquitetas, engenheiras, mestres nas universidades, reitoras. Firmaram-se também - por que não dizer? - como grandes chefes de cozinha e também em profissões inusitadas, como motoristas de ônibus, metalúrgicas, pedreiras, caminhoneiras, trabalhadoras da construção civil, enfim, em todas as áreas. Eu não nego aqui a importância da capacidade da mulher como grande chefes de grandes restaurantes, não só no Brasil, mas também no mundo.

Vocês, minhas caras mulheres, estão vencendo as barreiras do preconceito, e tenho certeza de que irão vencer a barreira da violência também, que infelizmente ainda é tão forte - é da violência física que estou aqui falando - na nossa sociedade, o que é uma vergonha. É uma vergonha para toda a humanidade a violência a que ainda é submetida a mulher.

Enfim, com passos firmes e coração decidido, vocês têm seguido em frente, e os avanços haverão de continuar.

Cada bandeira que vocês defendem vira uma bandeira também, tenho certeza, de todos os homens de bem deste País. E eu tenho a liberdade de aqui dizer: caso sintam-se desanimadas, olhem para trás - e eu sei que vocês não estão desanimadas - e vejam quantos obstáculos vocês já derrubaram, o quanto já avançaram. Certamente coragem nunca há de lhes faltar!

Deixo aqui meu abraço afetuoso, sim, afetuoso e respeitoso, a todas vocês, mulheres do Brasil e do mundo, e um abraço muito especial àquelas que sofrem, com o coração apertado, e ainda sentem o medo da violência a que são submetidas pelos covardes que as agredem.

Deixaria aqui uma canção de que me lembro apenas uma parte, que diz que numa mulher a gente não bate nem com uma flor. Tem que saber entregar a flor na mão delas pela beleza da flor e pela beleza das mulheres.

Sr. Presidente, terminei dizendo que escrevi, há algum tempo - sou metido a escrever algumas poesias - , algumas frases homenageando as mulheres que vou repetir aqui.

Quem dera eu pudesse libertar a mente daque-las que sofreram com as amarras da violência. Se eu fosse um pássaro, trataria de, bem rápido, levar para longe todos seus sentimentos de dor, de agressão, de vergonha e de solidão e voltaria voando, voltaria rápido, muito rápido, mais rápido ainda, trazendo todo o amor que eu pudesse colher pelo caminho nesse retorno de volta à casa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Senador Paulo Paim, no início da sessão, V. Ex^a passou-me a Presidência porque precisava, logo depois, ocupar a tribuna. Sei que vários Senadores poderiam estar aqui neste momento, mas, como eu sou o próximo inscrito, peço poder devolver-lhe a Presidência dos trabalhos para fazer uso da tribuna.

Antes, porém, gostaria de cumprimentá-lo pela semana das mulheres, porque, no próximo dia 05, haverá uma sessão especial, e V. Ex^a vem, nesta segunda-feira, já antecipando a semana das mulheres. Então, a Mesa quer se associar a V. Ex^a pelo belo pronunciamento que faz, homenageando as mulheres brasileiras e, enfim, do mundo. As mulheres brasileiras estão cada vez subindo mais, galgando melhores decisões, colocando até os homens, muitas vezes, na cozinha. E acho que quanto a isso hoje não há distinção entre homens e mulheres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E também conheço V. Ex^a de vários afazeres. V. Ex^a é polivalente, principalmente na questão social, mas não sabia que era poeta também. Mais uma virtude que se descobre de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Metido. Dizem que o poeta é aquele que não tem receito de se submeter ao ridículo por aquilo que escreve. Sou um desses.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, o eminente Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu imaginava que eu seria o próximo orador

inscrito. Quero saber de V. Ex^a como está a minha ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Eu peço perdão a V. Ex^a, porque, pela ordem, na permuta – e a Mesa vem nos socorrer – que houve entre o Senador Paim e a Senadora Ana Amélia, o quadro ficou fora de ordem. V. Ex^a, sem dúvida, é o próximo inscrito. Peço perdão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço muito a V. Ex^a, querido Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Com a palavra o eminente Senador do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Casildo Maldaner, Presidente desta sessão, prezados Senadores aqui presentes, prezadas Senadoras, prezados telespectadores que nos honram assistindo, neste momento, à TV Senado, e os que nos ouvem pela Rádio Senado, serei breve, mas gostaria de fazer algumas reflexões sobre a proximidade dessa Conferência Internacional que será sediada pelo Brasil, denominada Rio+20, e as expectativas que temos em relação à mesma no plano internacional, e, sobretudo, debater e analisar um pouco os resultados que podemos ter para o que chamo de um legado nacional da Rio+20.

Eu tenho a honra de participar do grupo de trabalho designado pela Presidenta Dilma, representando o Senado Federal, juntamente com o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e com o Senador Cristovam Buarque, que é Presidente de duas subcomissões que tratam do tema, e tenho ficado preocupado em relação a algumas questões do ponto de vista internacional e o que podemos conquistar como um legado nacional.

A primeira inquietação que me move é se este conceito de economia verde não seria um rearranjo do capitalismo internacional, hoje, claro, preocupado com o esgotamento de uma série de recursos naturais, que demonstra a inviabilidade desse modelo e que estaria se reorganizando em torno de pressupostos econômicos como, por exemplo, trabalhar mais o desenvolvimento das energias renováveis sem modificar o modelo de concentração e de distribuição de renda que tem gerado muita pobreza no mundo.

Entendo que esse conceito de economia verde precisa ser aprofundado no âmbito do País. Há uma preocupação muito grande por entidades da sociedade civil do que significa esse termo, e disse outro dia, numa reunião da Comissão de Meio Ambiente, que, se perguntassemos aos Senadores ali presentes o

que entendem por economia verde, provavelmente, nós teríamos conceituações diferentes, feitas por cada Senador.

Entendo que deve ser uma preocupação do Brasil, como também dos países em desenvolvimento, não transformar a discussão de economia verde em modelos a serem impostos aos países em desenvolvimento, criando-lhes barreiras não tarifárias. Portanto, entendo que esse debate sobre economia verde precisa ser aprofundado no âmbito do Brasil, País que vem assumindo cada vez mais um protagonismo internacional nas questões do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Isso está explícito, está expresso na ascensão de brasileiros a cargos importantes no plano internacional, como agora, recentemente, a ascensão de Ex-Secretário de Meio Ambiente, Bráulio Dias, à Secretaria-Geral da Convenção sobre Biodiversidade; o fato de outro brasileiro, Benedito Braga, presidir agora o 6º Fórum Mundial da Água, com possibilidade de assumir a presidência do Conselho Mundial da Água; e o fato de termos um brasileiro, José Graziano, como Secretário-Geral da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

É importante para o Brasil que, ao final dessa conferência, nós tenhamos resultados expressivos no plano internacional, como o fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Sustentável, como a transformação do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em uma agência com maiores poderes, com poderes como outras agências da ONU têm, fazendo com que a questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável passe efetivamente a ser tratada como prioridade no âmbito da Organização das Nações Unidas.

Mas é claro que no ambiente de uma conferência como a que teremos no Rio de Janeiro, com encontros oficiais de chefes de estado, de chefes de nação, em que será realizada a Cúpula Mundial de Legisladores, com a expectativa de participação de mais de 300 legisladores de vários países do mundo discutindo a questão do meio ambiente, com o encontro de juristas, de juízes de todo o mundo também, com foco na questão ambiental e do desenvolvimento sustentável, teremos também a Cúpula dos Povos, que será o momento de reunião de diversas, talvez milhares de entidades representativas da sociedade civil de todo o mundo.

E penso no que poderia ser o legado interno para o Brasil da Rio +20, compreendendo que a Eco-92 trouxe contribuições importantes para o País, ao introduzir, além dos resultados expressivos que teve do ponto de vista internacional, com a convenção sobre o clima, convenção sobre a biodiversidade, convenção sobre desertificação, a Agenda 21, mas a incorporação do

conceito de desenvolvimento sustentável como algo extremamente importante.

Ouço o "Governador do desenvolvimento sustentável", nosso querido Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Meu caro Senador Rollemberg, eu compartilho da sua preocupação. V. Ex^a traz ao Plenário um tema que precisa ser discutido e debatido, até porque nós vamos sediar, agora em junho, uma conferência das Nações Unidas que, aliás, tem o nome diferente da Rio-92. A Rio era a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Agora é Conferência para o Desenvolvimento Sustentável, uma conferência que vai tratar, vai centrar, vai focar a possibilidade de uma nova economia dentro da situação hegemônica de mercado dos países industrializados, os países ricos. Eu acho que procede a preocupação de vir por aí mais uma maneira de controlar, de fato, nossas *commodities*, nossos produtos de exportação, estabelecendo limites e regras que nós, dificilmente, iremos cumprir. Eu acho que é preciso uma definição mais clara do que seja economia verde, e também colocar na mesa de discussão o que V. Ex^a levantou como sendo um pressuposto para as mudanças. Precisamos mudar o modelo de produção e de consumo. Não há a menor chance de o meio ambiente suportar a pressão exacerbada dos países, principalmente dos mais ricos, e, claro, em alguns casos, dos países em ascensão, que também seguem o mesmo modelo. Com o crescimento da China em 10%, não há planeta que suporte. Nos próximos anos, teremos a reprodução cada vez mais frequente das catástrofes provocadas por esse enorme desequilíbrio. Portanto, eu quero me juntar a esse debate. O Senado pode se tornar o centro desse grande debate sobre o modelo de desenvolvimento de que o Brasil precisa, que o Brasil pode e quer. O Brasil é uma potência ambiental com possibilidades muito amplas. Portanto, é fundamental nós brasileiros participarmos ativamente desse debate, em particular a Amazônia, os Senadores, os Governadores da Amazônia, e inclusive levar para a Rio+20 uma mostra do que foi feito na Amazônia até hoje, desde lá atrás, desde 92, nesses 20 anos, e projetar aquilo que nós queremos. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Capiberibe. Incorporo a contribuição de V. Ex^a ao meu pronunciamento. Entendo, Senador Capiberibe, que existem alguns pontos que têm que ser necessariamente motivo de uma agenda de debates, de discussão e, se possível, de convergência nacional, ao tratar de desenvolvimento sustentável.

Vou aqui elencar alguns temas, como a questão da água, dos alimentos, da energia, da biodiversidade associada à biotecnologia, da democracia, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico. Em relação à questão da água, todos sabem que temos uma posição privilegiada, Sr. Presidente. O Brasil dispõe de 12% da água superficial do Planeta, embora essa água esteja mal distribuída. Nós avançamos muito no País nos últimos anos, do ponto de vista da legislação, com a aprovação de uma lei que torna as bacias hidrográficas unidades de planejamento e institui os Comitês de Bacias Hidrográficas.

É claro que temos muito que avançar na implementação desses comitês, no fortalecimento desses comitês, que preveem a participação da sociedade civil nas decisões a serem tomadas pelo Poder Público naquelas bacias hidrográficas. E é claro que temos que combater, no Brasil, a cultura do desperdício. Talvez porque tenhamos abundância de água, ainda temos, infelizmente, uma cultura de desperdício.

Mas toda vez em que se fala, no Congresso Nacional, de um grande programa, um grande projeto de pagamento por serviços ambientais, vem a pergunta: de onde sairão os recursos? Entendo que esse é um primeiro ponto que precisa ser abordado já, desde agora, pelo Congresso Nacional, e nós vamos levar esse debate à Comissão de Meio Ambiente.

No final de 2014, expiram diversos contratos de concessão de usinas, de empresas de energia elétrica no Brasil. Tanto na produção como na transmissão e na distribuição. E na composição do preço, da tarifa da energia elétrica, no Brasil, grande parte é em função da amortização dos investimentos que foram realizados para a construção da usina e para a construção das linhas de transmissão, investimentos esses que já foram amortizados ao longo do tempo, o que permitirá ao Brasil fazer uma redução muito expressiva das tarifas de energia elétrica.

Há dados divergentes sobre os valores, mas o setor produtivo estima até que possamos estar falando em algo em torno de R\$30 bilhões por ano. E aí, considerando esse valor, eu faço um exercício para dizer que se nós tirarmos 1% desse valor para um fundo que financie o pagamento por serviços ambientais, estaremos falando em algo em torno de R\$300 milhões por ano para um grande programa de pagamento por serviços ambientais, por exemplo, para recuperar as áreas de preservação permanente ripárias, garantindo a qualidade e a quantidade de água. Até porque tenho convicção de que vamos precisar de estímulos, especialmente para que o pequeno produtor rural recupere suas áreas de preservação permanente. Esse

é um tema que o Brasil tem que discutir e no qual tem que buscar convergência.

Outro tema a que quero me referir é a produção de alimentos. O Brasil é um grande produtor de alimentos, tem grande vocação para produzir alimentos, e isso é importante do ponto de vista da segurança alimentar nacional. Mas, hoje, é importante registrar que temos uma agricultura extremamente dependente do exterior. É uma questão de segurança, é uma questão de soberania investir em desenvolvimento científico e tecnológico que retire a nossa dependência desse modelo e de pouquíssimas corporações internacionais. Hoje, por exemplo, um país grande produtor de grãos como é o Brasil depende de sete ou oito grandes corporações, poderosas corporações, que são as produtoras de sementes no mundo. O Brasil não pode manter essa dependência.

Por outro lado, temos ainda uma agricultura extremamente dependente da fórmula nitrogênio/fósforo/potássio importada de outros países, quando temos que buscar outros mecanismos de enriquecimento de solo e também outros mecanismos de produzir esses insumos e essas sementes aqui no Brasil. E é claro que não nos interessa ser um mero exportador de matéria-prima, um mero produtor e exportador de alimentos. Queremos fazer o beneficiamento disso aqui, podemos ter uma grande agroindústria brasileira, cada vez maior, se fizermos investimentos significativos e entendermos a questão como estratégica para o País. Entendo que isso deve fazer parte de uma agenda nacional.

Outra questão que coloco, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é a questão energética. O Brasil tem o privilégio de ter uma matriz energética extremamente diversificada. Temos o pré-sal, temos a possibilidade da agroenergia, a que me refiro como o pré-sal verde, uma grande oportunidade de sermos produtores de agroenergia, seja através do biodiesel, seja através do etanol, seja através da biomassa. Nós temos um grande potencial hidrelétrico e grande tecnologia, um grande conhecimento tecnológico acumulado na construção de hidrelétricas. Nós temos a possibilidade de energia nuclear, nós temos a possibilidade de energia eólica, temos a possibilidade de energia solar.

Enfim, temos um espectro muito amplo e precisamos identificar, em períodos de tempo, quais são as prioridades que o Brasil deve alimentar para garantir e sustentar o crescimento dentro da perspectiva de que é necessário produzir o desenvolvimento econômico para reduzir a pobreza, combater a pobreza e fazer com que grandes contingentes populacionais saiam da condição de pobreza e possam viver, usufruindo de uma qualidade de vida melhor. Para isso, é importante garantir que todas as formas de energia necessárias

neste momento, mas que possam causar impactos ambientais, seja porque alagam grandes áreas de floresta, seja porque emitem gases de efeito estufa, que possamos fazer com que parte considerável dos recursos obtidos com a utilização dessa energia, seja voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional para o desenvolvimento de outras energias – energias mais apropriadas, energias renováveis – e até de outras energias que ainda não são consideradas economicamente, mas que poderão ser as energias do futuro, como, por exemplo, a energia que tem como base o hidrogênio. Esse é um outro debate importante.

Por outro lado, não podemos, como disse o Senador Capiberibe, menosprezar a capacidade que o Brasil tem de ser um dos grandes países que detém uma das maiores biodiversidades do Planeta: está ali o Senador Capiberibe, representante da Amazônia brasileira; está ali o Senador Alvaro Dias, representante da Mata Atlântica brasileira; e aqui fala um Senador do Distrito Federal, que está localizado no bioma Cerrado, que tem também uma das maiores biodiversidades do Planeta.

É fundamental que, nessa agenda de convergência nacional, nós possamos investir pesadamente no desenvolvimento científico na área de biotecnologia, na área de nanotecnologia, para utilizar toda essa biodiversidade na produção de riquezas, riquezas que possam ser distribuídas para o conjunto da população brasileira. Esta é uma questão fundamental: o Brasil está perdendo grande parte da sua biodiversidade, antes de conhecê-la profundamente e antes de desenvolver conhecimento capaz de transformar essa biodiversidade em riqueza para o conjunto da população brasileira. E entendo que essa seja uma agenda de interesse de todos, até porque, como ouvi uma vez do pesquisador da Embrapa, hoje Secretário do Meio Ambiente, Eduardo Assad, o Cerrado é o maior laboratório de genes do mundo, porque, num ambiente de aquecimento global, é onde temos – aqui no Cerrado – plantas adaptadas há milhões de anos a grandes períodos de estiagem, a grandes mudanças de temperatura. Pode estar nos genes de algumas dessas plantas a solução para que, no futuro, tenhamos o milho adaptado a essa região, o feijão adaptado a essa região, o arroz adaptado a essa região. Essa é uma agenda de interesse nacional.

E diria que, em relação a outros países, Senador Casildo, o Brasil ainda dispõe de outra vantagem: a de que vivemos em uma democracia. Em relação a outros países do Brics, por exemplo, é uma vantagem comparativa do Brasil. A democracia se transformou num valor fundamental, num valor inegociável do povo brasileiro, o que faz com que todos os setores tenham que ser necessariamente ouvidos e respeitados na

construção desse grande ambiente de convergência nacional. Para isso, é claro que temos dois instrumentos que são indispensáveis. Ou seja, fazer com que o Brasil tenha direito não apenas à educação. Conseguimos, com o esforço de vários governos – iniciado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, aprofundado no governo do Presidente Lula e continuado no Governo da Presidenta Dilma –, praticamente universalizar o acesso à educação. O grande desafio é garantir educação de qualidade, fazer com que realmente, através da educação, possamos criar novos parâmetros, novos paradigmas para o desenvolvimento nacional.

É claro que essa agenda só se realizará, efetivamente, com investimentos significativos e com investimentos regulares em ciência, tecnologia e inovação. Um país com as características do Brasil, com esse enorme potencial no que se refere a água, energia e alimentos, que tem ainda uma matriz industrial diversificada, não pode prescindir de um grande programa, de um esforço nacional em que efetivamente as áreas de ciência, tecnologia e inovação se tornem prioridade nacional, com os recursos necessários, com os recursos significativos, com recursos regulares, a fim de avançar no conhecimento sobre esses temas, desenvolver novas tecnologias em relação à utilização mais adequada da água, ao reuso da água, ao desenvolvimento de novas energias, ao avanço da produção sustentável de alimentos, ao conhecimento da nossa biodiversidade, enfim, dentro desse grande esforço de convergência nacional.

Tenho muita esperança, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, de que conseguiremos avançar nesse sentido, da mesma forma que avançamos na Rio-92, naquela ocasião, quando o Brasil passou a considerar o conceito de desenvolvimento sustentável; que consigamos avançar mais ainda, com a participação da sociedade civil, com a sensibilização dos governos, com a sensibilização do Parlamento Nacional e dos Parlamentos Estaduais, no sentido de inaugurar o novo momento, aproveitando todas as oportunidades para o desenvolvimento brasileiro, sendo que seja feito de forma sustentável.

Tenho a convicção, que hoje é unanimidade nacional, de que temos que enfrentar a pobreza. Todos concordam com o lema escolhido pela Presidenta Dilma para o seu Governo: país rico é país sem miséria, é país sem pobreza. Precisamos fazer esse grande esforço de convergência. Para superar a pobreza, para superar a miséria, que se faça de forma sustentável.

Era o registro que gostaria de fazer na tarde de hoje, agradecendo a V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Sem dúvida alguma, Senador Rodrigo Rollemberg, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, é quem tem toda autoridade para diligenciar e trabalhar nessa direção, indo inclusive ao encontro do que disse o Senador Capiberibe, chegando agora à Conferência Rio+20. Eu, uma época, não entendia direito Rio+20, por que isso. É que o primeiro encontro foi em 1992; de 1992 para 2012, são vinte anos. Então, no passado, foi a Rio 92 e, agora, é a Rio+20, para fechar uma vintena; são vinte anos de um debate extraordinário sobre o meio ambiente, para que não dependamos tanto de alguns grupos, principalmente em relação às nossas matérias-primas.

Na sequência, nós temos inscrito o eminente Senador Aníbal Diniz. Aí, sendo sim, ao fazer a permuta, eu seria o próximo a falar. V. Ex^a vai fazer a permuta com o Senador Capiberibe ou com o Senador Alvaro Dias? (Pausa.)

Posso até permitar com V. Ex^a, mas eu seria o próximo. Se V. Ex^a ou alguém quiser presidir a Mesa, ou se V. Ex^a quiser falar antes, não há problema.

O Senador Capiberibe e o Senador Alvaro Dias também estão inscritos. São vários Senadores. Então, eu convido V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, como está ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Hoje, homenageamos o Acre, no centenário do Barão do Rio Branco.

Na ordem de inscrição, Senador Capiberibe, depois de nossa parte, está, pela ordem, V. Ex^a. (Pausa.)

O Sr. Casildo Maldaner, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aníbal Diniz, como dizia antes, festejou-se hoje ou festeja-se agora – e até houve uma sessão solene, no Senado Federal, uma homenagem –, o centenário da morte do Barão de Rio Branco.

A capital do Acre, Rio Branco, tem este nome como homenagem ao Barão do Rio Branco, a esse diplomata tão extraordinário que ajudou a intermediar à época a terra de V. Ex^a, o Acre, que pertenceu à Bolívia, a fim de que ficasse com o Brasil. Então, em homenagem a esse diplomata, a Rio Branco, que é tão conhecido no Brasil inteiro, em nossos bancos esco-

lares, leva o nome da capital do Acre. Quero cumprimentar o Acre, cumprimentar, enfim, V. Ex^{as}s.

Sr. Presidente, nobres Colegas, no próximo dia 7 de outubro, mais de 130 milhões de brasileiros vão às urnas para escolher seus representantes para os Poderes Executivo e Legislativo, em 5.565 Municípios de todo Brasil.

Tomando como base as eleições de 2008, mais de 345 mil candidatos devem disputar cerca de 57.500 vagas para prefeito e vereador. Levando-se em conta as dimensões desses números e as características geográficas deste nosso país continental, trata-se de uma empreitada complexa, que dá provas do amadurecimento do processo democrático brasileiro.

As eleições municipais, na verdade, são aquelas em que a comunidade local se reúne. É esta que vai procurar ver quem serão seus gestores, desde os vereadores que são da sua rua, do seu bairro, da sua comunidade, e do gestor municipal do seu município, onde as coisas acontecem, onde se realizam no dia a dia, onde as questões todas mais diversificadas desembocam para buscarem soluções. E a comunidade quer essas respostas, onde o prefeito e o vereador estão diuturnamente junto com a comunidade; quer mesmo nos fins de semana, fora de hora, não tem como sair... É isso, o cara tem que ser polivalente, está vivendo o dia a dia da sua comunidade. Por isso a importância de um pleito como esse.

Na última semana, o Tribunal Superior Eleitoral trouxe uma novidade que, juntamente com a aplicação da Lei da Ficha Limpa, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, trará repercussões aos eleitores, aos cidadãos e à atividade política.

De acordo com a resolução aprovada pelo TSE, da última semana inclusive, os candidatos que não tiveram suas contas aprovadas nas eleições de 2010 não poderão concorrer este ano. Estão impedidos de obter a certidão de quitação eleitoral e, consequentemente, o registro da candidatura.

Até então, bastava ao candidato apresentar sua prestação de contas para obter a certidão de quitação eleitoral, sem a necessidade de sua aprovação. De acordo com o entendimento, aprovado pela Corte, não se pode considerar quite com a Justiça aquele candidato que teve suas contas reprovadas.

A decisão do Tribunal alcança automaticamente os candidatos da eleição de 2010, mas pode retroceder ainda mais – os casos serão estudados individualmente. Estimativas dão conta de que mais de 21 mil candidatos encontram-se nessa situação. O que exige atenção da Corte no sentido de não cometermos injustiças, bem como de darmos celeridade no julgamento dos processos que tramitam na Justiça Eleitoral.

Aí, não há a menor dúvida, a Justiça Eleitoral vai ter de arregaçar as mangas – estão chegando as convenções, elas devem ser realizadas até junho ou julho, e as pessoas, para saber se podem ou se não podem... Tanto quanto possível, elas terão que arregaçar as mangas para poderem decidir, porventura dúvidas, que dependam ainda de um julgamento seletivo, venham a acontecer.

Ademais, há pouco menos de três semanas, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, tornando inelegíveis aqueles que tiveram uma condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado.

Essas decisões, nobres Colegas, nada mais são do que a materialização, por parte do Judiciário, dos anseios da sociedade, do incessante clamor por transparência e ética, pelo aprimoramento da atividade política e, por que não dizer, dos políticos.

A coisa vai peneirando cada vez mais, vai-se apertando o cerco e a transparência vai se aproximando todo dia, a cada eleição. E, pelo que vemos, nesta próxima eleição, nós teremos mais clarividência ainda.

São mecanismos poderosos e de vital importância, mas que devem ainda ser ampliados. E o Poder Legislativo não pode se imiscuir neste momento, sob pena de carregar eternamente a pecha de corporativista e omisso. Por isso, o Poder Legislativo não pode imiscuir-se.

Devemos, por exemplo, ampliar a Lei da Ficha Limpa para o exercício de toda e qualquer função pública. Secretários Estaduais, Municipais, servidores, sejam concursados ou comissionados, qualquer cidadão que tenha a nobre missão de trabalhar com recursos públicos em prol da sociedade, devem apresentar idoneidade condizente com tamanha responsabilidade.

Alguns Estados já possuem normativos dessa ordem. Cito, em especial, o meu Estado de Santa Catarina. Aguardamos o mesmo do Governo Federal.

Outrossim, é necessário avaliar a atual legislação referente aos crimes de malversação de recursos públicos e de todos os seus correlatos. São atos que provocam consequências nefastas na sociedade – cada real desviado ou mal aplicado faz falta aos nossos hospitais e escolas –, configurando-se em verdadeiros crimes de lesa-pátria. Precisamos de leis que permitam tramitação mais célere no julgamento desses delitos, bem como sanções ainda mais duras, proporcionais aos malefícios causados à Nação.

Por isso, a extensão: para serem candidatos, não só os que já exerceram poderes eletivos ou que têm algumas coisas por serem decididas, mas, mesmo os que estão no Governo Federal, em todos os setores, para disputarem, concursados ou não, cargos comissio-

nados, para disputarem eleições, naturalmente, devem também passar por esse crivo. Isso é salutar ao País. Mesmo para desempenhar funções comissionadas no Brasil, em todas as categorias. Acho que, se passarmos por isso, nós teremos, cada vez mais, melhores transparências.

E, igualmente, são precisos mecanismos para que o Poder Judiciário possa dirimir esses delitos, para que não haja um acúmulo e isso não venha a retardar a que, porventura, possíveis candidatos saibam se podem ou não podem, ou, se têm alguma coisa, alguma demanda tramitando no Poder Judiciário, para que haja algum deferimento, alguma finalização, haja o julgamento, para que não parem as dúvidas e possa haver decisões. Com isso, naturalmente, os processos que são acumulados no Poder Judiciário hoje no Brasil, pelo menos nessa parte da questão eleitoral, terão mais celeridade, o que virá a desafogar, inclusive, milhares de processos que estão em andamento.

Acho que é preciso um mutirão nessa linha, sem cercear o direito de defesa de ambas as partes, de quem quer que seja, mas precisamos encontrar mecanismos para podermos avançar nessa tese, nesses casos.

Cabe destacar, nobre Presidente e caros Colegas, que o Poder Judiciário tem dado sucessivas mostras de sua importância e elevado senso de responsabilidade e compromisso público, como é o caso da Ficha Limpa e a Resolução do TSE, já citados, são exemplos claros justamente por isso. É impreterível ampliar as instâncias fiscalizadoras, assim como garantir as sanções combatíveis aos eventuais desvios, preservando a ilibada reputação do Judiciário e da maioria absoluta de nossos magistrados.

Concomitantemente, não é possível adiarmos a discussão e a votação da Reforma Política que tramita nesta Casa, adequando as práticas políticas e eleitorais às necessidades de um novo Brasil que se redesenha à frente aos nossos olhos; o conjunto dessas transformações construirá o sólido e imprescindível alicerce sobre o qual se ergue uma Nação em contínuo desenvolvimento, não apenas econômico, mas de cidadania e inclusão plena.

Eram essas, nobre Presidente e caros Colegas, as observações e as considerações que eu gostaria de fazer, na tarde de hoje, trazendo ao Plenário e aos Colegas, porque, sem dúvida nenhuma, a repercussão que está tendo e trará ainda ao Brasil em função das eleições municipais que acontecerão este ano, no que tange a eleição dos nossos prefeitos e vereadores em mais de 5.500 Municípios brasileiros, é de uma importância ímpar. E só assim nós vamos avançando cada vez mais nas transparências e na extensão disso também para outras funções do Poder Executivo Fe-

deral; para aqueles que queiram participar dos pleitos ou exercer funções públicas, que tenham também esses passaportes que trago à transparência, que trago aqui sobre a ética, porque isso, sem dúvida alguma, é um avanço que o Brasil espera e que nós esperamos alcançar cada vez mais.

São as conclusões e as considerações que eu gostaria de trazer, na tarde de hoje, Sr. Presidente e prezados Colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

E agora, com a palavra, como orador inscrito, o Senador João Capiberibe, do Amapá.

Logo em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, uma vez mais trago a este Plenário uma questão que nos preocupa, que preocupa o povo do Amapá e, consequentemente, a sociedade brasileira. Até porque, quando um Estado vai mal, quando há má condução, má gestão de um ente público, quem paga são todos os brasileiros, que o sustentam, apesar da carga tributária, e o prejuízo é de todos. Uma vez mais, refiro-me ao caso da Companhia de Eletricidade do Estado do Amapá.

Desde janeiro de 2011, quando tomou posse, o novo Governo do Amapá trava uma luta para colocar nos trilhos a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), dilapidada por má gestão e malversação, entre 2002 e 2010.

Nos anos 80/90, tal descalabro já havia ocorrido – na verdade, é recorrente. Por isso, antes de tudo é preciso reavivar a memória e lembrar que, quando assumi o governo do Amapá, em 1995, a Companhia de Eletricidade, a CEA, era uma empresa desorganizada, inadimplente, desacreditada, sucateada e à beira da falência. A distribuição de energia, 24 horas, estava concentrada apenas nas áreas urbanas dos Municípios de Macapá, Santana, Mazagão, Porto Grande, Serra do Navio e Ferreira Gomes. Não atingia 50% dos Municípios do Estado.

O caos era tão grande que, em Macapá, bairros como Zerão, Novo Horizonte e Brasil Novo não contavam com rede de distribuição.

O entorno da capital e seus distritos, como Ariri, Campina Grande, Maruanum e Igarapé do Lago, dispunham, quando muito, de um precário gerador que fornecia entre três e seis horas de energia elétrica por dia.

Laranjal do Jari, terceira cidade mais importante do Estado, e Oiapoque, cidade que faz fronteira com a Guiana Francesa, com o departamento francês da Guiana, dispunham de doze horas de luz por dia, quan-

do não escasseava o óleo diesel. Nas residências, não havia medidores de consumo, ou seja, a companhia não sabia o que vendia e a manutenção da rede era inexistente.

Em 1995, o governo do Estado iniciou um intenso programa de recuperação da CEA. Sete anos depois, dobrou-se a rede de distribuição urbana e rural, estendendo-a de 1.465km – que havia sido construída ao longo de toda a história do Estado – para 2.998km. Tamanho era o déficit, que esta ampliação se configurou na maior instalação da história do Amapá.

Na contramão desse esforço, o Governo Federal apertou o cerco, fechando todas as fontes de financiamento, na tentativa de estrangular e privatizar a CEA. Reagimos, retendo alguns créditos devidos à Eletronorte correspondentes a alguns meses dos anos de 1996, 1997 e 1998. Esse dinheiro foi integralmente aplicado na capitalização da empresa, o que lhe permitiu recuperar seu equilíbrio financeiro. A partir de 1999, a CEA passou a honrar rigorosamente seus compromissos com a Eletronorte. A companhia tentou negociar a dívida remanescente de 1993 a 2002, cujo valor principal, conforme relatório da Eletronorte de 30 de novembro de 2011, sem considerar juros e multa – até porque há dúvidas quanto à legalidade das multas entre entes públicos, aliás, não há dúvida, o Tribunal de Contas da União já definiu que não pode um ente público multar outro ente público –, atingiu R\$60 milhões, de 1993 a 2003 – valor principal corrigido –, sendo que, desse montante, R\$29 milhões correspondem a 2002, quando eu já havia deixado o governo. Eu deixei o governo no dia 5 de abril de 2002 para me candidatar ao Senado.

Mas, por questão política, não foi possível concluir a negociação da dívida antes do fim do meu mandato, porque a Eletronorte, seguindo orientação do Governo Federal em favor da privatização da Companhia, impôs juros escorchantes e multas abusivas, emperrando a negociação.

Apesar de tudo isso, a CEA deu um salto histórico. Segundo declaração da então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, nossa Presidenta, em reunião liderada pelo Presidente Lula em maio de 2003, no Acre, o Amapá era o Estado com o maior índice de pessoas atendidas com energia elétrica 24h na região Norte.

Apesar do crescimento da rede, com a mudança de gestão de governo, em abril de 2002, todo o esforço de recuperação financeira da CEA foi para o ralo.

Em 2006, a dívida, cujo principal, em 2002, era de R\$60 milhões, aumentou para R\$170 milhões, e a qualidade dos serviços caiu exponencialmente. Na capital e no interior, reviviam-se os apagões constantes, como acontecera no início dos anos 90.

Com a volta do caos, a Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, iniciou o monitoramento da CEA, exigindo publicamente providências. Como elas não foram tomadas, a agência anunciou a caducidade da concessão em 2006. Pela primeira vez na história do País, uma empresa concessionária de energia elétrica teve a sua concessão cassada por incompetência e desmandos administrativos.

Em 2009, o valor principal da dívida da CEA com a Eletronorte ultrapassou a cifra de R\$430 milhões. Nesse momento, o Governo Federal – por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), do Ministério de Minas e Energia (MME) e das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte) – reuniu-se com o Governo do Amapá para elaborar um plano de federalização da CEA.

Infelizmente, nada se concretizou. A CEA afundou ainda mais, aumentando a sua já milionária dívida com a Eletronorte. Os números, diz o dito popular, não mentem jamais. Assim, o valor principal da dívida, quer dizer, sem os juros e as multas abusivas, que era de R\$60 milhões no final de 2002, alcançou o valor astronômico de R\$607 milhões em novembro de 2011, conforme relatório da Eletronorte.

Hoje, o Governo do Amapá voltou a estabelecer um plano de metas para colocar a CEA no trilho certo. Mesmo estrangulada pela tarifa ao consumidor, congelada há oito anos, a CEA vem, a duras penas, retomando os pagamentos às geradoras de energia: Eletronorte, Soenergy e Agreko Energia, e fez um programa de enxugamento dos custos fixos, cujo resultado é uma economia de quase R\$3 milhões mensais, além de um forte crescimento na receita, que, de R\$164 milhões, em 2010, saltou para R\$196 milhões em 2011.

Apesar desse esforço claro do Governo do Estado em sanar os enormes problemas acumulados pela companhia, o Ministério de Minas e Energia recuou da proposta de federalização e acenou com a caducidade da empresa ou um empréstimo de R\$1,6 bilhão para pagar a dívida, que, no limite, seria paga pelo contribuinte brasileiro.

Uma atitude, no mínimo, estranha, pois o MME federalizou outras empresas estaduais de distribuição de energia elétrica, como a Manaus Energia (Amazonas), a Boa Vista Energia (Roraima), a Ceron (Rondônia), a Eletroacre (Acre), terra do nosso Presidente, a Ceal (Alagoas) e a Cepisa (Piauí).

Vale lembrar que o argumento oficial usado para a federalização destas empresas foi o de que a demanda de energia no Norte e no Nordeste tem sido superior à média nacional. Por isso, saneadas e recebendo novos investimentos, elas podem apresentar bons resultados

no longo prazo. Lembro ainda que a federalização no setor energético é regida pela Lei 9.619/98, em pleno vigor, a qual autoriza a Eletrobras a adquirir ações destas empresas, custeadas pela RGR (Reserva Global de Reversão), encargo criado em 1957 para cobrir indemnizações a empresas estatais ou privadas em caso de reversões à União de concessões de energia elétrica.

Acabo de ver que a Celpa, no Pará, está em crise e está recorrendo a esse fundo. E já é privatizada.

Tais processos chegaram a consumir cerca de R\$30 bilhões da referida reserva, que acaba de ser prorrogada por mais 25 anos, através da MP nº 517, de 30/12/2010.

Por que, então, não usar o mesmo argumento para federalizar a CEA?

É injusto que ao Amapá seja dado um tratamento diferente daquele dado a outros Estados. É preciso manter o pacto federativo e o tratamento isonômico entre os entes.

É por isso que o Governo do Amapá e a bancada federal não aceitaram as alternativas propostas pelo MME e insistem na federalização. Entendemos que não seria justo penalizar o Governo do Estado e o povo do Amapá pelos desmandos de dirigentes irresponsáveis, contraindo um empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para pagar a dívida com a Eletronorte. O valor do empréstimo é mais da metade do orçamento anual do Amapá, o que comprometeria a capacidade de endividamento e de investimento do Estado.

A resistência do Governo estadual e da bancada deu certo, e o Ministério de Minas e Energia recuou. Em reunião antes do Carnaval, o Ministério aceitou a reabertura da negociação para a federalização da CEA, que se arrasta desde 2009.

Ao que parece, finalmente o pacto federativo e o tratamento isonômico vão prevalecer no caso da Companhia de Eletricidade do Amapá.

Sr. Presidente, aproveito para agradecer a gentileza do Ministro Lobão de ter nos recebido e de ter acenado com essa nova possibilidade de negociação. O que queremos é apenas um tratamento justo. Precisamos resolver com urgência, até porque são oito anos de tarifa congelada. E, a cada dia que passa, ampliam-se os prejuízos da companhia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Capiberibe.

Agora, com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Aníbal Diniz, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, mais uma vez, quero destacar

que já protocolei perante a Comissão de Constituição e Justiça o relatório com parecer favorável à PEC nº 5/2012, que teve origem na PEC 270, da Deputada Andreia Zito, do PSDB, do Rio de Janeiro.

Essa PEC, aprovada pela Câmara dos Deputados, pretende corrigir uma injustiça remanescente da Emenda Constitucional nº 41, que oferece tratamento diferenciado entre o aposentado saudável e aquele que se aposentou por invalidez, uma injustiça remanescente de um esforço do Legislativo para oferecer justiça aos aposentados do serviço público. É uma afronta ao princípio da isonomia, incompreensível. Por isso espero que, tanto na Comissão de Constituição e Justiça como neste plenário, os Senadores de todos os partidos, da Oposição e do Governo, possam, com celeridade, aprova-la para reparar essa injustiça que já tem mais de sete anos. Esses aposentados, com justificada razão, pedem celeridade, e nós temos que dar respostas celeremente.

Por isso, recebemos na semana e hoje encaminhamos à Comissão de Constituição e Justiça o nosso parecer favorável, estabelecendo paridade entre todos os aposentados do serviço público e estabelecendo para esses aposentados por invalidez a aposentadoria integral.

Sr. Presidente, hoje pretendo abordar outra questão em razão das indagações que são feitas *pari passu*.

Nos últimos dias, neste final de semana e hoje, jornalistas indagam sobre o pronunciamento do Secretário-Geral da Fifa, Sr. Jérôme Valcke.

Não fosse um desrespeito ao Brasil a expressão por ele utilizada, não fosse uma afronta à dignidade nacional quando ele se refere a chute, eu gostaria até de emprestar a ele a chuteira que eu já dependurei há algum tempo, porque, evidentemente, não fosse o desrespeito, nós teríamos que apoiá-lo relativamente ao que diz. A sua cobrança se justifica, não nos temos em que é colocada. Creio que, independentemente de posicionamento de natureza político-partidária, nós devemos sempre preservar a grandeza nacional, a autonomia do nosso País, a nossa soberania e, sobretudo, a nossa dignidade, o que resta de dignidade a este País.

O Sr. Jérôme cobra que a preparação do nosso País para a Copa do Mundo segue num ritmo que a entidade não julga adequado. E nesta última sexta-feira ele cobrou os atrasos do cronograma das obras dos estádios, do sistema hoteleiro e de transportes.

É evidente que tem razão. O que nós estamos constatando no Brasil é a incompetência, a desorganização, a anarquia, o desapreço à ética, a irresponsabilidade pública. O que nós não sabemos exatamente é o que se assumiu de compromisso junto à Fifa para

que o nosso País sedeasse a Copa do Mundo de 2014. Que preço se prometeu pagaríamos para que essa Copa se realizasse aqui? Não houve transparência, só se fez o espetáculo do anúncio, mas o Brasil não foi informado devidamente, pontualmente, sobre as responsabilidades assumidas pelo então Presidente Lula.

O que se discute hoje no Brasil como se fosse o mais importante é a chamada Lei Geral da Copa. Mas, o que se debate quando se fala em Lei Geral da Copa? O que se discute, sobretudo na imprensa, é se não podemos tomar cachaça ou cerveja nos estádios de futebol durante a realização da Copa do Mundo. Enquanto nós discutimos a cachaça e a cerveja, bilhões são desviados. Fica a impressão até de que o que se deseja é utilizar a Lei Geral da Copa para mudar o foco. Enquanto se discute e se oferece espaço a esse debate sobre a Lei Geral da Copa, nós estamos verificando que os estádios são superfaturados, os recursos são públicos, as grandes empresas, as empreiteiras de obras públicas são privilegiadas com taxas de juros subsidiadas pelo trabalhador brasileiro, através de recursos que têm origem no FAT e no BNDES, com transferências generosas do Tesouro Nacional para o BNDES. Dinheiro público na execução de obras privadas, com o povo brasileiro subsidiando.

Vou ler apenas alguns dados para consolidar o entendimento de que estamos muito atrasados. O Secretário-Geral da Fifa diz que não entende por que as coisas não estão se movendo, os estádios não estão dentro do cronograma e por que tantas coisas estão atrasadas. Na verdade, o Governo brasileiro não se dá ao respeito. Por isso, é ofendido; por isso, é agredido; por isso, é humilhado; por isso, há esse descaso da Fifa, uma entidade internacional, evidentemente de conceito, mas que não tem o direito de estar confrontando um governo de um país como o nosso. Mas o Governo brasileiro não se impõe. Recentemente, a Presidente Dilma, quando esteve na Suíça, se reuniu com o segundo escalão da Fifa. Obviamente, isso é emblemático.

Em vez de encaminhar o Ministro do Esporte para essa reunião, talvez porque naquele momento o Ministro estava sendo alvejado por denúncias, a Presidente, ela própria, se sujeitou a se reunir com esse senhor Secretário-Geral da Fifa. É evidente que esse fato coloca o Brasil no chão. É um País que se humilha, que dá o direito a alguém que não tem, evidentemente, esse *status* todo, de nos agredir dessa forma.

Os entraves à preparação da Copa são eminentemente gerenciais. Vale ressaltar que, segundo o Tribunal de Contas, o custo estimado de todas as obras da Copa está na casa de R\$25 bilhões, sendo apenas 8,8% de capital privado, repito: 8% de capital privado.

E diziam, quando anunciaram a Copa do Mundo no Brasil: esta é a Copa da iniciativa privada; não vamos colocar dinheiro público. Palavras ao vento.

Para nós que estamos aqui fazendo oposição, cumprindo o nosso dever, não é mais novidade. O que este Governo fala não se escreve. O que as autoridades públicas constituídas atualmente no Executivo nacional, o que essas autoridades falam não se escreve.

O último atraso divulgado diz respeito a adequação e reformas em sete portos do País orçadas em aproximadamente R\$900 milhões. Faltando pouco mais de dois anos para o mundial, seis dessas obras ainda nem começaram. E quando nós falamos em portos, é bom destacar aqui, recentemente, quando se fez o ranking dos portos em vinte países, os do Brasil ficaram exatamente em vigésimo lugar, ou seja, os portos estão desestruturados, estão sucateados e o Governo brasileiro está atrasado em relação àquilo que prometeu à Fifa no que diz respeito à recuperação.

Os bancos, Caixa Econômica Federal e BNDES lideram o ranking dos recursos públicos. O jornal *O Globo*, em matéria divulgada recentemente, diz que o gasto com os doze estádios, previsto em R\$4,1 bilhões, 57,6% acima do que foi previsto inicialmente – Mineirão; Fonte Nova; Maracanã; Cidade da Copa, em Pernambuco; e Arena, da Amazônia, são os responsáveis pela inflação na estimativa de investimento. Na conta ainda não estão incluídos os recursos para a realização do estádio do Corinthians, em São Paulo, cuja maior fonte de recurso será o BNDES. Esse estádio está orçado em mais de R\$800 milhões, embora já se tenha falado também que superaria R\$1 bilhão.

O custo da construção do estádio Mané Garrincha aqui, em Brasília, por exemplo, que está sendo construído, em fevereiro passado, após nada menos do que onze aditamentos de contrato e o planejamento e a execução de duas novas licitações, a conta chega R\$907 milhões, um acréscimo de R\$236 milhões, e nós verificamos que, para a saúde, não há recursos; para aposentados, não há recursos; para estradas, não há recursos, estão esburacadas; não há recursos para obras de infraestrutura; para segurança pública, não há recursos; para os policiais, não há recursos para salários, mas nós estamos aqui falando de um estádio, o estádio de Brasília: R\$236 milhões de acréscimo, e não sabemos o preço final dessa obra, mas já temos um acréscimo de R\$236 milhões, mais de R\$907 milhões para um estádio de futebol em Brasília. Quando é que vamos lotar esse estádio de futebol, depois da Copa do Mundo?

Em relatório do dia 9 de fevereiro, o Tribunal de Contas apontou alguns procedimentos adotados pelo consórcio executor dos trabalhos e pela Novacap,

que subsidia a obra, que podem explicar em parte a escalada de custos. São eles, nas exatas palavras do órgão fiscalizador:

– Escolha de materiais sem o devido estudo de reaproveitamento, como, por exemplo, a especificação de edital das fôrmas para concreto. O mercado disponibiliza modelos que podem ser reaproveitados vinte vezes, mas, nessa obra, a Novacap especificou uma fôrma que só pode ser reutilizada três vezes;

– Duplicidade de custos – isso tudo porque é dinheiro do povo brasileiro, é por isso que se age dessa forma – de equipamentos que estão sendo alugados mensalmente, mas que também foram previstos em gastos com outros serviços, tais como “fornecimento e aplicação de concretos”, “montagem de grua”, “camada impermeabilizadora” e “armadura de aço”;

– Lentidão no atendimento à determinação de detalhamento dos custos relacionados à mobilização e desmobilização, utilização de percentual indevido de encargos trabalhistas, montante de vale transporte superdimensionado, pagamento indevido de insumos não aplicados na obra e sobrepreço em alguns itens.

Sobra dinheiro, evidentemente. Então, é essa festa, é uma festança. Isso é uma farra com o dinheiro do povo brasileiro.

– Notas de serviços evidenciando subcontratações que não foram submetidas à análise e à aprovação formal da Novacap, o que pode resultar na execução de serviços sem o devido rigor técnico e com baixa qualidade;

– Falhas no controle da quitação dos encargos trabalhistas da mão de obra subcontratada.

Enquanto isso, a parceria promíscua se mantém. O Sr. Ricardo Teixeira, em que pese denúncias nacionais e internacionais, não abre mão de comandar o futebol brasileiro. Ele se sustenta no apoio que recebe graças ao poder econômico e político que tem a CBF, sobretudo em razão da Seleção Nacional de Futebol, que é um patrimônio cultural do povo brasileiro. O Sr. Ricardo Teixeira se mantém. As denúncias de corrupção aqui, as denúncias de corrupção na Europa, as irregularidades constatadas, inquérito da Polícia Federal, ações judiciais na Justiça Federal, mas ele permanece intocável, porque há autoridades públicas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário que lhe oferecem sustentação e, sobretudo, há um conluio com cartolas de clubes e federações que garantem a sua permanência à frente da CBF. O Governo brasileiro não deveria aceitar essa parceria.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro, um aparte, por gentileza?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou concedê-lo, com prazer, ao Senador, antes dizendo que

o Governo brasileiro não deveria aceitar essa parceria promíscua, até porque a imagem de qualquer governo se torna temerária quando aceita parceria desta natureza, sobretudo, porque, como disse antes, apenas 8,8% dos recursos – e é o Tribunal de Contas da União que faz o balanço – da Copa do Mundo são recursos privados, o restante é de natureza pública e, portanto, cabe ao governo sim conduzir esse processo. O governo obteve do Congresso Nacional tudo o que desejou: flexibilização da legislação de licitações, flexibilização da lei de responsabilidade fiscal, até mesmo através de medidas provisórias afrontosas a Constituição, o Congresso Nacional ofereceu ao governo tudo aquilo que o governo pediu a pretexto de agilizar os procedimentos para a realização de uma Copa do Mundo que pudesse oferecer internacionalmente uma boa imagem e um conceito de competência do nosso país.

Eu vou conceder com prazer a V. Ex^a o aparte que me solicita, com a maior satisfação.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado. Eu queria cumprimentar V. Ex^a, que tem uma das atuações mais contundentes, é um dos Senadores que mais trabalha nesse Senado – com todo respeito aos demais colegas –, e tem uma missão que não é nada fácil de fazer uma oposição como V. Ex^a tem feito, com a competência que a vida pública lhe deu de respaldo. Mas o meu aparte é em função do discurso de V. Ex^a sobre a crise, que é real, que nós estamos vivendo às vésperas da realização da Copa do Mundo. É fato concreto, o Brasil tem agora o privilégio, isso foi uma conquista do Brasil, eu tenho colocado, falado do quanto foi importante para o Presidente Lula, todos que se envolveram diretamente nessa busca de trazer para o Brasil dois grandes eventos: as Olimpíadas e a Copa do Mundo. Isso é resultado desse Brasil que estamos construindo. Começou com mudanças ainda no governo e do partido que Ex^a sabe, eu falo isso diariamente, no Presidente Fernando Henrique, e o Presidente Lula aprofundou tudo isso. Agora conseguimos algo fantástico, depois de 60 anos trazer a Copa do Mundo para cá. Mas eu confesso que eu fico estarrecido diariamente quando abro os jornais e vejo que veio recentemente agora um funcionário da FIFA e fala algo sobre as autoridades brasileiras e sobre o Brasil, que a gente não pode repetir na tribuna do Senado. É de dar chute no traseiro por conta de atraso, e há obviamente uma situação inusitada. Tem o Ministro Aldo, com a capacidade, a competência, a seriedade que o acompanha, tentado fazer que a autoridade brasileira prevaleça. Vem um funcionário da FIFA e fala o que fala. E a CBF é como se tivesse num canto. Então, essa situação é muito grave. Eu acho que o Brasil não vai ter sucesso se não resolver previamente essa situa-

ção. A CBF sempre foi, independente de cor partidária, um problema no Brasil. Todo mundo quer descobrir por que e como as coisas funcionam ali. Eu falei aqui do Senado: é uma caixa-preta. Falei aqui da tribuna, no ano passado, que está na hora de nós tirarmos esse pano que encobre isso. E o brasileiro é apaixonado por futebol. Agora, além da paixão, que já seria suficiente para desvendarmos os mistérios da CBF, nós temos também a situação de sermos a sede do evento de maior audiência do Planeta, que é a Copa do Mundo. E nós precisamos ter autoridade na preparação, durante e depois desta Copa do Mundo. V. Ex^a tem razão: está mais do que na hora! E aqui estão oposição e situação falando a mesma linguagem. Está mais do que na hora de o brasileiro ter uma satisfação. E penso que o Governo tem um papel importante, porque, como bem colocou V. Ex^a, os governos estaduais e o Governo Federal é que estão trabalhando fortemente para que esta Copa seja uma referência para o mundo. O Brasil, que é uma referência no futebol, tem de ser uma referência de organização nesta Copa. E, com a CBF vivendo a crise que vive, com o futebol brasileiro, ou os cartolas do futebol envoltos numa crise, não acredito que esta Copa vá ter a transparência necessária, a organização e a eficiência necessárias, muito menos o sucesso que nós esperamos. Então, parabéns a V. Ex^a por passar mais uma vez aqui preocupações muito pertinentes. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Jorge Viana, primeiramente o agradecimento pelas palavras generosas. V. Ex^a sempre competente e elegante. Foi um governador bem-sucedido e hoje um Senador que cumpre aqui o seu papel. Estamos em partidos diferentes, em lados opostos, mas eu tenho de reconhecer mérito na atuação de V. Ex^a, recentemente, inclusive, numa matéria complexa, como a do Código Florestal, e V. Ex^a teve um desempenho elogiado por todos nós.

E, sobretudo, reconhecer que há mazelas que devem ser combatidas. E esse é o papel da oposição, mas não só da oposição. Aqueles que dão sustentação ao Governo possuem autoridade também para combater determinadas mazelas. E nós estamos diante de um impasse que pode ter um significado de desmoralização total para o nosso País se não houver correção de rumos. Se nós continuarmos nesse ritmo de lentidão de procedimentos e, sobretudo, sem nenhum respeito à ética, sem nenhum apreço ao dinheiro público, nós vamos chegar à realização da Copa do Mundo, oferecendo uma péssima imagem ao mundo e legando ao povo brasileiro uma herança maldita.

Sem dúvida, é essa a principal preocupação que nos traz à tribuna no dia de hoje.

O chute que vem de lá merece o nosso repúdio, porque não é dessa forma que se trata um país; não é dessa forma que se trata um governo. Mas, quanto aos argumentos usados em relação a atrasos, a desempenho, a gerenciamento, a aplicação de recursos, a competência administrativa, nós não temos o que refutar. Ao contrário, temos de assinar embaixo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

E, agora, com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a todos os que nos acompanham na Rádio e na TV Senado, antes de mais nada, queria, mais uma vez, dizer da honra que tive de participar, hoje de manhã, de uma sessão especial nesta Casa lembrando os 100 anos da morte do Barão do Rio Branco, um dos brasileiros mais importantes do século XX e também, hoje, uma espécie de pai da diplomacia brasileira, que tem uma relação, com a história do Acre, muito próxima.

O meu gabinete, a gráfica, os funcionários do Senado, todos se empenharam bastante para que tivéssemos o sucesso que tivemos nessa empreitada hoje.

Venho também, aqui da tribuna, relatar que acabo de chegar do Acre, onde, junto com o Senador Aníbal Diniz e o Governador Tião Viana, visitamos cinco Municípios que foram diretamente atingidos pela última alagação, uma cheia no rio Acre, que transbordou e que só agora está voltando para o nível abaixo da cota de alerta. Com 13 metros, o rio Acre entra na cota de alerta, e 14 metros é a cota de transbordamento.

Devo dizer que a alagação, a maior da história do Acre, passou, em 3,5 metros, a cota de transbordamento do rio. É algo inimaginável para quem conhece a Amazônia, e mesmo nós, que lidamos muito bem com as cheias dos rios, com as águas, ficamos surpresos ao ver uma cheia, uma alagação que afetou mais de 140 mil acreanos e acreanas.

É um momento agora de muita dificuldade. O Prefeito Raimundo Angelim, de Rio Branco, onde a cheia foi mais intensa, e a alagação atingiu o maior número de pessoas, está num trabalho dedicado, coordenado por equipes do governo e da prefeitura, e coordena o trabalho com absoluto apoio do Governador Tião Viana.

A Prefeita Leila, de Brasileia, onde estivemos na sexta-feira, passa por momentos de extrema dificuldade. Praticamente um terço da cidade de Brasileia foi destruída, e a vida das pessoas foi afetada duramente. Pessoas que, com muito sacrifício, haviam adquirido alguns bens materiais, tinham equipado suas casas, perderam tudo da noite para o dia. Literalmente, da

noite para o dia, porque a cheia intensa aconteceu de meia-noite até as quatro da manhã.

O Município está contando com o apoio do Governo do Estado, com o apoio do Governo Federal, mas o processo de reconstrução será demorado. Eu, como Senador – tenho parte da minha família com origem em Brasileia –, estou empenhado junto com o Senador Aníbal, certamente com o Senador Sérgio Petecão e com os oito Deputados Federais e Deputadas nessa empreitada de fazermos o que estiver ao nosso alcance para que o Governo do Estado, as prefeituras e o Governo Federal possam bem executar o trabalho de reconstrução desses Municípios.

Fomos a Xapuri com o Prefeito Bira, onde está havendo desbarrancamento, onde algumas dezenas de famílias têm de ir para o aluguel social, e estão com suas casas interditadas.

No sábado, estivemos em Santa Rosa do Purus, uma cidade pela qual tenho o maior carinho. Quando Governador, trabalhamos em sua organização, na busca de consolidar nesse Município as bases do desenvolvimento; um Município que não tinha sequer o segundo grau: mal se completava o primeiro grau quando assumi o Governo. Levamos o curso superior para lá. As pessoas fizeram faculdade em Santa Rosa. É um dos menores Municípios do Brasil e, para que se tenha uma ideia, nesse Município há uma jovem de 12 anos, a Bruna, que simplesmente ganhou as Olimpíadas de Matemática no Brasil.

Alguns podem se perguntar como acontece isso. É óbvio que não é obra do acaso. Essa menina está morando em Santa Rosa, que é um dos mais pobres e menores Municípios do Acre. Pobre no sentido das condições materiais, do isolamento, mas é um Município que tem uma população indígena rica em sua cultura, em sua história, tem um povo trabalhador, e ela ganhou: foi eleita a nº 1 nas Olimpíadas de Matemática.

Isso por si só me enche de orgulho e certamente ao ex-Governador Binho, que foi secretário de Educação quando eu era Governador e é um dos responsáveis por essa mudança radical que tivemos no Acre a partir da educação.

Depois, conversamos com a população sobre os problemas da cheia, da alagação em Santa Rosa; o Governador Tião Viana, empenhado no processo de reconstrução, de lá passamos por Manoel Urbano, Município que foi menos danificado, mas também é da margem do rio Purus, e, de lá, seguimos para Sena Madureira, onde estivemos com o Prefeito Nilson Areal. O Município de Sena Madureira é o terceiro maior Município do Estado e, certamente, o segundo, do ponto de vista da população atingida pelas águas dos rios Iaco e Purus, com transbordamento.

Mas foi uma missão difícil. Saímos de Rio Branco, às 7 horas da manhã, e voltávamos à noite, com a missão de passar ânimo, de reunir as pessoas, de fazer um trabalho no sentido de organizar a reconstrução desses Municípios.

A situação de Rio Branco agora entra numa fase muito delicada. Mais do que nunca é necessária a presença do Governo Federal. E hoje está lá Humberto Viana, que é quem preside a Defesa Civil Nacional, que nos tem ajudado aqui e hoje foi para lá; o Secretário-Executivo do Ministério da Integração e Desenvolvimento, Alexandre, tem dado uma ajuda extraordinária, sem levar em conta sábado, domingo ou feriado; o Ministro Fernando Bezerra, que coordena todo o trabalho, esteve presente no Acre.

Dessa maneira, estamos tentando superar, talvez, o maior desastre natural que temos na Amazônia ocidental; mais do que no Acre, na Amazônia ocidental. E, no caso nosso do Acre, graças a Deus, só não tivemos muitas perdas de vidas humanas em razão do nível de organização do Governo, um envolvimento pessoal do Governador e das prefeituras.

Mas o Governador Tião Viana, depois de 15 dias, lutando, socorrendo a população, chegou a Brasília. Teve audiência hoje em vários ministérios e, daqui a pouco, vai ter uma audiência com a Ministra Ideli Salvatti. Pretendo acompanhá-lo, nessa audiência, certamente ao lado do Senador Aníbal, e com o Ministro Padilha, às 18h, onde também pretendo acompanhar o Governador do Acre.

É muito importante. E estou certo de que a Presidente Dilma, que hoje se encontra na Alemanha, assumindo um papel de protagonista do desenvolvimento que o mundo experimenta e protagonista do papel também de superação da crise econômica que a Europa e Estados Unidos enfrentam, está lá fazendo valer o papel de liderança do Brasil. Mas estou seguro, e tenho esta expectativa, de que, tão logo ela possa, também irá fazer uma visita ao Acre, para dar um abraço no povo acreano e ver de perto os danos que vivemos em decorrência dessa grande alagação, a maior da história do Acre e que afetou o maior número de casas, de imóveis e de pessoas também na história desse Estado.

Então, caro Senador Presidente desta sessão, eu queria deixar, para concluir, um apelo aos Senadores e Deputados, que levemos em conta as propostas apresentadas pela Comissão Temporária do Senado ainda ano passado, que tive a honra de presidir, Comissão de Defesa Civil, que teve como Relator o Senador Casildo Maldaner e como vice-presidente o Senador Inácio Arruda. Estamos propondo mudanças objetivas no Orçamento, nas prerrogativas e nos mecanismos

necessários para que possamos ter uma Defesa Civil melhor estruturada no Brasil e poder socorrer aqueles que precisam de uma ação emergencial.

Vale ressaltar que lá no Acre temos o envolvimento das instituições estatais bancárias: o Banco da Amazônia, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Vale ressaltar também que está tendo o esforço de vários Ministérios na hora da liberação do FGTS, com a própria Caixa Econômica, o Presidente Jorge Herda, que falou comigo várias vezes; hoje falei também com o Ministro Florence para que possamos ter um tratamento diferenciado de crédito para os produtores que foram atingidos.

É muito importante que criemos mecanismos diferenciados. As propostas estão prontas. As mudanças estão transformadas em projetos e se encontram hoje na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Não podemos ter um Orçamento que seja contingenciado para a Defesa Civil. Onde está a urgência se o Orçamento ficar contingenciado para a defesa Civil? Não podemos ter emendas contingenciadas, emendas que vão para a Defesa Civil.

Essas propostas são objetivas, são importantes, porque só quem passa o que o Acre está passando, só quem vive o que a população do Acre está vivendo pode falar com autoridade sobre o que significa a pouca condição que a Defesa Civil Nacional tem.

Quero encerrar minhas palavras cumprimentando todos do Acre, as equipes das prefeituras, tanto do Acre como dos demais Municípios, as Defesas Civis, os funcionários, os secretários, a equipe do Governador Tião Viana, que se empenhou, que se dedicou, e, especialmente, com todo o respeito, a Polícia Civil, especialmente a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros do Acre; também o Ministério da Defesa, que através do Exército, General Villas Bôas, Comandante Militar da Amazônia, não mediou esforços. Estava lá o General Poty. Se não fosse a Força Nacional, o Exército Brasileiro, a Defesa Civil Nacional, o Acre certamente não teria conseguido êxito na superação desse maior desastre natural da história do Acre.

Então, Sr. Presidente, ficam, aqui, os agradecimentos e, da tribuna do Senado, deixo bem claro que a parte mais dura e difícil está por vir, está pela frente, que é a reconstrução dessas áreas afetadas. Reconstruir a vida de famílias que perderam tudo não é fácil. Reconstruir a vida e a atividade produtiva dos produtores rurais ribeirinhos, muito mais difícil ainda.

Com a ajuda das prefeituras, do Governo Federal e do Governo do Estado, certamente, ainda no final deste ano, nós poderemos vir à tribuna do Senado para trazer as boas novas da reconstrução dos lugares

que foram destruídos pelas águas dos rios da bacia, especialmente dos rios Purus e Acre.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, de agradecimento e, ao mesmo tempo, de expectativa de que as prefeituras e o Governo do Acre possam contar com os recursos necessários para fazer frente ao grande desafio de reconstrução das áreas atingidas pela grande cheia deste ano de 2012.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu peço a V. Ex^a que assuma a Presidência, para que eu possa usar a palavra.

O Sr. Aníbal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador do PT do Acre, Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, tivemos a alegria de realizar, na sessão solene de hoje, uma homenagem ao centenário de morte do Barão do Rio Branco.

Estamos, agora, nesta sessão não deliberativa da tarde de hoje, tratando de assuntos que dizem respeito ao Acre, principalmente da agenda que cumprimos no último final de semana, no Estado, em Brasileia, em Xapuri, depois, em Santa Rosa, em Sena Madureira, passando por Manoel Urbano, em todos os Municípios atingidos pelas enchentes.

Tem havido um tratamento muito especial, muito atencioso por parte do Governador Tião Viana e por cada um dos prefeitos envolvidos nesses Municípios: a Prefeita Leila Galvão, em Brasileia; o Prefeito Ubiracy, em Xapuri; o Prefeito Nilson Areal, em Sena; o Prefeito Chico Mendes, em Manoel Urbano; e o Prefeito Zé Brasil, em Santa Rosa do Purus.

Há uma mobilização de toda a sociedade, e, até aqui, a situação só não foi mais complicada, só não houve maiores transtornos para a população porque houve uma ação muito, muito eficiente da comissão de Defesa Civil, com o apoio da Defesa Civil nacional, com o apoio do Exército, com o apoio de vários ministérios, mobilizados a partir da recomendação expressa da nossa Presidenta Dilma, de tal maneira que a situação está sob controle, em que pese tenhamos situação de estado de calamidade, declaradas para o Município de Brasileia e também para todos os bairros atingidos em Rio Branco, a nossa capital.

Vale a pena ressaltar que o Governador Tião Viana encontra-se em Brasília. Hoje, vai ter audiência com a Ministra Ideli Salvatti e, logo em seguida, com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, justamente para

tratar da sequência dos esforços que devem ser empreendidos para garantir atenção eficiente no sentido de que todas as pessoas atingidas pela enchente possam continuar recebendo atenção especial do Estado com o apoio do Governo Federal no próximo período.

Mas, Sr. Presidente, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, venho à tribuna nesta tarde para fazer referência especial à 49ª Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que, este ano, traz justamente o tema “Fraternidade e Saúde Pública”, com o lema “Que a Saúde se Difunda sobre a Terra”.

Vale a pena ressaltar que desde que foi criada a Campanha da Fraternidade, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil procura, a cada ano, trazer um tema de grande relevância para ser refletido em todas as comunidades de base, em todas as igrejas e propõe uma reflexão para toda a sociedade. E, neste ano de 2012, a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil traz como tema “Fraternidade e Saúde Pública”, e tem como lema “Que a Saúde se Difunda sobre a Terra”.

A Campanha foi aberta na Quarta-Feira de Cinzas, no último dia 22 de fevereiro, com uma reflexão proposta para nos orientar por todo este ano.

Na presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o Secretário Geral da CNBB, Dom Leonardo Steiner, disse que houve significativos avanços nas últimas décadas da saúde pública no País. Citou, entre os exemplos, o aumento da expectativa de vida da população, a importante redução da mortalidade infantil, a erradicação de algumas doenças infecto-parasitárias e a eficácia da vacinação e do tratamento da Aids, programa inclusive elogiado internacionalmente.

São avanços inquestionáveis, Senador Vital do Rêgo, que acaba de chegar, que é um militante da saúde e certamente está acompanhando de perto esta Campanha da Fraternidade. No entanto, concordamos que temos ainda problemas que não estão completamente sanados pelo Governo Federal em relação à saúde. Muitos desses problemas estão refletidos nas longas filas para o atendimento à saúde, na demorada espera para a realização de exames, na falta de vagas nos hospitais públicos e na falta de medicamentos.

Dom Leonardo Steiner também mencionou a situação vulnerável em que se encontra a saúde indígena, a saúde dos quilombolas e a da população que vive nas regiões mais afastadas neste nosso País.

Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, temos responsabilidades e desafios enormes para consolidar o Sistema Único de Saúde como um sistema eficaz no Brasil, lembrando sempre que o nosso sistema de saúde pública é o único de um país com população superior

a 100 milhões de habitantes, que é completamente público e destinado a todos, o que é uma ousadia, que nem países do Primeiro Mundo encaram. O Brasil tem se lançado a esse desafio de consolidar um sistema único de saúde.

Temos o desafio de enfrentar uma responsabilidade que, diante da imensa dimensão do Brasil, nenhum outro país com mais de 100 milhões de habitantes assumiu: o de colocar na Constituição a saúde como dever do Estado. E o SUS tem o desafio e a responsabilidade de levar a saúde de forma integral e universal para toda a população. Não é uma tarefa banal.

Nossa meta, acredito, nessa Campanha da Fraternidade e também neste ano, é que possamos discutir os problemas reais de nossa saúde pública em cada uma das nossas comunidades e, a partir daí, enfrentar nossos problemas.

Este é precisamente o objetivo da campanha: refletir sobre a realidade da saúde no Brasil, tendo em vista uma vida saudável, incentivando o espírito fraterno e comunitário das pessoas na atenção aos enfermos e na mobilização por melhorias expressivas no sistema público de atendimento. Para isso, consideramos despertar nas comunidades a discussão sobre a realidade da saúde pública, visando à defesa do SUS e à reivindicação do seu justo financiamento.

A campanha da Fraternidade deste ano destaca ainda uma vertente extremamente oportuna e digna de repercussão e de reflexão, a de que saúde e doença são dois lados da mesma realidade. As enfermidades, o sofrimento e a morte apresentam-se como realidades duras de ser enfrentadas e contrariam os anseios de vida e bem-estar do ser humano. No entanto, ressalta a campanha, nas línguas antigas é comum a utilização de um mesmo termo para expressar os significados de saúde e de salvação. No grego, *soter* é aquele que cura e, ao mesmo tempo, é salvador. Em latim, ocorre o mesmo com o termo *salus*.

O entendimento é que não é só o corpo que adoece nem só a medicina que cura. A estreita ligação entre saúde e salvação, a cura e a convergência desses significados em um mesmo termo apontam, portanto, para uma concepção mais abrangente do que seja a doença.

Esse é um debate contemporâneo. A definição de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde apenas em 2003. E essa nova concepção vem se firmando como uma direção a ser seguida.

A experiência da doença mostra que o ser humano é uma profunda unidade pneumossomática e que não é possível separar o corpo da alma. A doença é,

portanto, também um apelo à fraternidade e à igualdade, pois não discrimina ninguém, atinge a todos: ricos, pobres, crianças, jovens, idosos.

A Campanha da Fraternidade de 2012 mostra bem que, com a doença, escancara-se diante de todos a nossa profunda igualdade. Diante dessa realidade, os temas da saúde e da doença exigem uma atenção ampla e diferenciada. É preciso reformular para oferecer à população atendimento com mais qualidade e mais humanizado.

Nesse contexto, quero relembrar parte do conteúdo do pronunciamento que fiz no final do ano passado, no qual destaquei importante resultado obtido pelo Governo do Estado do Acre e pela Secretaria de Estado de Saúde no resultado da pesquisa nacional "Painel de Satisfação com o SUS", de responsabilidade do Governo Federal.

Essa pesquisa revelou, no final do ano passado, que o Governo do Acre obteve a melhor avaliação em ações públicas de saúde em relação a todos os outros Estados brasileiros. Era uma pesquisa feita pelo próprio Ministério da Saúde para avaliar o grau de satisfação do usuário do sistema público em relação aos serviços de saúde oferecidos pelos Estados.

Na ocasião, eu disse e reitero aqui que sabemos das dificuldades que o Governador Tião Viana tem para administrar o Estado do Acre, um Estado na Amazônia brasileira, com todas as dificuldades possíveis de isolamento, de deslocamento – é difícil atingir Municípios isolados –, com todas as intempéries que se podem imaginar. E, ainda assim, S. Ex^a mantém firme o propósito de fazer investimentos decisivos no serviço de saúde e na atenção básica com qualidade.

Só para se ter uma ideia, Senador Vital, o Governador Tião Viana se lançou ao desafio de promover cirurgias de catarata em todos os idosos do Acre e está cumprindo esse objetivo. Já realizou essa cirurgia em um número significativo de idosos e pretende fazer esse atendimento universal em nosso Estado, e tudo indica que vai conseguir.

Ouço, com atenção, o Senador Vital do Rêgo.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Inicialmente, queria congratular-me, Senador Anibal, com o povo do Acre pelo seu governante, pelo seu Governador, principalmente pelos números que recentemente o Ministério da Saúde coloca e V. Ex^a tão bem acentua, como representante do Acre, de ações que possibilitam ao usuário do maior sistema de saúde pública do mundo – como V. Ex^a bem colocou – ter, no Acre, região extrema do Brasil, uma saúde pública minimamente atendida. Claro que o próprio Senador Tião Viana e o próprio Senador Jorge, que nos preside, sabem que estamos muito longe de alcançar o ideal. Os números

que o Acre apresenta, até por sua conformação geográfica, por suas dificuldades geográficas, mostram o compromisso do Governo do Acre. E V. Ex^a – como fiz e como outros Senadores assim o fizeram também – colocou a questão da Campanha da Fraternidade junto a um tema que traz a atenção, que converge a atenção de todos: a questão do subfinanciamento da saúde pública. Estive com V. Ex^a neste ano ou no último e tive a oportunidade de dividir com V. Ex^a e com outros Senadores e Deputados a Comissão Mista de Orçamentos. O ano orçamentário foi o ano da saúde; foi o ano em que nós propusemos ao Orçamento um acréscimo de quase R\$7 bilhões, com emendas de iniciativa popular, com ações nas nossas bancadas que refletiam a preocupação com a saúde. Houve uma condensação, uma conjugação de esforços para, na Comissão do Congresso Nacional, tratarmos a saúde como prioridade. Já me referi a esse contingenciamento. Acho que é um contingenciamento necessário e oportuno, prudencial e responsável. Todavia, quando foi, pelo Governo, contingenciado R\$5 bilhões daqueles sete que nós criamos condições de o Congresso votar e aprovar o Orçamento – e olha que a Presidente sancionou o Orçamento sem nenhuma emenda, sem nenhum veto presidencial –, eu me reportava, e já fiz isso com a Ministra Ideli Salvatti, com a Ministra Miriam Belchior e já fiz com o Ministro da Saúde, que teríamos que encontrar uma saída para descontingenciar os R\$5 bilhões. Como vamos continuar melhorando os índices do Acre? Como vamos recuperar os índices da Paraíba, se o ano que escolhemos no Congresso Nacional, porque é uma comissão congressual, para ser o ano da saúde estiver represado, garroteado R\$5 bilhões? Tenho uma notícia boa para dar e ia fazê-lo na tribuna, mas o faço em aparte a V. Ex^a: todos os três Ministros aos quais eu tive oportunidade de relatar a necessidade do descontingenciamento da saúde foram unânimes em dizer que o processo de descontingenciamento deste Orçamento vai começar com as emendas da saúde. Há uma previsão já em números, segundo os três Ministérios, para que parte desses recursos – e já há contabilizado em quanto –, mesmo em um ano difícil como é o ano eleitoral, vamos viver o ano de eleições municipais, o Governo dê prioridade no descontingenciamento às emendas e propostas da Comissão de Orçamento relativas à saúde. Era o que eu tinha a informar a V. Ex^a, informar ao País inteiro e a todos os nossos colegas Senadores que comigo se manifestaram contra a inoportunidade do contingenciamento dos recursos da saúde.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo, por sua contribuição. Vale ressaltar que as emendas de iniciativa popular

foram todas nesse sentido, ou seja, investimentos na área de saúde.

Mas como eu vinha dizendo, a pesquisa "O Painel de Satisfação com o Sistema Único de Saúde" foi um amplo retrato da saúde no País e realizada com milhares de usuários do SUS em todas as regiões do Brasil. O objetivo foi analisar qual é o grau de satisfação do usuário do Sistema Único de Saúde com os serviços prestados pelo Governo Federal, pelos governos dos Estados e também pelas prefeituras.

Na avaliação da atuação das esferas de Governo em relação à saúde pública, o Governo do Estado do Acre foi o mais bem avaliado em todo o País. Entre todos os Estados brasileiros, o Acre foi o que conseguiu o maior índice de avaliação positiva. O Estado teve ações em saúde pública consideradas "ótima" ou "boa" por 33% dos entrevistados. Esse foi o mais alto índice de aprovação entre todos os Estados brasileiros.

Mas estamos também, sem dúvida, no caminho certo ao abrir e ampliar o debate sobre as conquistas e sobre as deficiências do setor de saúde em todo o País, assim como proposto pela campanha da fraternidade e apoiado pelo Governo Federal, tendo à frente a nossa Presidenta Dilma, que quer, cada vez mais, um atendimento digno para o cidadão brasileiro, além de toda a mobilização que está sendo feita pelo Ministro Alexandre Padilha.

De tal maneira que me congratulo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela temática da campanha da fraternidade e colocamo-nos completamente à disposição, como fez aqui o Senador Vital do Rêgo, no sentido de lutar para que não haja contingenciamento de recursos destinados à saúde, porque precisamos de mais investimentos para garantir atendimento digno a todo cidadão brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Aníbal e cumprimento-o por trazer um tema tão importante, como a campanha da fraternidade deste ano.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, renovo os cumprimentos do Senador Aníbal, Srª Senadora Ana Amélia, sempre muito bonita. Além das qualidades, ela tem um estilo. Seu *personal stylist*...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – E se V. Exª me permite, uma das Senadoras mais atuantes desta Casa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A beleza só é o detalhe da atuação e da inteligência da Senadora Ana Amélia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao longo das últimas semanas, venho pronunciando-me com muita veemência – mas, principalmente, com muita emoção – sobre o inaceitável tratamento que a Universidade Estadual da Paraíba vem recebendo do Governo do Estado.

Volto hoje ao assunto desta tribuna. E volto ao assunto, Sr. Presidente, porque penso que essa indignação – que não é somente minha, mas de toda a sociedade do meu Estado, a Paraíba – deve continuar a ser manifestada com firmeza até que as graves ameaças que pairam sobre a universidade possam ser definitivamente afastadas.

No último dia 31 de janeiro, foi publicado no *Diário Oficial da Paraíba* o Cronograma Mensal de Desembolso do Estado. E todos nós nos surpreendemos ao constatar que o referido cronograma fixou o repasse mensal para a UEPB no valor de R\$18,7 milhões.

Desde então, o que se tem observado é um sem número de vozes que se levantam contra a medida. Liderados pela nossa valente reitora Marlene Alves, estudantes, professores e servidores da UEPB argumentam, com toda razão, que a instituição tem direito, pela lei que lhe deu autonomia, a um repasse de 5,77% da receita ordinária do Estado, percentual que equivale, mensalmente, não aos R\$18 milhões, mas a R\$ 27 milhões. Dá para ver, portanto, o tamanho da diferença: é a diferença entre R\$18 milhões e R\$27 milhões. A cada mês, são subtraídos da Universidade Estadual da Paraíba, por força de uma decisão unilateral do Governo do Estado, R\$9 milhões.

Tenho plena consciência, Srª Senadora Presidente desta sessão, do que representa a UEPB para o Nordeste, para a Paraíba e para o Brasil. Mais que isso: tenho com ela uma profunda ligação sentimental. Em artigo que publiquei recentemente, tive a oportunidade de relembrar a luta e os sacrifícios de meu pai em prol da instituição.

Quando a então Universidade Regional do Nordeste passava por situação extremamente difícil, meu pai, na condição de reitor da universidade à época, uma universidade privada, viabilizou um acordo político com o Governador de então, Tarésio de Miranda Burity, extraordinário professor, doutor, um educador intemporal. À época, esse acordo era prejudicial para meu pai em termos de futuro político – meu pai, casado, estava voltando à militância política depois da subtração, pelo AI-5, de sua carreira política. Mas ele tinha um acordo político para salvar a universidade e iniciar um processo de estadualização à época.

Meu pai foi para o sacrifício, aceitando uma candidatura que, na verdade, precisava de melhores ventos, assumindo compromisso com o governador à época, desde que a universidade iniciasse o processo de estadualização, quitando as pendências existentes.

Quanto a mim, Sr^a Presidente, não sou apenas um filho de ex-reitor apaixonado, fui aluno da antiga Universidade Regional do Nordeste, fui seu professor convidado, concursado na carreira de Direito Eleitoral, fui seu monitor na disciplina de Medicina Legal, e, como Senador, agora, como representante da Paraíba, a minha primeira providência quando aqui se discutiam as emendas individuais e as emendas de remanejamento para o orçamento de 2012, foram alocados R\$ 150 milhões para a construção da Central de Aulas da UEPB, em atenção a um pedido da Reitora Marlene Alves.

Por isso tudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso assistir passivamente a uma manobra que põe em risco a autonomia da instituição. Quebrado o equilíbrio econômico-financeiro da UEPB, será aberto o caminho para os espertalhões que, marotamente, já começam a defender ora sua privatização, ora sua federalização.

Tenho sempre afirmado, e faço questão de afirmar mais uma vez, que a UEPB é um patrimônio do povo paraibano, que sob hipótese alguma poderia ser repassado para a iniciativa privada ou mesmo para o controle de outra instância pública que não o Governo do Estado.

Ela está presente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em todas as regiões do meu Estado, do litoral ao sertão. São oito campi instalados nas cidades de Campina Grande, sua sede, Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, nossa capital, Monteiro Patos e Araruna.

Nesses 8 campi são oferecidos 46 cursos de graduação, nos quais estão matriculados mais 20 mil alunos, e 13 programas de pós-graduação, *stricto sensu*, em nível de mestrado, sem querer contar as importantes pesquisas desenvolvidas pela universidade que tanto contribuem para o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação. E ainda as atividades de extensão que atendem prioritariamente as comunidades vizinhas e mais carentes.

É todo esse acervo, é todo esse patrimônio, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não pode ser jogado fora a partir de uma canetada, que retira da instituição R\$9 milhões por mês.

Falar sobre a importância da educação para o País seria desnecessário. Dizer da importância da UEPB na Paraíba não atesta o mínimo que é o conhecimento de cada jovem estudante. Basta dizer, Sr^a Presidente, que a Constituição Federal situa a educação como um dos direitos sociais que devem ser assegurados

a todos os cidadãos, ao lado da saúde, alimentação, trabalho, moradia, etc.

E mais: existe quase um consenso em nossa sociedade – um consenso que vem se fortalecendo ao longo das últimas décadas – de que, entre tantos direitos, a educação se afirma como um dos prioritários.

No Brasil, Sr^a Presidente, somente 13% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em instituições de ensino superior. A média no restante da América Latina chega a 32%, mais que o dobro! No Brasil, nós estamos acanhadamente com 13%, Senadora Ana Amélia.

Por isso, temos que pensar em definir prioridades como em relação às quais se elevam diariamente, nesta tribuna, os Senadores Cristovam e Pedro Simon. Em países como Coreia, Estados Unidos e França, nossa humilhação, em termos percentuais, ainda é maior: mais de 60% dos jovens nesses países estão matriculados em cursos de nível superior. Sob tais circunstâncias, Sr^{as} e Srs. Senadores, colocar óbices, travas à atuação de uma entidade como a Universidade Estadual da Paraíba, que galhardamente vem cumprindo sua missão de aprimorar o ensino superior no Estado, é atitude que não se pode compreender e muito menos aceitar.

Recebi hoje, já vindo a esta tribuna, mensagem da reitora dizendo que, durante todo esse processo de desentendimento, de desencontro com o Governo Federal, com o Governo Estadual, não há nenhum aceno, por parte do Governador, de uma realização de um diálogo de uma mesa técnica que possa definir efetivamente essa questão.

A universidade já está em greve, com os serviços de funcionários parados. A gente espera efetivamente que possa o Governo atender aos reclamos da sociedade, principalmente aos anseios de toda uma gestão que precisa olhar para a educação e para a saúde.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo, o Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador Vital do Rêgo, defender o Estado é nossa missão constitucional, e o senhor o faz com grande dedicação e empenho em todas as questões de interesse da Paraíba que tenho acompanhado. Inclusive, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), defende uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) para a Paraíba, de iniciativa do Senador Cícero Lucena. Então, essa missão o senhor está cumprindo exemplarmente, especialmente no caso da educação.

Presto minha solidariedade nessa investida, nessa demanda, porque fechar a porta de uma instituição educacional ou impedir que ela funcione adequadamente é comprometer o presente e o futuro não só da Paraíba, mas de todo o País.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como Senador inscrito, Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Não havendo mais oradores inscritos para a presente sessão, dou por encerrados os trabalhos, conforme determina o Regimento Interno, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2012

(Proveniente da Medida Provisória nº 545, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2012, que altera as Leis nºs 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, 11.434, de 28 de dezembro de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.685, de 20 de julho de 1993, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.432, de 8 de janeiro de 1997, e 10.925, de 23 de junho de 2004; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS na cadeia produtiva do café; institui o Programa Cinema Perto de Você; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 545, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia: 17-02-2012)

Relator Revisor: Senador Eunício Oliveira
(Sobrestando a pauta a partir de: 14-11-2011)

Prazo final prorrogado: 08-03-2012

2 REQUERIMENTO Nº 38, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 2012, do Senador Marcelo Crivella, solicitando o desapensamento de matérias que alteram o Código de Trânsito Brasileiro, da seguinte forma: – para tramitar autonomamente: – Projetos de Lei da Câmara nº 103, de 2007; nºs 135, 165 e 172, de 2008; e – Projetos de Lei do Senado nºs 192, 222 e 462, de 2007; e 280, de 2008. – para tramitar em conjunto agrupados da seguinte forma: – Projetos de Lei do Senado nºs 594 e 613, de 2007; e 19, de 2008; – Projetos de Lei do Senado nºs 401, 550 e 383, de 2007; e 253, de 2008; – Projetos de Lei do Senado nºs 71 e 201, de 2007; – Projetos de Lei do Senado nºs 202 e 426, de 2008; – Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2007; e Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2007; – Projetos de Lei da Câmara nºs 128, de 2007; e 74, de 2008; e – Projetos de Lei da Câmara nºs 198, de 2008; e 48, de 2009.

3 REQUERIMENTO Nº 46, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 46, de 2012, da Senadora Kátia Abreu, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), seja dispensado, nos termos do art. 119, do Regimento Interno, o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).

4 REQUERIMENTO Nº 47, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 47, de 2012, do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011), além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (armas de fogo).

A SR^a. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas)

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

2-3-2012

Sexta-feira

11h – Cerimônia de posse do senador Marcelo Crivella no cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Salão Oeste 2º andar do Palácio do Planalto

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

5-3-2012

Segunda-feira

11h – Sessão Especial destinada a homenagear o Barão do Rio Branco no ano de seu centenário de falecimento

Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
VAGO*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

S/PARTIDO - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
PR - Lauro Antonio** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(15,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,14)	1.
PTB	
VAGO ^(3,12)	

Notas:

- *. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
- 1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).
- 2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
- 3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
- 4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
- 5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPLI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

Prazo prorrogado: 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,17)
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: ref.codigopenal@senado.gov.br

3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designada membro do PSDB (Bloco Parlamentar Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. VAGO ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (20)	
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
PSD PSOL (25)	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Arguello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditorio Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplementares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (S/PARTIDO)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) ^(15,16,17)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rego e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(9,12)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽¹⁰⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Lauro Antonio (PR) ^(31,32,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹¹⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO) ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO ⁽³⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
32. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
35. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,26)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Lauro Antonio (PR) ^(29,30,31)	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(7,13,28)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
Magno Malta ^(12,27)	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
João Ribeiro ⁽²⁷⁾	2. Vicentinho Alves

PSD PSOL ⁽³⁷⁾

Kátia Abreu (PSD) (35,38)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) ^(32,34)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,25)	6. Lauro Antonio (PR) ^(9,30,31,33)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,27)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁶⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
 5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
 6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
 7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
 10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
 11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
 12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
 17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
 18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
 20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
 21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
 23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
 24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
 28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
 29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
 30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
 33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
 35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
 36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,3,6,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO (11)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (10)	2. Waldemir Moka (PMDB) (7,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2,13)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (8)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁸⁾
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO ⁽⁷⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(5,7,10,13)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,14)
PTB	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
10. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
11. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
12. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
13. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
15. Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) (14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) (15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (11,39)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) (8,10,26,33)
Lauro Antonio (PR) (1,13,28,29,30)	2. VAGO (38)
Ivonete Dantas (PMDB) (32,34)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) (18,31)	4. VAGO (21)
Sérgio Petecão (PSD) (20)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (7,9,17,36)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) (5,23)
VAGO (6)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) (19,37)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.
Gim Argello (12)	2.
PR (22)	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO (35)	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivenete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁹⁾	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Garibaldi Alves (PMDB) ⁽⁶⁾
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
7. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
8. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
9. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁸⁾
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade (S/PARTIDO)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁶⁾
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
- ***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB) (11)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) (5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) (3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) ⁽²¹⁾
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) ^(16,17,18)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
(20)	1. (20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
 20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
 21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescas e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(1,22,23,28)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁴⁾
Lauro Antonio (PR) ^(22,23,24,25)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) ^(26,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽²⁰⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lauro Antonio (PR-SE) ^(6,7)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Lauro Antonio (PR) ^(4,5)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) (4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11,23,24)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) (29,30)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) (26,27,28)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) (18)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) (3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) (7,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PR ⁽²²⁾	
Clésio Andrade (S/PARTIDO) (25)	1. Blairo Maggi (25)
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) (32)	1. Kátia Abreu (PSD) (31)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
João Capiberibe (PSB) (10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) (1,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
Alfredo Nascimento (4,18)	1. João Ribeiro (18)
PSD PSOL ⁽²²⁾	
(6)	1. Sérgio Petecão (PSD) (20,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 08/11/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago(PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

Ivonete Dantas (RN)⁽¹⁰⁾

PT

Ana Rita (ES)⁽⁸⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)⁽³⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)⁽⁵⁾

PR

Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG)⁽⁹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI)⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM)⁽²⁾

PSOL

VAGO^(4,11)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)⁽¹²⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 02/03/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽¹¹⁾

PP

Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁶⁾

PDT

Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁸⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

VAGO ^(14,15)

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ^(1,19)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(3,17)

PPS

PMNSérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 02/03/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹¹⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

VAGO ^(16,18)

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ^(1,19)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(5,17)

PPS

PMNSérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾**PV**Paulo Davim (RN) ⁽³⁾**Atualização:** 28/12/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁸⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁹⁾

PR

Clésio Andrade (S/PARTIDO-MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁶⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ^(1,17)

PSC

Eduardo Amorim (SE) ^(4,16)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 06/12/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.
16. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nº's 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pescaria e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

(Atualizada em 16.11.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emílio José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 1º.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1.
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

- 1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
- 2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão: 14-12-2011
- Instalação da Comissão: 8-2-2012
- Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) ²	1.
Vanessa Grazzotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSOL¹	
5	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazzotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN**, **cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de horas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 202 páginas
(OS: 10538/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

